



COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

MARIANA FERREIRA REIS
MONICA FRANCHI CARNIELLO
ORGANIZADORAS

 ed**UNITAU**

MARIANA FERREIRA REIS
MONICA FRANCHI CARNIELLO
organizadoras

COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E LOCAL



Taubaté/SP
2023

EXPEDIENTE EDITORA

edUNITAU

| Diretora-Presidente: Profa. Dra. Nara Lúcia Perondi Fortes

Conselho Editorial

| Pró-reitora de Extensão: Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa
| Assessor de Difusão Cultural: Prof. Me Luzimar Goulart Gouvêa
| Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas: Shirlei de Moura Righeti
| Representante da Pró-reitoria de Graduação: Profa. Ma. Silvia Regina Ferreira Pompeo de Araújo
| Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação: Profa. Dra. Viviane Fushimi Velloso
| Área de Biociências: Profa. Dra. Milene Sanches Galhardo
| Área de Exatas: Prof. Dra. Érica Josiane Coelho Gouvêa
| Área de Humanas: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
| Consultora Ad hoc: Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Projeto Gráfico

| NDG – Núcleo de Design Gráfico da Universidade de Taubaté
| Coordenação: Alessandro Squarcini
| Capa: Alessandro Squarcini
| Diagramação: Rafael Campos de Jesus
| Revisão: dos autores
| Impressão: Eletrônica (e-book)

Ficha Catalográfica

| Bibliotecária Ana Beatriz Ramos – CRB-8/6318

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI

C741 Comunicação e desenvolvimento regional e local [recurso eletrônico] /
organizado por Mariana Ferreira Reis , Monica Franchi Carniello.
– Dados eletrônicos. – Taubaté : EdUnitau, 2023.

Formato: PDF
Requisitos do sistema: Adobe
Modo de acesso: world wide web

ISBN: 978-65-86914-70-2 (on-line)

1. Comunicação. 2. Desenvolvimento regional. 3.
Desenvolvimento local. I. Reis, Mariana Ferreira (org.). II. Carniello,
Monica Franchi (org.). III. Título.

CDD – 001.4014

Índice para Catálogo sistemático

Comunicação – 001.4014
Desenvolvimento regional – 338.9
Desenvolvimento local – 338.9

Copyright © by Editora da UNITAU, 2023

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

SUMÁRIO

Prefácio.....	06
Cidoval Morais de Sousa	
Apresentação.....	09
Monica Franchi Carniello e Mariana Reis	
Extrativismo e a Comunicação para o Desenvolvimento: o Caso das Quebradeiras de Coco Babaçu.....	10
Magnolia Rejane Andrade dos Santos Raysa Beatriz da Silva Lemos	
Jornalismo cultural e aproximações com o desenvolvimento local.....	21
Mariana Ferreira Reis	
Comunicação para o desenvolvimento na era tecnológica: o uso do Podcast na luta emancipatória das mulheres.....	30
Maria Salett Tauk Santos Luizy Aparecida da Silva Carlos	
Representações, gênero e desenvolvimento: um estudo sobre o “estado da arte e bibliometria”.....	40
Flavi Ferreira Lisboa Filho Luciomar de Carvalho	
Uma Análise Crítica do Discurso do Porto Digital no Bairro do Recife/PE sobre sua atuação Social: Poder, Tecnologia e Política Inclusiva.....	51
Maria Eduarda Alves de Andrade Moab Duarte Acioli	
A apropriação das tecnologias de informação e comunicação no meio rural: uma revisão integrativa.....	63
Tamires Lopes Pereira Andressa de Paula Ramalho Ana Louise de Carvalho Fiúza	
Observatório de crítica de mídia ÓPERA: um olhar sobre a pauta dos direitos humanos na imprensa regional e local.....	76
Franco Dani Araújo e Pinto Lorena Silva Vitória Almeida Araújo Thaís Aldred Iasbik de Aquino Deborah Luísa Vieira dos Santos André Rodrigues Santos	

Branding como Estratégia de Desenvolvimento Territorial: Análise das Marcas de Cidades nas Capitais dos Estados Brasileiros.....	89
Monica Franchi Carniello	
Análise Bibliográfica da Produção sobre Desigualdade de Renda no Scielo: Objetivos, Método e Linhas Teóricas (2000 – 2019).....	101
Maria Clara Ortiz de Souza	
Moacir José dos Santos	
Sobre os autores.....	116

PREFÁCIO

Comunicação e desenvolvimento regional: construindo asas no labirinto

Cidoval Morais de Sousa¹

Não se pode dizer que a relação comunicação midiática e desenvolvimento regional já se constitua um campo consolidado de estudos e muito menos de experiências práticas. Na verdade, estamos longe disso. Ainda há muito por ser feito. É o que revelam, por exemplo, as plataformas de buscas acadêmicas. O tema tem frequentado territórios específicos, como as revistas da área de comunicação, alguns periódicos vinculados à Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e publicações da Intercom e/ou Cátedra Unesco-Methodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Em bases como *Portal de Periódicos da Capes*, *Scielo* (livros e periódicos) e *Google Scholar*, usando os descritores “comunicação para o”, ou “comunicação e desenvolvimento regional” os achados não são expressivos.

O presente livro, que tenho a honra de prefaciá-lo, abre, por assim dizer, o que estou chamando de retomada dos estudos, pesquisas e experiências de extensão inovadoras que atualizam o estado da arte, trazem novos temas, críticas, proposições e fertilizam um novo e necessário debate sobre a relação comunicação (ou mídia) e desenvolvimento regional. O mestre José Marques de Melo (!943-2018), se vivo fosse, tenho certeza, estaria muito feliz com esta iniciativa. Ninguém mais do que ele mobilizou energias para estimular, apoiar e provocar a criação de disciplinas, projetos editoriais, grupos de pesquisas, eventos tecnocientíficos em diferentes regiões do País abordando o tema aqui em questão. A Cátedra Unesco-Methodista, mencionada acima, é um bom exemplo dos esforços do mestre nesta direção.

Numa síntese apressada, ainda dependente de novas leituras e atualizações, pode-se dizer que os estudos sobre a relação comunicação midiática e desenvolvimento regional no Brasil, e, de forma mais ampla, na América Latina, apresentam, pelo menos, cinco tendências: leituras centradas em definir, de forma pragmática, a função da comunicação para o desenvolvimento das sociedades no pós-guerra; leituras críticas que problematizaram a industrialização dependente, o subdesenvolvimento e, enfrentando ditaduras, propugnaram que sem democracia não há desenvolvimento; leituras do difusionismo que dá suporte, sobretudo, à chamada modernização conservadora; leituras dos

¹ Professor associado da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). É do quadro docente permanente dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Ensino de Ciências da UEPB e do PPGCTS da UFSCar. Organizou e publicou mais de 20 livros e dezenas artigos sobre os temas agendados neste texto.
<http://lattes.cnpq.br/0573233540937425>

impactos das TIC, da sociedade em rede, do mundo globalizado e cada vez mais abissal; e leituras da crise ambiental e do mundo atormentado pelas mudanças climáticas.

Não é nosso objetivo discutir aqui ou detalhar cada uma das tendências apontadas acima, mas deixar um convite para a construção coletiva de uma agenda de estudos e investigações que contextualizem melhor essa trajetória. Considero que estamos no segundo tempo do Labirinto de Dédalo. O Labirinto, em minha leitura, tem dois tempos: o tempo do Minotauro, morto por Teseu, e o tempo de Dédalo, aprisionado sob a acusação de ter participado da “conspiração” que planejou e executou a morte do Minotauro. É no Labirinto que Dédalo se dá conta de que as saídas convencionais, os métodos e saberes reconhecidos, a caixa de ferramenta padrão para a solução dos grandes problemas naquele território não funcionam. São excelentes como ferramentas de dominação, aprisionamento, condicionamento intelectual. No entanto, não se prestam à libertação.¹

Ao tomar consciência das limitações do paradigma dominante de enfrentar e resolver quebra cabeças, Dédalo modifica a direção do olhar e, “ao olhar para cima”, enxerga as gaivotas. Elas, que sempre estiveram por ali, voando baixo, alto, plainando no ar? Por que agora causam estranhamento? É que modelo que produziu o Labirinto cega. O que não fora percebido antes, agora é novidade. Não se aprende só com os humanos, descobre Dédalo, depois de muito pensar. O invisível (ou invisibilizado) ganha corpo, vida, alma, sentido. Humanos e não-humanos transformam e são transformados. Não são peças que se encaixam mecanicamente. Não estão prontos; se fazem no processo, se adequam, são adequados, se transmutam em asas, produzem liberdade. Os recursos da mudança, portanto, estão no próprio ambiente, mas nem sempre são percebidos.

Entendo, como escrevi antes, que estamos todos, neste momento da contemporaneidade tecnocientífica, presos no Labirinto, como Dédalo, dando voltas e mais voltas em torno de nós mesmos. Ajudamos a produzir a modernidade, nos livramos do Minotauro, mas não nos livramos do Labirinto. Ou seja, como ficou provado na sequência do mito, não basta eliminar o monstro. Há todo um sistema por trás com uma capacidade invejável de resiliência, que se refaz, se recompõe, se rearticula em novos formatos; que aperfeiçoa novas formas de dominação e, na primeira oportunidade, nos joga no Labirinto e o que aprendemos, com e no próprio sistema, não nos tira de lá. Fomos colonizados por ele. Ele prevê nossos movimentos e nos mantém sob intensa e complexa vigilância. A morte, biológica ou social, é uma questão de tempo algorítmico.

¹ Ver detalhes em: SOUSA, C.M. Quando as saídas estão no próprio labirinto. In: KLEBA, J. B.; CRUZ, C.C.; ALVEAR, C.A.S. **Engenharias engajadas e outras práticas** (V 3) – diálogos interdisciplinares e decoloniais. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2022, p. 9-16. Disponível em: https://www.pimentalab.net/wp-content/uploads/2022/08/Engenharias_Engajadas_Decolonial_Volume3_2022.pdf

Lançando um olhar mais atento para os textos desta coletânea, para além da qualidade técnica, da escrita leve, convidativa e provocante, chama também atenção temas e abordagens. Sem forçar enquadramentos ou alinhamentos às tendências aqui sinalizadas, é possível perceber, em cada capítulo, o espírito da ousada, da inovação e, sobretudo, da intrepidez. Pode-se afirmar, sem riscos, que a produção emergente em comunicação e desenvolvimento regional, mapeada pelos organizadores desta obra, está fortemente comprometida com os diferentes processos de territorialização de um novo modelo de desenvolvimento, mais justo, menos desigual, inclusivo e sustentável. Tudo isso visto a partir de dentro, das potencialidades descobertas na própria experiência do Labirinto, onde ainda estamos, só que agora, como neste livro, construindo as asas da liberdade.

São emblemáticos, nesta direção, o caso das quebradeiras de coco babaçu; a discussão sobre jornalismo cultural e desenvolvimento local; as relações ciência, tecnologia, comunicação, poder, direitos humanos, desigualdades sociais, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); estudos envolvendo representações, gênero e desenvolvimento e também sobre estratégias de marketing e branding para a promoção da imagem de cidades. A presente coletânea, portanto, nos ajuda a olhar para dentro e de dentro do Labirinto e enxergar as nossas potencialidades e possibilidades de libertação, invisibilizadas, propositadamente, pelas forças da dominação contemporânea. Do primeiro ao último capítulo, acreditem, o conteúdo é disruptivo. Boa viagem nos textos.

APRESENTAÇÃO

A proposta deste livro consiste em fortalecer a memória da produção do grupo de pesquisa Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, integrante da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação – Intercom, nos anos de 2021 e 2022.

O grupo, cuja gênese se situa no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, com o protagonismo da professora e pesquisadora Maria Salett Tauk Santos, é formalizado como grupo de pesquisa da Intercom em 2009.

A partir daí, ganha amplitude ao acolher pesquisadores experientes, iniciantes e em formação de diversas regiões e instituições, pluralidade que fortalece e mantém vívido o debate norteador do grupo, que visa compreender, questionar, reconfigurar e evidenciar o papel da comunicação como elemento constitutivo dos processos de desenvolvimento.

Assim como o campo de estudos da comunicação para o desenvolvimento possui uma trajetória marcada por transformações conceituais, que se iniciam na perspectiva difusionista e modernizadora, o grupo assume a função de atualizar o debate para o contexto atual, considerando as concepções contemporâneas de comunicação e de desenvolvimento.

Algumas premissas que fundamentam a ação do grupo são perceptíveis na análise do conjunto dos trabalhos ao longo da atividade do grupo na Intercom: a clara articulação entre pesquisa e extensão, sinalizando o papel transformador do conhecimento científico ao considerar a troca bilateral de saberes entre a academia e sociedade; a clareza do papel da ciência para superar as inequidades sociais, dar luz às invisibilidades construídas pelos processos sócio-históricos; o reconhecimento da comunicação como indissociável dos processos de desenvolvimento, para muito além de uma ferramenta de assessoria para projetos, e sim como elemento basilar e constitutivo da dinâmica do desenvolvimento regional e local.

Os textos selecionados representam o escopo das vertentes de estudo que o grupo apropriou. O recorte temporal diz respeito ao período de gestão de coordenação 2021-2023, que enfrentou o período da pandemia covid-19, o que se refletiu no modelo do congresso nacional organizado pela Intercom, principal, mas não único, momento de compartilhamento de experiências do grupo.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Monica Franchi Carniello

Mariana Ferreira Reis

Coordenadoras do Grupo de Pesquisa Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local da Intercom.

EXTRATIVISMO E A COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: O CASO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

Magnolia Rejane Andrade dos SANTOS
Raysa Beatriz da Silva LEMOS

INTRODUÇÃO

Esta comunicação pretende contribuir para o tema geral do Congresso *Comunicação e resistências práticas de liberdade para a cidadania*. O ponto de vista é o da tríade comunicação, mudança social e desenvolvimento local como um processo de conquista da cidadania pelas classes populares. A equação entre movimento social, educação profissional e políticas públicas tem como resultante a conscientização e luta pelos direitos sociais, tendo como meta a melhoria da qualidade de vida do indivíduo e de sua comunidade.

A temática do Congresso é muito abrangente e aponta para várias direções e problemáticas contemporâneas, principalmente para o desdobramento da crise econômica e política, desencadeada pela pandemia da covid-19. O presente trabalho faz um movimento contrário, singular, apresentando o caso específico das quebradeiras de coco babaçu. Diante do isolamento social, essas trabalhadoras continuaram, de forma precária, suas atividades de sobrevivência. Nesse contexto, apesar do auxílio limitado das políticas públicas, a resistência desses grupos de mulheres extrativistas é uma importante lição do exercício prático da luta pela inclusão social e reconhecimento da própria cidadania.

Como o conceito de comunicação assemelha-se a uma cebola com diversas camadas, é necessário apresentar o aspecto conceitual a partir do qual a reflexão será desenvolvida de forma mais produtiva. A escolha recai na discussão em torno da comunicação comunitária enquanto "pressupõe a participação ativa da população local, a sustentabilidade, o respeito a condições e valores autóctones e o retorno dos benefícios à população envolvida como sujeitos no processo" (PERUZZO, 2003, p. 253).

A participação popular ativa tem sido denominada, nos últimos 40 anos, com diferentes termos tais como popular, participativa, alternativa, dialógica, não-hegemônica, libertária etc., remetendo aí para os sentidos de luta e resistência. Nessa direção, Peruzzo comenta a importância que a comunicação comunitária tem tido no processo de formação política das classes subalternas:

A comunicação comunitária no Brasil, nas duas últimas décadas do século XX, teve como característica a sua organicidade aos movimentos sociais populares. Não se tratava tão somente de comunicação de "comunidades", mas de todos aqueles processos comunicativos realizados no âmbito de movimentos e organizações populares, que lutavam para a consecução de direitos de participação cidadã e melhoria nas condições de existência dos excluídos (PERUZZO, 2003, p. 247).

A dimensão reivindicatória de direitos pessoais ou coletivos é o cerne dessa discussão. No entanto, a comunicação comunitária vai além da participação engajada e incorpora o cotidiano

cultural, artístico, familiar, pautas em geral capazes de mobilizar o interesse coletivo em questões como saúde, meio ambiente e violência. Na prática, os meios e processos de cada experiência em comunicação comunitária é um caso singular e depende dos atores e circunstâncias implicadas nas mesmas. Segundo Peruzzo, “Há de se observar cada caso, cada experiência, pois tudo depende das condições locais, das identificações que se consegue realizar, dos significados dos “serviços” prestados em cada lugar e assim por diante” (PERUZZO, 2003, p. 246).

É importante destacar que, o presente artigo, é uma atualização da versão apresentada no 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, que apresenta novas perspectivas acerca do tema, oriundas do avanço da pesquisa de mestrado da coautora do trabalho, principalmente no que se refere a prática da comunicação comunitária no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Primeiramente, apresentamos o conceito de extrativismo e sua relação com o desenvolvimento local no âmbito das quebradeiras de coco babaçu. Em seguida, colocamos em discussão os processos comunicacionais no extrativismo do babaçu.

EXTRATIVISMO: CONCEITOS E TIPOLOGIA

Segundo Silva e Miguel (2014), o extrativismo não pode ser visto apenas como uma prática de pura e simples coleta de produtos da natureza. Seja vegetal, animal ou mineral, ele é uma atividade tão antiga quanto a existência humana e, portanto, tão complexa como o processo de produção agrícola como um todo. Para esses autores, não existe uma definição consensual sobre o que realmente é o extrativismo. O debate conceitual tende a demonstrar cada vez mais as semelhanças com um cultivo ou uma criação, isto é, com a agricultura em geral.

Considerando o contexto da presente análise, tomamos como conceito válido para definir a atividade extrativista o que preconiza a Lei 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em 18 de julho de 2000. No Parágrafo XII, o extrativismo recebe uma conceituação, que incorpora a categoria “sustentável”. Assim, extrativismo é um “[...] sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis [...]” (BRASIL, 2000, não paginado).

No estudo das quebradeiras, a incorporação da sustentabilidade representa a possibilidade tanto de preservação das palmeiras de babaçu, das dimensões do território ocupado bem como das práticas históricas, culturais e de gênero dessa atividade econômica. Falar em “modo sustentável” implica supor um processo de conscientização e gestão para a preservação da natureza. No caso, identidade e cidadania são reverberações que se constituem, através dos processos e práticas comunicacionais, para a instituição de uma cultura de coleta adequada. Peruzzo (2003), é contundente na defesa da perspectiva em que a comunicação comunitária ou popular pode desencadear o desenvolvimento local:

No âmago da questão, o que está colocado, falando de modo claro e sintético, é a premência do uso dos meios de comunicação em benefício da cidadania e que esta é construída pelos próprios cidadãos, na sua interação com outras forças constitutivas da sociedade. O desenvolvimento só faz sentido se promover a igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa e de todos, ou seja, se tiver como mola-mestra o ser humano. (PERUZZO, 2003, p. 156).

É nessa perspectiva ampliada que consideramos o estudo da atividade comunicacional das quebradeiras de coco babaçu como a pertinente para este GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local. Ressaltamos que, conforme Martins (2002), no âmbito do desenvolvimento local a comunidade atua não apenas como beneficiária, mas também como agente do desenvolvimento, logo a participação comunitária é questão chave.

De acordo com o autor, o desenvolvimento local configura-se como uma estratégia de inovação e empreendimento comunitários, de caráter ecológico e humanista. Ademais, na realidade da América Latina os seus pontos de foco situam-se nos desafios contra a pobreza e a miséria (MARTINS, 2002). Nesse contexto, o extrativismo do babaçu é uma alternativa sustentável de desenvolvimento, importantíssimo para a sobrevivência e manutenção da cultura das quebradeiras de coco.

O PAPEL DO EXTRATIVISMO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O babaçu, também conhecido como babaçu, coco-de-macaco, indaiá, pindoba, dentre outros, é uma palmeira da família Arecaceae, que alcança até 30 metros e possui folhas arqueadas. Seu nome oriundo do Tupi-Guarani, *ibá-guaçu*, significa fruto grande. Em terras brasileiras ocupa 25 milhões de hectares, todavia é encontrada em outros países da América do Sul, a exemplo de Suriname, Bolívia e Guiana Francesa. Os estados brasileiros em que o babaçu ocorre com mais expressividade são Maranhão, Pará, Piauí e Mato Grosso. Ademais, a palmeira localiza-se em partes isoladas de diversos estados, como Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rondônia e Tocantins (SILVA; NAPOLITANO, 2016).

A extração do coco babaçu, prática cultural passada de geração em geração, constitui-se como fonte de renda principal ou secundária das famílias das quebradeiras de coco. A palmeira é parte da vida dessas famílias, que possuem tanto conhecimento sobre a árvore a ponto de usá-la integralmente e obterem vários produtos como temperos, adubo, peças artesanais, carvão e sabonetes. Por ser necessária para a sobrevivência das comunidades, o babaçu é conhecido como “árvore-mãe” (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS, 2015). Por essa óptica, a palmeira babaçu é vista por essas comunidades agroextrativistas como uma espécie de provedora que merece respeito, em decorrência disso nota-se que as quebradeiras nutrem profundas relações de carinho com o babaçu, o que motiva a luta dessas mulheres pela sua preservação.

Barbosa (2018) enuncia a existência de uma divisão sexual do trabalho nas comunidades extrativistas de coco babaçu, onde a atividade de coleta e quebra do coco é de responsabilidade das

mulheres, enquanto os homens adultos trabalham na roça com o cultivo de alimentos. A autora traz que as mulheres começam a praticar essa atividade por volta dos sete anos de idade e a realizam até a velhice. Faz parte da rotina das quebradeiras a caminhada até os babaçuais, individual ou em grupo, para recolher os cocos que caem das palmeiras, sejam elas próprias ou assentadas¹.

As mulheres quebradeiras de coco fazem parte dos povos tradicionais do Brasil, pois sua cultura é diretamente ligada a palmeira do babaçu, logo estabelecem relações distintas com o território que habitam. Os povos tradicionais são definidos pelo Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica [...]. (BRASIL, 2007, sem paginação).

Nessa perspectiva, entende-se que os povos tradicionais detêm costumes e ordem social diferenciados do meio ao qual estão inseridos, isso implica na necessidade de direitos e legislações específicas para esses povos. A Constituição Federal de 1988 estabelece, por meio do inciso primeiro do artigo 215, que o Estado deve garantir as “[...] manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 2016, p. 126).

Entretanto, apesar do que determina a Carta Magna, os povos tradicionais brasileiros sofrem adversidades como discriminação étnico racial e disputas territoriais. Em relação aos problemas enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu, destacam-se: concentração fundiária, degradação ambiental e expansão das monoculturas. A grilagem de terras, que restringe o acesso das quebradeiras aos babaçuais, é outro empecilho grave. Tais fatos motivaram a organização coletiva das quebradeiras de coco e surgimento, no início da década de 1990, do MIQCB. O livre acesso aos babaçuais para a coleta de coco, a criação e aprovação de Leis do Babaçu livre em âmbito federal, estadual e municipal são algumas das reivindicações do movimento (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS, 2015).

Segundo o MIQCB (2019) cerca de 400.000 mulheres quebradeiras de coco babaçu vivem na região dos babaçuais, que abrange apenas os estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. Nesse ínterim, compreende-se a relevância histórica, cultural, ambiental, econômica e sociopolítica das quebradeiras de coco babaçu. A atividade desempenhada por elas afeta as relações econômicas das comunidades extrativistas e levanta questões pertinentes como gênero, agricultura familiar, distribuição de terras no Brasil, ação coletiva, conhecimento tradicional e princípio da sustentabilidade.

¹ Shiraishi Neto (2017) faz ampla reflexão sobre as quebradeiras de coco babaçu e a questão agrária. O autor apresenta que uma minoria possui terra própria, logo a maioria das quebradeiras enquadram-se na situação “sem terra”.

No âmbito da Ciência da Informação (CI), há poucos trabalhos que abordam as quebradeiras de coco. Entre eles, destaca-se a dissertação de Silva (2014), intitulada “Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação”, com foco no movimento de quebradeiras. Esse trabalho buscou “[...] pesquisar sua organização e disposição, bem como identificar os meios e recursos tecnológicos de informação e comunicação utilizados atualmente pelo movimento para trocar informações [...]” (SILVA, 2014, p. 12).

Nessa perspectiva, o presente trabalho traz novas contribuições acerca das quebradeiras para as áreas de CI e Comunicação, ao focar nos processos informacionais e comunicativos realizados pelas quebradeiras de coco babaçu. Acreditamos que o estudo de tais questões são pertinentes para o desenvolvimento de literatura na área, maior compreensão das modalidades de comunicação no âmbito dessas comunidades e, quem sabe, futuramente agregar em diálogos e ações positivas para as quebradeiras de coco.

PROCESSOS COMUNICACIONAIS NO EXTRATIVISMO DO BABAÇU

O extrativismo vegetal do coco babaçu é a principal fonte de renda das famílias das quebradeiras, como já abordado, é essa atividade que provê o sustento e a continuidade dessas comunidades. Contudo, o fator econômico não é o único envolvido na extração do babaçu. Identidade, resistência, liderança e empoderamento feminino também são pautas presentes na realidade das quebradeiras.

Nesse contexto, enxerga-se o fator comunicacional como determinante para a organização e preservação das atividades realizadas por esses grupos extrativistas. Esse fator é destacado na fala da quebradeira Maria Querobina da Silva Neta, do município de Imperatriz – MA, em sua biografia:

O movimento das quebradeiras foi um movimento muito dinâmico para correr atrás de informação, porque a gente trabalhou muito com informação e formação. E dentro desse trabalho a gente descobriu muita gente interessante, tanto do Tocantins como de outros lugares. Pessoas que ao longo da história trabalhavam tanto com o movimento de mulher como de agricultura familiar. A gente barganhou muitas informações e aqui na região, aqui no Maranhão, muita região interessante que a gente encontrou, através da igreja, do trabalho de CEBS [...] (SILVA NETA, 2018, p. 43).

Percebe-se a importância da comunicação face a face para a troca de experiências das quebradeiras de coco babaçu e o papel essencial do movimento de quebradeiras para a mobilização dessas mulheres. Por essa perspectiva, Silva (2014) fala que o MIQCB é formado por redes de sociabilidade como associações, cooperativas e comissões que envolvem a luta pela cidadania, reconhecimento, igualdade racial e de gênero. A autora ressalta que o movimento proporciona mais visibilidade para essas mulheres e promove “[...] o engajamento das quebradeiras, o MIQCB vem desenvolvendo cursos de formação e capacitação de suas lideranças através de seminários, encontros, oficinas, etc. [...]” (SILVA, 2014, p. 32).

Essas ações do movimento de quebradeiras inserem-se em um contexto de comunicação popular ou comunitária. Conforme Peruzzo (2006) esse tipo de comunicação é vinculado aos processos comunicacionais que ocorrem no âmbito da ação dos grupos populares. Tal ação possui característica coletiva, é representada pelos movimentos e organizações sociais e disseminada através de canais próprios de comunicação. A autora afirma que a comunicação popular se relaciona com a luta pela melhoria das condições de vida e configuram-se como um espaço onde há participação democrática do povo, posto isso é: “[...] um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.” (PERUZZO, 2006, p. 4).

Diante do exposto, considera-se que a comunicação popular/comunitária, desenvolvida pelos movimentos, é de suma importância para o exercício da cidadania e liberdade de expressão, dado que por meio desta, grupos historicamente excluídos e/ou marginalizados ganham voz e lutam por seus direitos. Divulgar as pautas dos movimentos para os seus membros fortalece as atividades realizadas por esses grupos e tem o poder de conscientizar a comunidade externa. Desse modo, chama-se atenção para a divulgação de notícias e pautas das quebradeiras (Imagem 1).

Imagem 1: Boletim Informativo divulgado pelo MIQCB



Fonte: MIQCB, 2017

A comunicação é presente no movimento que, em 2019, participou de Oficinas de Fotografia e Comunicação Comunitária em virtude da campanha “Filhas da Mãe Palmeira, as quebradeiras de coco babaçu”, realizada por meio de parceria com a ActionAid e União Europeia e com o intuito de valorizar a cultura da quebra de coco babaçu (MIQCB, 2021a). Os objetivos dessa atividade foram:

[...] dar visibilidade às violações de direitos das quebradeiras de coco babaçu; aproximar e gerar identificação do público com as demandas das quebradeiras de coco babaçu por seu desenvolvimento sustentável e engajar a sociedade na luta pela defesa dos modos de vida das quebradeiras de coco babaçu [...] (MIQCB, 2021a).

Nota-se que apesar da coleta e quebra do babaçu ser ligada a economia das comunidades extrativistas, a luta das quebradeiras de coco babaçu assume também caráter político. Matos, Shiraishi e Ramos (2015, p. 9) dizem que “[...] mais do que um complemento da renda, trata-se de uma atividade tradicional e cultural deste povo [...]”. Portanto, a subsistência não é o único fator envolvido na rotina e vivência dessas mulheres, pois as quebradeiras de coco babaçu assumem importante função socioambiental ao se posicionarem contra o desmatamento e latifúndios, dado que reivindicam o direito de acesso às palmeiras de babaçu e a preservação da natureza.

Em uma sociedade capitalista em que a preocupação com lucros financeiros, em muitas situações, é superior ao zelo com os recursos naturais, essas mulheres, que vivem em comunidades rurais praticantes de agricultura e criação de animais para subsistência, colocam em debate questões pertinentes como o desenvolvimento sustentável, a preservação da natureza, a criação de legislações específicas para os babaçuais, as políticas públicas de reforma agrária e questões de gênero. Tais temáticas são foco de discussões entre as quebradeiras e compartilhadas no site do MIQCB e nas redes sociais digitais do movimento.

Silva (2014) aponta que as quebradeiras de coco babaçu valorizam uma boa comunicação entre si e consideram a comunicação do conhecimento tradicional como uma maneira de preservação. Para elas, não utilizar máquinas para quebrar o babaçu e pressionar os poderes estatais no que se refere a aprovação de leis de babaçu livre são formas de preservar a informação sobre o trabalho que realizam. A autora fala que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) modificaram positivamente a comunicação entre as quebradeiras elas: “[...] relatam que em tempos passados os meios de comunicação se davam através de recados e bilhetinhos; e, às vezes, quando a informação chegava, se fosse uma viagem ou um evento, a data já tinha passado [...]” (SILVA, 2014, p. 78). O uso do celular e da internet é colocado em ênfase por Silva que afirma:

Conforme as respostas à chegada do celular no universo das quebradeiras de coco babaçu melhorou bastante o processo de comunicação entre os membros do MIQCB. Ressaltam como era difícil os tempos antes do celular e o processo de evolução após sua chegada: em tempos passados os recados e bilhetes demoravam dias para chegar a seus destinos e isso se configurava num transtorno. Após a chegada do celular não só a comunicação melhorou como elas já usam o recurso tecnológico para finalidades como, por exemplo, registrar por meio de fotos os momentos em que estão em trabalho de quebra coletiva [...] (SILVA, 2014, p. 79).

É válido citar que muitas quebradeiras não possuem acesso a celulares e nem a rede de internet em seus municípios, entretanto há discurso unânime no movimento de que uso das TICs é positivo para divulgar o movimento e, conseqüentemente, aumentar o seu reconhecimento e alcance (SILVA, 2014). Essa visão é encontrada na fala da quebradeira Maria Querobina da Silva Neta ao se referir ao uso do celular e das redes sociais para difundir a opinião das quebradeiras sobre o desmatamento e latifúndios:

[...] Hoje o povo tem celular até dentro dos banheiros. Eu não sei mexer com aquilo, mas muita gente sabe. Por que a gente não solta no mundo também aquilo que é do nosso interesse? Bota na internet, bota no WhatsApp, que eu não sei chamar esse trem, bota tudo. Nem que seja assim, a gente vai ter que falar. Não vai ter outro jeito. [...] (SILVA NETA, 2018, p. 75).

Ressaltamos que durante a pandemia de covid-19 os esforços das quebradeiras não cessaram. INESC (2020) e MIQCB (2021b) relatam que, apesar das dificuldades ocasionadas pelo isolamento social e dos impactos econômicos e psicológicos, a luta por território e direito ao babaçu livre continua. As atividades de planejamento e avaliação do movimento aconteceram via internet, com o uso de aplicativos para videoconferências e divulgação de pautas (Imagem 2). Ocorreram ações como entregas de cestas básicas e informatização sobre o vírus e protocolos de segurança. A crise pandêmica alterou o dia a dia das comunidades extrativistas, contudo problemas relativos a território persistem o que exige dos movimentos sociais uma adaptação a essa realidade.

Imagem 2: Divulgação de fotos do encontro entre líderes do MIQCB com a Secretaria de Agricultura Familiar do Estado do Maranhão



Fonte: Instagram do MIQCB, 2021.

Para Lima, Gaioso e Pereira Junior (2018, p. 1461) o MIQCB: “[...] atua como um importante articulador indispensável à garantia da manutenção dos babaçuais. Mais que uma bandeira de luta, a palmeira é parte da identidade política organizativa da quebradeira [...]”. Sendo assim, o movimento de quebradeiras é fator chave para as ações de comunicação comunitárias desses grupos que enxergam no coco babaçu não apenas questões monetárias, mas também a sua história de vida e identidade.

Em estudo recente realizado por Lemos e Santos (2021), a presença do MIQCB nas redes sociais digitais é investigada, levando em considerações aspectos ligados a comunicação comunitária. As autoras apresentam a presença do movimento nas plataformas Instagram, Facebook e Youtube, onde se identifica a “[...] divulgação constante das pautas em que as quebradeiras se empenham, bem como a difusão de suas atividades e produtos [...]” (LEMOS; SANTOS, 2021, p. 16).

É interessante destacar que, quando questionada sobre o papel da comunicação comunitária nas redes sociais do MIQCB, a assessoria do movimento respondeu que a considera uma ferramenta essencial para a disseminação de informações sobre os povos e comunidades tradicionais, uma vez que, embora existam problemáticas ligadas aos algoritmos, elas se consolidam como uma forma de romper com a bolha do jornalismo tradicional (LEMOS; SANTOS, 2021). Nessa perspectiva, as autoras afirmam que:

[...] o MIQCB executa ações de ativismo social nas redes sociais digitais. O movimento utiliza esses recursos tecnológicos para transmitir os seus posicionamentos político-sociais e reforçar a relevância da palmeira babaçu. Identifica-se também a oportunidade proporcionada pelas redes de veicular a comunidade externa os princípios que norteiam os modos de vida das quebradeiras de coco babaçu. (LEMOS; SANTOS, 2021, p. 100).

Perante o exposto, os processos comunicativos que ocorrem no interior dessas comunidades extrativistas, tanto no espaço físico quanto no espaço virtual, são permeados por complexidades. A árdua responsabilidade da coleta e quebra do coco babaçu, essencial para a vida das quebradeiras e de suas famílias é repleta de simbolismos e afetividades com a palmeira babaçu.

A circulação da informação nessas comunidades envolve diversas variáveis, bem como a transmissão e preservação do conhecimento tradicional e o compartilhamento da importância do babaçu para a sociedade contemporânea. Assim, as práticas e vivências extrativistas das quebradeiras são uma forma de resistência contra o sistema vigente, que colocam essas mulheres em uma situação de protagonismo e luta por uma qualidade de vida melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta e quebra do coco babaçu é o ofício de milhares de mulheres brasileiras. Essa atividade é determinante para o funcionamento, economia e continuidade de comunidades extrativistas. Para as famílias das quebradeiras, a palmeira babaçu provê desde o alimento até o telhado das casas, feito com a palha da árvore. Essas mulheres assumem função socioambiental importante ao se posicionarem contra o desmatamento e latifúndios, uma vez que reivindicam o direito de acesso às palmeiras de babaçu e a preservação da natureza.

É importante ressaltar que a presente comunicação é um levantamento que faz parte de pesquisa no campo da Ciência da Informação que consistirá na dissertação da coautora do trabalho. O presente trabalho buscou discorrer sobre os processos comunicacionais das quebradeiras de coco babaçu e apresentar essa atividade como fator primordial para o desenvolvimento de comunidades extrativistas que encontram nela a sua fonte de renda. O coco babaçu é símbolo da cultura e resistência dessas comunidades que ensinam para os seus membros, desde a sua infância, a importância desse fruto para as suas vidas.

Nessa conjuntura, a comunicação popular/comunitária apresenta-se como uma estratégia para esses grupos difundirem suas causas, trabalho, posturas políticas e produtos. O MIQCB desempenha papel fundamental nessa missão de disseminar o valor da palmeira babaçu, a nível nacional e internacional, e conscientizar a sociedade no que diz respeito à relevância social das quebradeiras.

Territorialidade, gênero e sustentabilidade são alguns dos temas recorrentes nessa luta significativa pelos direitos dessas comunidades tradicionais. A comunicação assume papel considerável para as quebradeiras de coco que precisam comunicar-se entre si, como forma de manutenção dos seus conhecimentos e tradições, e para a sociedade em geral com o intuito de propagar as suas causas e conscientização. Ademais, o uso das TICs e redes sociais possibilitam maior integração entre as quebradeiras e ampliam a abrangência de conteúdos e notícias relativas as quebradeiras de coco babaçu.

Destacamos como importante a presença do MIQCB em espaços da internet. Embora existam problemáticas acerca da exclusão digital e do acesso e uso das TICs, é inegável que, na sociedade contemporânea, a presença de movimentos sociais nas redes sociais digitais é uma forma de ultrapassar as barreiras físicas e compartilhar suas pautas e lutas com a comunidade. Logo, a comunicação comunitária apresenta-se como um fator relevante e profícuo para as quebradeiras de coco babaçu, tanto em aspectos internos, no que se refere a comunicação realizada entre essas mulheres, quanto externos, quando se fala na disseminação relativa a informações sobre seu trabalho e cultura para o público geral.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, V. O. **Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional n.º 106/2020. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 498 p. Disponível em: https://livraria.senado.leg.br/index.php?_route_=constituicao-federal-106a-emenda-livro2020&search=constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 316, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL, Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19. jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

INESC. **Mulheres amazônicas e a defesa dos territórios em tempos de Covid-19**. [Brasília, DF], 2020. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/mulheres-amazonidas-e-a-defesa-dos-territorios-em-tempos-de-covid-19/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LEMOS, R. B. S.; SANTOS, M. R. A. Quebradeiras de coco babaçu na Internet: a ação do MIQCB nas redes sociais digitais. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 7, n. 2, p. 82-108, 2021. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/146>. Acesso em: 23 maio. 2023.

LIMA, C. L. S.; GAIOSO, A. V.; PEREIRA JUNIOR, D. Piauí empreendedor e a questão dos babaçuais: contradições e problemas de um projeto de desenvolvimento. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p. 1449-1464, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9874/5825#>. Acesso em: 11 ago. 2021.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2002. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/570>. Acesso em: 23 maio. 2023.

MATOS, F.; SHIRAIISHI, J.; RAMOS, V. **Acesso à terra, território e recursos naturais**: a luta das quebradeiras de coco babaçu. São Paulo: ActionAid, 2015. Disponível em: http://actionaid.org.br/wpcontent/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

MIQCB. **A luta das quebradeiras de coco é destaque no Mongabay, agência de notícias internacional sobre conservação ambiental**. São Luís, 2019. Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2019/11/13/A-luta-das-quebradeiras-de-coco-%C3%A9-destaque-no-Mongabay-ag%C3%Aancia-de-not%C3%ADcias-internacional-sobreconserva%C3%A7%C3%A3o-ambiental>. Acesso em: 24 jul. 2020.

MIQCB. **União Europeia**. São Luís, 2021. Disponível em: <https://www.miqcb.org/uniao-europeia>. Acesso em: 6 ago. 2021.

MIQCB. **MIQCB realiza avaliação estratégica para fortalecimento das ações e lutas**. São Luís, 2021. Disponível em: <https://www.miqcb.org/post/miqcb-realiza-avalia%C3%A7%C3%A3o-estrat%C3%A9gica-para-fortalecimento-das-a%C3%A7%C3%B5es-e-lutas>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PERUZZO, C. M. K. Mídia Comunitária, Liberdade de Comunicação e Desenvolvimento. In: PERUZZO, C. M. K.; ALMEIDA, F. F. (org.). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003.

PERUZZO, C. M. K. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: UNB, 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SILVA, C. V.; MIGUEL, L. A. Extrativismo e Abordagem Sistêmica. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 17, n. 2, p. 189-217, dez. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/267986284.pdf>. Acesso: 11 ago. 2021.

SILVA, Elisa. M. S.; NAPOLITANO, J. E.; BASTOS, S. (Org). **Pequenos projetos ecossociais de quebradeiras de coco babaçu: reflexões e aprendizados**. Brasília, DF: ISPN, 2016. Disponível em: https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

SHIRAIISHI NETO, J. Quebradeiras de coco: “babaçu livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 147-166, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/920>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA NETA, M. Q. **Sou uma mulher praticamente livre**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2018. *E-book* (100 p.). (Coleção Narrativas das Quebradeiras de Coco Babaçu). Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/01-sou-uma-mulher-praticamente-livre-maria-querobina-da-silva-neta/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

JORNALISMO CULTURAL E APROXIMAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Mariana Ferreira REIS

APRESENTAÇÃO

Este artigo é fruto de tese de estudo doutoral que nos permitiu compreender algumas das novas formas de organização de trabalho dos jornalistas culturais que atuam em mídia independente, nos estados de Pernambuco e da Bahia, na Região Nordeste do Brasil. O que nos moveu, nesta investigação, foram as pistas de profundas transformações no mundo do trabalho do jornalista contemporâneo, refletindo-se não só nas práticas, mas na autonomia, na sustentabilidade, nas relações de comunicação e nas condições de produção. Foram analisadas três revistas culturais digitais (Revista Outros Críticos, Revista O Grito! e Revista Gambiarra) e três portais de Internet (Portal Iteia, Portal Correio Nagô e Portal Sotero Preta), perfazendo ambos os estados.

Foi possível verificar a hipótese de que, muitas vezes, há a precariedade das condições de produção (FIGARO, 2018), mas também foi possível perceber a criação de novos postos de trabalho na área; a percepção do jornalista também como gestor da comunicação e produtor cultural; o papel de políticas públicas para a sustentabilidade desses grupos e a articulação de parcerias com ONGs, universidades e outros grupos de mídia independente, permitindo atuação em rede, um dos indicadores do desenvolvimento local.

Dentre as novas funções desempenhadas estão, em especial nestes grupos estudados, o papel de produtor cultural – escrevendo, gestando e gerindo projetos, produzindo livros, lançamentos, eventos e festivais – e o de gestor da comunicação, uma vez que se faz preciso *aprender a empreender*, a liderar equipes, a gerir com autonomia o seu próprio tempo de trabalho, a lidar com as finanças e com a contabilidade, a planejar em curto, médio e longo prazo a viabilidade para que aquele grupo permaneça existindo.

JORNALISMO CULTURAL, COOPERAÇÃO E *SENSO DE COMUNIDADE*:

A partir da análise dos seis grupos descobrimos que, mais do que jornalismo, compete a esse jornalista dominar também o campo da gestão em comunicação. Ao mesmo tempo, são revelados, nos discursos desses jornalistas, os limites e as possibilidades técnicas e éticas de se gestar e dar materialidade a um jornalismo no qual acreditam, por meio de seus princípios, crenças e valores (MORETZSOHN, 2007).

Interessante ressaltar aqui que trabalhamos com o conceito de jornalismo cultural a partir de Piza (2003), no entendimento em que é um ramo do jornalismo voltado para análise crítica cultural em áreas como música, teatro, dança, artes visuais e outras expressões artísticas em geral, bem como matérias de cobertura jornalística, entrevistas, perfis de artistas e reportagens em profundidade, no tocante aos principais gêneros jornalísticos abordados por esse ramo.

Nesse sentido, trata-se de um tipo de jornalismo que se afasta das chamadas *hard news*, notícias *duras, quentes*, do cotidiano geral das ruas, ao mesmo tempo em que permite um trato mais acurado e mais tempo de desenvolver as pautas. Isso coaduna com muitas das práticas jornalísticas dos grupos produtivos, voltados para produção jornalística com mais tempo de pesquisa e apuração, na proposta de experimentação e inovação das narrativas e práxis do jornalismo independente realizado nos moldes contemporâneos (TRAQUINA, 2005; 2016).

Todos os grupos estudados na pesquisa se intitulam veículos de jornalismo cultural, exceto o Portal Correio Nagô, que trabalha uma gama de temáticas mais ampla dentro do espectro das pautas de mídia étnica, porém com ênfase nas pautas culturais:

O slogan do Correio Nagô é “Informação do seu jeito”. A gente quer realmente levar informação mais próxima possível da comunidade negra, das pessoas que para a gente são as mais violadas no direito à comunicação... que interesse a essa comunidade, que elas entendam e que se apropriem dessa informação. Então, a gente fala do seu jeito porque pode ser produzido pela própria comunidade ou que chegue para ela de uma forma que ela entenda, usufrua, se empodere dessas informações. Então é essa temática nossa... a gente tenta englobar os vários temas sociais, políticos, interacionais, mas trazendo para o nosso olhar, para o nosso diálogo.

A gente faz muita pauta de cultura, dos artistas. Antes do Rap está aí tocando e sendo trilha de novela, a gente já pautava os artistas do Rap, Hip Hop, Bloco Afro, Samba. Nossas pautas são essas. Obviamente, a gente fica muito feliz quando nossos artistas entram no *mainstream*, na cultura de massa, e a gente vai fazer sobre eles, sim. O novo disco de Beyoncé, o novo clipe de Jay-Z, mas a gente também está muito interessado nesses artistas ainda independentes, ainda da cena chamada alternativa, mas que têm uma relevância muito importante para as causas sociais, para a política.

A gente tem muita pauta reivindicatória, de crítica, de denúncia do racismo, dos casos de violação.(...) A gente tem pautas como essas reivindicatórias, mas a gente tenta também fazer as pautas positivas. *A área cultural é muito rica em pautas que elevam a nossa autoestima, que eleva o nosso orgulho, a nossa consciência (depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 11 de janeiro de 2019, grifos nossos).*

A ênfase na cobertura – porém não factual – de temáticas ligadas a jornalismo cultural também está evidenciada no discurso da informante do Portal SoteroPreta:

A gente só publica conteúdos relacionados à cultura negra em Salvador e Região Metropolitana. Nós temos várias categorias: religião, gastronomia, música, artes visuais, audiovisual, teatro, dança, várias categorias na área da cultura. Todas as matérias giram em torno desses gêneros apenas. Eu não faço matéria de cunho social, nem de factual. Só relacionado à cultura mesmo **(depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 17 de abril de 2019).**

Os discursos dos informantes também revelam tensões quanto ao termo *empreendedorismo*, pela relação direta a um conceito ligado ao *stablishment*, ou seja, à manutenção das estruturas de poder. No entanto, embora o termo seja rejeitado pela maioria – apenas uma das entrevistadas utiliza o mesmo de forma mais habitual –, ele é utilizado mais comumente não como um sinônimo de ser um negócio ou empresa, mas como diversas formas de produzir, de fazer projetos e produtos que viabilizem a sustentação e a sobrevivência dos grupos em si.

Mesmo não-sindicalizado – caso de cinco entre seis de nossos entrevistados – o jornalista se organiza em redes, co-working, parcerias (como intercâmbios, premiações e projetos coletivos), novas formas de trabalho colaborativo e, até mesmo, em cooperativa, que é a experiência do Portal Iteia a partir da plataforma Eita.

Assim, esse ambiente de *cooperação* entre os pares pode apresentar, menos concorrência, uma exigência do capital, e mais um *senso de comunidade*. E aqui, podemos recuperar o sentido de comunidade (BAUMAN, 2003; PAIVA, 2003) em que técnicas, tecnologias e habilidades dos diferentes participantes dos grupos possam ser realocadas para que todos possam melhor trabalhar e viver, fortalecendo os grupos como um todo e gerando uma cadeia produtiva.

PARCERIAS COM UNIVERSIDADES, ACESSO À FORMAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO:

Além das colaborações entre os pares, apontam-se, neste estudo, as parcerias com as universidades como estímulo tanto para o surgimento (a partir de grêmios estudantis, diretórios, disciplinas, projetos de extensão e de iniciação científica, laboratórios de redação e de criação, intercâmbios), quanto para o aprofundamento na compreensão do fenômeno, a partir das pesquisas, ações que tanto auxiliam na sustentação dos grupos quanto retroalimentam a criação de novos, a partir de proporcionar ser a universidade o espaço propício para a experimentação de *modos de fazer* para estudantes e novos jornalistas.

Com isso, os grupos não dependem da universidade para existir e produzir, mas, a partir do acesso a esse espaço de produção de saberes, pode permutar conhecimentos e também se fortalecer. A universidade e os cursos de jornalismo também podem aprender muito com essas experiências que vêm sendo feitas *nas ruas e nas redes*, vide disciplinas, projetos experimentais, laboratórios e estágios realizados em conjunto entre os grupos e as citadas universidades UFPE, Unicap, UFBA, Unijorge, Unime, Uneb, Uesb, UFRB.

Além disso, em todos os casos, o acesso à universidade parece ter sido crucial para que esses trabalhadores se identificassem como jornalistas e que definissem a produção que fazem nos meios digitais como jornalismo. Para isso, políticas públicas de ascensão para o Ensino Superior, como o ProUni, demonstraram ser pontos de virada na história de vida de pelo menos um dos

entrevistados dos grupos que revelou que, sem esse acesso, não teria cursado nível universitário, segundo seu depoimento.

Ainda em relação às universidades, o discurso dos entrevistados evidenciou que, na maioria das vezes, o conhecimento técnico e as habilidades apreendidas para ser um jornalista inovador/empreendedor não foi contemplado pela grade curricular dos cursos de jornalismo – sejam nas universidades públicas ou privadas, o que pode evidenciar a importância de se revisar os currículos dos cursos, uma vez que a formação universitária visa formar para a vida e para o mundo do trabalho.

Outro ponto positivo apresentado na fala dos entrevistados foi o crescimento, entre 2002 e 2014, do número de universidades públicas e de novos campi de universidades já existentes, garantindo, no que diz respeito à formação em comunicação, a interiorização e a criação de novos cursos e, assim, proporcionando a formação de novos profissionais que possam atuar também mais diretamente em seus territórios, além de gerar novos postos de trabalho na área.

Este foi o caso, apontado por dois informantes a respeito da chegada do curso de Rádio e TV em Feira de Santana, que acabou por atender a demandas do próprio movimento de comunicação local, muito forte na atuação com rádios comunitárias. E também foi o caso da chegada do curso de Jornalismo e outros cursos de comunicação com a criação da Uesb em Vitória da Conquista que proporcionou, inclusive, a formação acadêmica dos jornalistas fundadores da Revista Gambiarra, além de parcerias deste grupo com a própria universidade, *a posteriori*.

Assim, a relação entre as universidades e os grupos jornalísticos revela *tensões* (*precariedade* na formação dos jornalistas; *precariedade* nas relações de trabalho com os estagiários), mas também acesso para formação, através de políticas públicas, além de possibilidades de experimentação e de retroalimentação dos conhecimentos.

ARTICULAÇÃO EM REDE E O PAPEL DAS ONGS:

Foi possível perceber maiores características de jornalismo colaborativo e em rede nos grupos que se organizam de uma forma mais livre e orgânica, como o Portal Iteia e a Revista Outros Críticos. É interessante ressaltar que ambos são grupos criados por não-jornalistas de formação.

Ambos os grupos também foram os únicos a demonstrarem preocupação em realizar um trabalho que represente *produção de memória*. Este é o caso do acervo/biblioteca digital do Iteia e o caso da produção impressa da Revista Outros Críticos, cujo informante afirma ser o impresso como *permanência* e de *mais valia* em relação ao digital, além de trazer, em seu relato, a dimensão do afeto no cuidado e armazenamento dos materiais impressos.

Outro achado de pesquisa foi o do papel das organizações não-governamentais para estimular a criação desses grupos, por meio de oficinas de formação; fortalecê-los a partir de projetos, parcerias, pesquisas e ações e, muitas vezes, ser um braço jurídico para que o mesmo possa

ser viabilizado, caso dos grupos que, produzindo mídia independente de modo *informal* (sem formalização), organizam-se como fundações ou organizações sem fins lucrativos para poder acessar recursos de editais públicos, de empresas e de fundos internacionais, como pessoa jurídica. A relação anterior com ONGs, movimentos sociais e espaços de experimentação nas universidades assim, aparecem como condicionantes do surgimento dos grupos, mas não enquanto estruturantes para sua continuidade.

As ONGs surgidas entre os anos 1970 (caso do Centro de Cultura Luiz Freire, em Olinda-PE) e início dos anos 2000 (Cipó, Auçuba, MOC, Steve Biko, dentre outras entidades baianas, lembradas ao longo das falas dos declarantes), sobretudo as ligadas à luta antirracista, à defesa dos direitos humanos, que atuam/atuavam com educomunicação e na luta pela democratização da comunicação, também parecem ter sido fundamentais como espaço organizativo dos movimentos sociais, proporcionando terreno fértil para o aparecimento de fóruns como o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) e o Coletivo Intervezes, em nível nacional, e Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom), em nível estadual, no caso de Pernambuco.

Além disso, tais ONGs demonstraram ser importantes articuladoras de ações que permitiram o surgimento e o fortalecimento de grupos como o próprio Instituto de Mídia Étnica (IME), que ancora as ações do Portal Correio Nagô. Como fiscalizadoras de políticas públicas, essas ONGs também contribuíram para que a sociedade civil alcançasse espaço de participação em grupos de trabalho (GTs) e conselhos de comunicação social – caso do Conselho Gestor da Sociedade Civil, da TV Pernambuco, e do Conselho de Comunicação Social do Governo da Bahia.

Vale ressaltar que o fato de tanto o Portal Iteia quanto a Revista Outros Críticos não contarem com a contribuição de estagiários em suas práticas diz muito a respeito da natureza do grupo. Ambos são sites colaborativos, cuja razão de existir é possível a partir de muitos autores, dessa pluralidade de vozes. No caso da Outros Críticos, por exemplo, o informante enfatiza essa não-hierarquia no escoamento de conteúdos. Embora muitas das contribuições sejam de autores, acadêmicos, jornalistas e artistas convidados – especialmente, em relação às revistas impressas e livros –, recebem muito material por e-mail para publicar no site. E publicam. Isso não significa que não há critérios editoriais de seleção dessas produções. Mas tudo é gerido de forma mais orgânica. Tanto em um, quanto em outro grupo. Estariam, em ambos, os sentidos de um jornalismo, de fato, feito em rede, como aponta informante da Revista Outros Críticos:

Eu, nessa minha trajetória, criei um hábito: todos os dias, há muito tempo, tinha um acesso on-line aos jornais. Há dez anos, todos os dias, eu abro os três jornais daqui e passo e vejo os segundos cadernos³, leio algumas coisas, mas todos os dias eu vejo tudo

³ Cadernos de cultura nos jornais impressos (PIZA, 2003).

o que é publicado nos segundos cadernos. Todas as páginas, eu vi, nos últimos dez anos. É um tempo gigante. Algumas coisas eu leio, outras, a maioria, não. Mas botei o olho em tudo o que foi lançado. O que aconteceu com Outros Críticos? Se você abrir uma de nossas revistas, vai ver lá: tanto o estagiário que está lá na redação, nesses grandes jornais, quanto o professor da pós-graduação da comunicação. *A gente não faz diferença. A gente quer é gente contando história, gente escrevendo, gente refletindo* **(depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 13 de abril de 2019, grifos nossos).**

O Portal Iteia foi o único dos grupos estudados que apontou de forma espontânea, em seu discurso, a sua autocompreensão enquanto grupo produtivo local: “Iteia é uma rede autogestionária, ninguém é chefe de ninguém, nem no Intercidadania, não temos diretoria, presidência, vice-presidência. Por uma mera formalidade, somos uma OSCIP” (depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2019).

De acordo com informante do grupo jornalístico citado:

O Iteia foi contratado dentro da Produtora Colaborativa PE. *É um grupo produtivo local de pontos de cultura, um dos pontos de cultura que integra esse grupo é o Iteia.* Então, o Intercidadania foi contratado através do Iteia, *através desse grupo, assinamos um contrato com uma ONG de Nova Canaã, aqui na Bahia, para fazer cobertura audiovisual, edição de vídeo, registro fotográfico...* Então, esse dinheiro entrou, pagou pessoas que são da equipe, gerou conteúdo pro Iteia, divulgação, formou novos usuários nessas cidades... Como é que o Iteia acontece? Acontece através de prestação de serviço, de *crowdfunding*, apoio, organizações parceiras, trabalhos voluntários. Tudo isso está envolvido para a gente estar há dez anos, como a gente está hoje. O Iteia foi lançado em 2007, a gente está em 2019. Tem 12 anos que o projeto está no ar.

Sim, o que fazemos é jornalismo, é um trabalho de curadoria, de produção autoral, principalmente de conteúdo multimídia, têm muitas fotos e vídeos que foram publicados por integrantes do Iteia mesmo. A gente tem uma coisa muito forte: Iteia não é um site como o YouTube, que a gente publica conteúdo de qualquer pessoa. Você não vai chegar lá e subir uma música de Roberto Carlos. Se Roberto Carlos não te autorizou a subir esse conteúdo, você pode ser processado. Roberto Carlos tem, pelo direito autoral brasileiro, toda a liberdade de te processar. Porque você não tem autorização de subir a música de Roberto Carlos. Então, no termo de uso do Iteia diz assim: “O Iteia, o Instituto Intercidadania, no CNPJ tal, não se responsabiliza por nenhum conteúdo publicado em nosso servidor” **(depoimentos extraídos de entrevista concedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2019, grifos nossos).**

APROXIMAÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS COM O CAMPO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em linhas gerais, pode-se explicar o desenvolvimento local como um processo no qual a comunidade identifica e reconhece os seus potenciais endógenos e utiliza os recursos humanos e materiais locais para produção, articulando parcerias públicas e privadas e promovendo ações educativas e inclusivas que permitam a participação dos seus próprios membros em diversos níveis, independentemente de gênero e idade (BUARQUE, 1999; JARA, 2001; TAUKE SANTOS, 2002).

Além disso, de acordo com os mesmos autores, as ações realizadas em processos de desenvolvimento local devem considerar, ainda, a sustentabilidade em longo prazo, o que significa dizer que esta não é só pensada num nível econômico, mas também sob o ponto de vista da

preservação dos recursos ambientais, do repasse de conhecimentos técnicos de geração em geração e da conservação de valores locais (REIS, 2018).

Em linhas gerais, observa-se que fatores de desenvolvimento local em muitos dos novos grupos jornalísticos de base comunitária, especialmente, aqueles que se encontram nas periferias dos grandes centros urbanos, pautando-se no cotidiano que está à *margem* do acontece nas metrópoles, usando de recursos escassos, muitas vezes mesmo *improvisados*, e utilizando-se de inovação e criatividade para os modos de produzir comunicação e jornalismo.

Também é interessante ressaltar que tanto no discurso trazido pela Revista Outros Críticos quanto no trazido pelo Portal Iteia – experiências que, em nosso entendimento, trouxeram mais fortemente os requisitos de colaboração e senso de redes – aparece a dimensão da produção de uma memória do que é feito. Isso tanto apareceu no planejamento de seus produtos – caso da revista impressa dos Outros Críticos – como na concepção da estrutura do grupo em si, caso do Portal Iteia no entendimento do portal

O informante do Portal Iteia, traz o entendimento do seu grupo como um inventário das mais diversas produções elaboradas pelos coletivos de cultura, em especial, dos pontos de cultura, responsáveis ainda hoje por cerca de 40% do total das publicações. Em suas palavras, o Iteia:

Serve de memória, de banco de dados, de acervo multimídia do que um dia foi e não é mais. É uma forma de manter vivo também, porque, lá na frente, podem se dar conta de que estamos andando na direção errada (depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2019, grifos nossos).

O informante da Revista Outros Críticos apresenta essa inquietação sobre a finitude dos processos e a importância de registrar e sistematizar o trabalho realizado ao falar sobre o livro publicado por ocasião da edição comemorativa de dez anos da revista:

A gente reuniu textos representativos dos dez anos do Outros Críticos, então tem coisa do blog e do site e tem alguns textos, mas poucos, das revistas (impressas). Como a revista tem o formato impresso, a gente focou em outros textos. Coisas mais do site. Como o site um dia vai cair, vai sumir, a gente confia mais no impresso, tenta sempre trabalhar o impresso. A gente tem uma visão: muito do que está na internet vai ficar para sempre. O impresso dura mais do que o da internet, na visão da gente.

Vai ter uma hora que eu vou morrer, Fernanda vai morrer e pode ser que não tenha ninguém que se interesse por Outros Críticos... o site vai cair, ninguém vai pagar provedor, ou mesmo a gente não queira continuar a pagar o provedor, aí o site uma hora vai cair, todo o conteúdo que está lá vai cair. Então, a gente teve a ideia de pegar o que a gente acha mais representativo e colocar no impresso (depoimentos extraídos de entrevista concedida à pesquisadora em 13 de abril de 2019, grifos nossos).

A importância de produzir uma memória física, para o entrevistado, também tem a ver com uma questão de afeto:

A gente sempre se preocupou com o formato impresso, tanto a questão de qualidade, quanto *uma questão meio de afeto. A pessoa pegar aquele objeto, tem meio que uma afeição sobre ele. Na internet, é uma coisa mais passageira.* A gente tenta usar os dois. O que a internet pode nos dar, a gente usou muito. E no impresso, a gente usa outras coisas. Aí tenta fazer com que essas coisas casem. *A gente tenta trabalhar esses dois lugares. Tem uma memória física que a gente gostade ter* **(depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 13 de abril de 2019, grifos nossos).**

CONCLUSÕES

Conclui-se que, direta ou indiretamente, as organizações não-governamentais proporcionaram que os novos grupos pudessem hoje ocupar grades de programação da radiodifusão pública e ser apoiados em projetos culturais por fomentos como o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura), fundamentais na sustentabilidade de seu trabalho dos novos grupos. Em Pernambuco, por exemplo, verificamos que todos os grupos estudados acessam tal fomento como forma de sustentação financeira. A política pública dos pontos de cultura e as premiações de Ponto de Mídia Livre, em nível nacional, aparecem também nos discursos dos entrevistados como parte importante de suas trajetórias, para além do fomento – como um reconhecimento da relevância do trabalho por eles realizados.

Também constatamos que, além de se retroalimentar num movimento que envolve outros grupos, setor público (especialmente como fomento), ONGs, escolas e universidades, esses grupos estão em constante transformação. No caso dos novos grupos aqui estudados, são experiências exitosas e consideradas inovadoras mesmo em circulação há mais de dez anos, maioria dos casos de nossa pesquisa. O êxito pode estar, justamente, na capacidade da reinvenção ao longo do tempo: ora blog, depois site, produtora ou ONG, reorganizando-se de formas criativas para se manter vivo ao longo do tempo – e acompanhando as necessidades do seu tempo, no que diz respeito ao trabalho com comunicação e jornalismo cultural.

De toda forma, o que acreditamos é que, para se pensar o futuro do trabalho do jornalista é preciso se olhar para frente, guiando-se pelos passos dos que vieram antes. Se o trabalho do jornalista mudou, o que podemos aprender com as experiências de outros coletivos e grupos de trabalhadores, mesmo de não-jornalistas, e que podemos aplicar em nossas práticas? O que nos ensinam as experiências de outros agrupamentos de mídia independente que sempre existiram no Brasil, mesmo desde antes da imprensa oficial – produzindo conteúdo jornalístico a despeito de ciclos históricos democráticos ou autoritários?

Mais do que técnicas e tecnologias – que *caducam, enferrujam* e precisam ser trocadas ao longo do tempo – o que os resultados da pesquisa nos indicam é que a principal mudança a ser feita talvez seja nos modos de se *relacionar* com os outros – sejam seus pares, seus parceiros, suas equipes ou seus públicos.

A percepção de que também tais agrupamentos do trabalho do jornalista podem ser entendidos como trocas solidárias, experiências de rede, trabalho colaborativo – não necessariamente remunerado – se afina com o entendimento de autores que trabalham na perspectiva do desenvolvimento local. Tais estudiosos apontam em geral para a articulação de redes sociais como chave para promover o bem-estar das comunidades e para se construir possibilidades de desenvolvimento.

Para esses pesquisadores, a articulação em rede torna-se um elemento imprescindível para a formação cidadã de determinada população, uma vez que é pressuposta uma relação horizontal, de troca. E essa possibilidade é articulada por tais grupos em seus territórios, organizando-se da melhor forma possível para continuar existindo, produzindo e se reinventando.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.
- FIGARO, R. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às grandes corporações de mídia**. São Paulo: CPCT, 2018.
- GROHMANN, R. Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform.Coop. **Liinc em Revista**. V. 14, n. 1, 2018.
- JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. São Luís: IICA, 2001.
- MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- PAIVA, R. **O Espírito Comum**: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- PIZA, D. **Jornalismo Cultural**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- REIS, M. F. **Comunicação, Cultura e Mobilização Comunitária**. Curitiba: Appris, 2018.
- TAUK SANTOS, M. S. **Comunicação Rural**: do difusionismo tecnológico ao Desenvolvimento Local. Recife: Prorenda Rural, Coletânea de Palestras, 2002.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: Porque as notícias são como são. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.
- _____. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NA ERA TECNOLÓGICA: O USO DO PODCAST NA LUTA EMANCIPATÓRIA DAS MULHERES

Maria Salett Tauk SANTOS
Luízy Aparecida da Silva CARLOS

INTRODUÇÃO

É inegável que as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm ocupado um lugar cada vez mais central na nossa cotidianidade e, conseqüentemente, forjado novas dinâmicas e arranjos comunicacionais. Esse cenário de novas práticas sociais, se analisado à luz da Comunicação para o Desenvolvimento, implica constituição de novos processos de produção de sentido com desdobramentos e possibilidades concretas de mudança social. Para Tauk Santos (2010) compreender o significado da comunicação para o desenvolvimento implica em cotejar os sentidos que a mudança incorporou ao longo de sua trajetória. Neste contexto, as TICs têm importante papel como fonte de interpretação da realidade. Modificando e expandindo áreas de experiência individual, intervindo na formação da opinião pública e contribuindo para a definição de identidades individuais e coletivas. (DELLA PORTA; DIANI, 1999, p. 40).

Nesta perspectiva, a internet pavimenta o território para grandes transformações nas formas de engajamento e participação de diversos sujeitos políticos, realçando e visibilizando suas lutas por meio de uma comunicação digital autônoma, descentralizada e horizontalizada (CASTELLS, 2013).

Essa mudança no ambiente comunicacional tem como principal efeito a ampliação das possibilidades discursivas por parte de grupos outrora invisibilizados ou subalternizados, em especial por grupos e coletivos feministas que dão destaque à sua agenda fazendo uso de ferramentas e suportes como blogs, redes sociais, canais audiovisuais e por experimentações em mídia sonora, com destaque para os podcasts. Para Alvarez (2014), as redes e os usos das novas ferramentas moldam as táticas de luta das mulheres extrapolando as formas convencionais de articulação e mobilização da militância.

Nesse sentido a Comunicação para o Desenvolvimento, comprometida com as transformações do mundo contemporâneo, se apropria dos avanços tecnológicos e das condições de acesso aos dispositivos e ferramentas digitais de comunicação, as TICs, para promover e ampliar a educação e o empoderamento de mulheres, assim como viabilizar o debate e a participação delas na luta emancipatória, suscitando novas formas de ação política.

É importante pontuar que a utilização de ferramentas de comunicação como um lugar estratégico da ação feminista não é um fenômeno recente ou quiçá uma particularidade dos novos

ativismos. Entretanto, observa-se que, a partir da influência da Primavera Feminista, ¹que mobilizou mulheres nas redes e nas ruas do país em 2015, há um cenário crescente de produção e consumo de podcasts produzidos por mulheres e com ênfase em conteúdo feminista. Nesta direção, o podcast como mídia, considerando aspectos de acesso, produção e linguagem, é incorporado ao robusto ecossistema midiático feminista, possibilitando mais uma frente de atuação na construção de uma sociedade democrática e justa para as mulheres.

Logo, há evidências de que cada vez mais as mulheres têm encontrado no podcast um caminho que as aproxima do debate feminista e da militância. Isso se dá porque, muitas vezes, o podcast abre portas para o contato inicial de muitas mulheres com o feminismo, ajudando-as a construir um repertório sobre o movimento contribuindo para a formação política delas. Com a demanda de consumo desse tipo de informação, abre-se um campo para o crescimento desse tipo de conteúdo assim como um *locus* estratégico de ação e atuação feministas (Woitowicz, 2012).

Partindo deste cenário apresentado, este artigo visa a discutir sobre a potencialidade da mídia podcast na luta feminista e apontar possíveis contribuições e estratégias para o fortalecimento da agenda feminista contemporânea, no âmbito da Comunicação para o Desenvolvimento, lugar historicamente voltado a produzir transformação social.

O PODCAST E SEU POTENCIAL NA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Mesmo com uma aparente falta de unidade conceitual a respeito da mídia podcast, buscamos trazer as definições mais aceitas e difundidas sobre o fenômeno. Trata-se de programas de áudio cuja principal característica é um formato de transmissão direto e atemporal chamado Podcasting (LUIZ, 2014, p.13). Para Izuzquiza (2019), podcast é uma série de áudios subidos à internet e distribuídos mediante um *feed*² RSS.

Podcasts são, basicamente, conteúdos de mídia sonora (programas de áudio) que apresentam características próprias como: o caráter atemporal, acessível e autônomo da mídia; produção simplificada e de fácil tecnologia, distribuição do conteúdo em formato de áudio MP3, compatível com a maioria dos players (VANASSI, 2007); audiência engajada e seletiva, além de seu potencial de formação de comunidades. A mídia, inicialmente, se coloca como um canal diverso e didático, podendo ser facilmente utilizada por grupos subalternizados pelo seu caráter mais acessível, barato e simples, o que facilita a produção de conteúdo e narrativas por vários atores sociais.

Neste sentido, o podcast se apresenta como uma mídia disruptiva, visto que rompe com métricas espaço-temporais, como duração de programas e blocos de programação, comuns às mídias

¹ Ver: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>

² *Real Simple Syndicate* – tecnologia de distribuição automática de conteúdo na Internet

tradicionais, assim como permite uma maior liberdade criativa no que diz respeito a formatos, tempo de duração e narrativas. O podcast apresenta-se também como uma das expressões da Cibercultura pois, segundo Lemos (2005), a mídia atende aos princípios ciberculturais, visto que há a liberação do polo da emissão, ou seja, não há mais uma fonte única de emissão de conteúdo sonoro, dando protagonismo à figura do ouvinte-produtor; há também o princípio de Conexão, já que a distribuição se dá em conexão e escala planetárias por meio dos sites na rede.

O termo podcast surge em 2004 e tem sua história ligada a dois nomes: Adam Curry e Dave Winer. O primeiro, criador de conteúdos audiovisuais. O último, programador e desenvolvedor do *RSS*, um mecanismo que, inicialmente utilizado em blogs, notificava o assinante da página sempre que houvesse conteúdo novo, sem a necessidade de ele visitar o site em busca de atualizações e novas postagens. Esse mecanismo, que permitia o *download* automático de arquivos, foi aprimorado para arquivos em áudio, que logo passaram a fazer parte de agregadores e tocadores digitais de *.mp3*. Nesta época, o tocador mais popular era o *iPod*. Logo, mesmo não sendo um serviço exclusivo da Apple, o nome pegou e os programas começaram a ser chamados de podcast, a junção do prefixo “pod”, oriundo de *iPod*, com o sufixo “casting”, que vem da expressão *broadcasting*, transmissão pública e massiva de informações.

No Brasil, a mídia podcast chegou ainda em 2004. No entanto, apesar da novidade, seu consumo logo arrefeceu, o que ficou conhecido como *Podfade*. Entretanto, vemos, nos dias atuais, um movimento de forte crescimento dessa mídia, tendo sido objeto de grande disputa por players fortes no mercado de áudio, como o Spotify, a Apple, a Deezer e a GloboPlay, que para além do catálogo de programas lançados pela emissora em 2019, hospeda, atualmente, conteúdos em podcasts no seu portal de *streaming*. Outro sinal que evidencia a ascensão da mídia é que, segundo dados do *Spotify*³, o Brasil já ocupa o segundo lugar como maior consumidor de podcast, atrás apenas do mercado norte-americano.

Longe das métricas do mercado, o que nos interessa investigar é o potencial do podcast e seus usos como instrumento de formação e capacitação das mulheres para o enfrentamento do patriarcado, na perspectiva da Comunicação para o Desenvolvimento.

Bonini (2020), em consonância com um pilar importante do campo da comunicação para o desenvolvimento, aponta o podcast como uma prática cultural emancipatória. E nesse mesmo sentido podemos enxergar o podcast como ferramenta de luta, lugar de intercâmbio de saberes e espaço de cidadania. No entanto, mesmo com toda a aparente aderência do público a esse tipo de mídia, também

³ Ver: <https://www.b9.com.br/116720/segundo-spotify-brasil-e-o-segundo-maior-mercado-de-podcasts-do-mundo/>

precisamos considerar o podcast, principalmente diante do contexto político brasileiro atual, como um território em disputa de diversas narrativas e antinarrativas.

A Associação Brasileira de Podcasts (ABPod), realizou uma pesquisa em 2019⁴ para traçar o perfil dos ouvintes de podcast no Brasil. A PodPesquisa nos serve como um importante indicador para compreendermos o cenário de produção e consumo de podcasts no país. Entre os resultados mais relevantes, destacamos a crescente participação de mulheres, se comparado com o ano de 2018, edição anterior da pesquisa, que registra um aumento de busca por programas com a temática feminista.

Isso não se dá de maneira aleatória ou mesmo isolada. Há, desde 2017, movimentos dentro da *Podosfera* a fim de incentivar a produção de programas com mulheres à frente das etapas de concepção e desenvolvimento destes, assim como para divulgar produções já existentes.

Essas iniciativas, que buscam fortalecer e ampliar a presença de mulheres na *Podosfera*, oferecem cursos e oficinas que ensinam como criar, produzir, gravar, editar e monetizar os programas, além de formas de localizar, por meio das *hashtags*, conteúdo feito por mulheres feministas.

Dentre elas, destacamos o projeto #OPodcastÉDelas⁵, criado em 2017 pela ativista e *podcaster* Domenica Mendes. A iniciativa, que começou como campanha, hoje atua como uma espécie de incubadora para mulheres *podcasters* estreadas. Na plataforma, mulheres conseguem viabilizar todo o processo criativo, além de terem, gratuitamente, *feed* e hospedagem de seus programas.

Outra iniciativa é a campanha #mulherespodcasters, da também ativista e *podcaster* Ira Croft, criada em meados de 2014. Por meio de um *bot*,⁶ é divulgado automaticamente no perfil da rede social Twitter as publicações de novos episódios de programas realizados por mulheres cadastradas via formulário disponível no site mulherespodcasters.com.br/divulgue.

Também destacamos a primeira edição do evento online #1ªMulheresPodcasters⁷, que aconteceu em 21 de outubro de 2020, como ação independente, mas como parte das comemorações pelo dia do Podcast no Brasil, comemorado a essa data. O evento trouxe mulheres *podcasters* para debater a diversidade de conteúdos feministas e também para dialogar sobre os desafios, presentes e futuros, de uma *Podosfera* mais feminina e feminista.

Elencamos aqui uma pequena amostra de programas produzidos com temáticas que tem contribuído para o despertar e a formação de mulheres na *podosfera* brasileira. O primeiro que

⁴ Ver: <https://abpod.org/podpesquisa/>

⁵ Ver: <https://opodcastedelas.com.br/>

⁶ A palavra *Bot* é o diminutivo de *robot* (robô, em inglês). São softwares ou programas que rodam na internet e realizam ações repetitivas e simulam ações humanas. Seu uso mais comum é em chats para respostas automáticas

⁷ #1ªMulheresPodcasters - <https://www.youtube.com/watch?v=cvKNCbMiYcY>

destacamos é o Olhares Podcast⁸, criado por Aline Hack, que “busca atribuir novos olhares evidenciando as lutas, as participações sociais, ações afirmativas e conquistas das mulheres”. Destacamos também o Outras Mamas,⁹ com seu jargão “alimentando a ideia de um mundo livre para *todes*”. Temos também o Maria vai com as outras¹⁰, uma publicação da revista Piauí que discute as relações das mulheres com o mercado de trabalho. No campo acadêmico, há o Segundas Feministas¹¹, podcast do GT de Gênero da Associação Nacional de História - ANPUH Brasil, criado para divulgar pesquisas e discussões da área de história sobre gêneros, mulheres e feminismos.

Em um recorte mais regional, apontamos exemplos de programas produzidos por mulheres da Região Nordeste e que dialogam com pautas importantes para o debate feminista: o Malamanhadas¹² (PI), que trata da garantia de direitos das mulheres; o Cirandeiras¹³, das jornalistas Joana Suarez e Kel Baster, unindo os Estados de Pernambuco e Minas Gerais, dando visibilidade às lutas das mulheres em cada canto do Brasil. Além do Elas Pesquisam¹⁴ do Ceará, que discute ciência e entretenimento na perspectiva feminista.

FRAGILIDADES E LIMITAÇÕES

Apesar de enxergar o potencial democratizador da mídia podcast no campo da comunicação para o desenvolvimento, sobretudo de grupos subalternizados, é fundamental salientar que ele ainda não é acessível para todos. É incontestável que a mídia tem aderência e força mobilizadora e pode, de fato, contribuir para o desenvolvimento num contexto local e regional. Entretanto, há elementos condicionantes, sobretudo em um país desigual como o Brasil, que invisibilizam quem mais precisa ter sua voz amplificada. Entre esses aspectos limitantes destacamos o acesso precarizado à internet para boa parte da população, seja ela urbana ou rural e as questões de gênero, raça e classe. Tais imbricações definem e delineiam os perfis sociais que acessam e, conseqüentemente, produzem os conteúdos das mídias. Essa reflexão nos sintoniza com o pensamento de Dominique Wolton (2012, p. 184) quando afirma que as novas tecnologias não são suficientes para mudar a sociedade, isto é, modificar a organização social e o modelo cultural da comunicação. Logo, é preciso considerar, para além da dimensão inovadora, a dimensão social da tecnologia.

Um outro ponto fundamental e que afasta, sobremaneira, as mulheres do contexto tecnológico é a brecha digital de gênero (WAJCMAN, 2006; CASTAÑO, 2008; NATANSOHN, 2013). Essa disparidade de

⁸ <http://olharespodcast.com.br/>

⁹ <https://www.outrasmamas.com.br/>

¹⁰ <https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/maria-vai-com-as-outras/>

¹¹ <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/5938-podcast-segundas-feministas>

¹² Ver: <https://www.malamanhadas.com/>

¹³ Ver: <https://open.spotify.com/show/4THKpW9TIBdxRWe7amFSd5>

¹⁴ Ver: <https://open.spotify.com/show/797xwDBujZPT9R3O5E7kOM>

acesso à tecnologia entre mulheres e homens não se dá apenas devido às dificuldades de acesso à rede, nem tampouco à hegemonia masculina nas áreas que permeiam a tecnologia. Trata-se de uma educação tecnológica iniciada na infância e que coloca meninos e meninas com estímulos diferentes para a socialização. A eles é dado o direito de ser curioso e explorador do mundo. A elas é ensinada a tarefa do cuidado e do comedimento. É a velha dicotomia rua x casa, que marca fortemente as relações estruturantes de gênero.

PODCAST E OS NOVOS ATIVISMOS FEMINISTAS

Como dissemos ao longo do texto, o podcast é uma mídia que tem forte potencial mobilizador e comunitário dada a sua aderência por parte de seus ouvintes que, como integrantes de uma comunidade, ligados por elementos de identificação com pautas e perspectivas, não apenas ouvem o conteúdo. Essa comunidade de ouvintes fiéis e engajados banca os custos do projeto, divulga-o nas suas redes pessoais, estabelecendo novas formas de ativismo digital, aqui mediados pela esfera simbólica e material do consumo.

Com a força das redes e de novas mídias como o podcast, o ambiente virtual oferece aos consumidores ativistas, ou simpáticos às causas, a possibilidade de, a seu modo, serem agentes difusores desses discursos e, a partir do seu capital social, influenciar pessoas na microesfera e no campo da micropolítica, aquela que fazemos nos pequenos espaços como em casa ou nos nossos grupos de convivência. Estas pessoas do seu círculo próximo reagem, muitas vezes, aos seus posicionamentos na esfera virtual.

Cremades (2009) chama de Revolução do Micropoder esse contexto em que vivemos com a cibercultura, na qual a tecnologia e seus usos, em especial as redes, empoderaram os sujeitos, devolvendo-os cotas de poder antes dominadas pelo Estado e por instituições como a Igreja e o Mercado. Para o autor espanhol, essa revolução demonstra “um reconhecimento sem precedentes do poder que o indivíduo tem por participar de um projeto coletivo que muda a sociedade em que vivemos” (CREMADES, 2009, p. 17). Seguindo essa perspectiva, Biroli (2018, p.200) assinala que o ativismo contemporâneo, ou os novos feminismos, emergem no ambiente de troca e difusão de informações e ideias propiciado pela internet.

Para Silva Carlos (2021), a identificação é um elemento forte que atravessa essas novas formas de ação feminista nas redes. Relatos de histórias vivenciadas por mulheres afetam outras que se encontram na mesma situação e que, muitas vezes, conseguem reagir a tal contexto porque encontram força nessas narrativas pessoais compartilhadas via redes e também via podcasts. Costa (2018, p. 46) chama isso de força mobilizadora dos relatos pessoais, e considera um dos principais instrumentos políticos do feminismo em rede.

Para além do ativismo pessoal observado nas redes e nas comunidades de ouvintes de podcasts, destacamos aqui o papel de grandes marcas y empresas que buscam associar-se às novas mídias e a produtores de conteúdo digital com atuação em diversas frentes nesse ecossistema midiático feminista.

A entrada da publicidade na mídia podcast, em seu início, causou estranhamento entre os ouvintes que temiam que a presença desse recurso, muitas vezes fundamental para a sustentabilidade do projeto, rompesse com o caráter mais independente do conteúdo, aspecto tão relevante e valorizado por quem consome essa mídia.

Entretanto, há diversas maneiras de aproximar podcasts e marcas considerando sempre a coerência e o alinhamento destas aos propósitos ou temas dos programas. O que se distancia disso causa reação por parte da audiência que não adere ao conteúdo e, conseqüentemente, não gera impacto e resultados para as empresas.

A título de ilustração, aqui trazemos como *case*¹⁵ a parceria da marca Natura com o Mamilos Podcast, produzido pela B9 *Company* que, em 2020, lançou a minissérie em áudio chamada “Era uma vez”. A produtora tem em sua cartela de clientes empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, que costumam anunciar em seus produtos, dentre as quais destacamos: Natura, Google, Bradesco e Amazon, dentre outras.

A audiossérie em questão, disponível para ouvir em todas as plataformas digitais de áudio e também no site da produtora, trata sobre a violência contra a mulher e traz um conteúdo rico em informações e reflexões para que mulheres rompam esse ciclo violento. Um detalhe importante que deixa a narrativa mais forte e real é que os depoimentos contidos nos episódios são de consultoras da empresa, mulheres comuns que, com certeza, conhecemos alguma.

No entanto, apesar de observar a intenção ativista das marcas e a incidência do conteúdo sobre os ouvintes, não podemos ser ingênuos ao ponto de acreditar que toda as marcas são ativistas *per se*. Há muitas camadas e contradições nessa relação.

Considerando que o formato podcast oferece às marcas uma audiência engajada e muito mais seleta, é fundamental que as empresas compreendam que um discurso esvaziado e sem prática não incide sobre esse público mais crítico e questionador. Por sua vez, cabe às produtoras dos podcasts o dever de dialogar sempre com as marcas dos patrocinadores e com as ativistas participantes deixando bem delimitados e distintos os territórios da publicidade em relação ao da ação das lutas emancipatórias das mulheres.

¹⁵ Ver: <https://www.b9.com.br/123933/mamilos-e-natura-lancam-era-uma-vez-minisserie-de-podcast-sobre-violencia-contra-a-mulher/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou trazer contribuições para a reflexão do potencial da mídia podcast na comunicação para o desenvolvimento e para o fortalecimento das lutas emancipatórias das mulheres por meio de seus usos. Partindo da noção de que as TICs e a internet ampliaram as possibilidades da atuação de luta das mulheres e moldaram novas formas de sociabilidades, mobilização, engajamento e ativismos, o podcast soma-se a uma longa trajetória na qual a comunicação ocupa papel estratégico para sensibilizar e transformar a sociedade em que vivemos.

Além do potencial de contribuição social e de formação e empoderamento de mulheres, o podcast também pode ser um campo para práticas de exercício de cidadania e de consumo de ativismo, visto que tem força para influenciar as decisões de compra de suas e seus ouvintes.

Entretanto, mesmo com o cenário mercadológico favorável à expansão dessa mídia e de ampliação do uso dela entre os grupos minoritários e discriminados, é incontestável que a mídia podcast é forte e popular, mas deixa ainda à margem quem, de fato, precisa ocupar os microfones em razão de suas lutas emancipatórias.

Neste debate é necessário não esquecer que a questão das lutas pela emancipação das mulheres não se resolve apenas garantindo o acesso delas às tecnologias digitais. Em consonância com o que afirmou o escritor moçambicano Mia Couto (COUTO, 2023), em entrevista recente à Revista Veja, “colocar uma mulher em um lugar de poder, por si só, não resolve as desigualdades”.

Assim a luta pelas conquistas femininas não pode perder o foco no que é fundamental. Parte desse caminho é considerar formas de garantir acesso das mulheres às ferramentas digitais e a uma educação tecnomidiática, que pode ser libertador e empoderador, tendo em vista a dimensão democrática e gratuita de acesso à informação.

Por fim, o trabalho pode ser visto como uma oportunidade de revelar a força e a potência da mídia podcast e sua contribuição para uma comunicação para o desenvolvimento seja local ou regional, para que a mesma possa ser utilizada como mais um recurso à disposição dos grupos de mulheres para (in)formar, engajar e aumentar o alcance do feminismo, por meio do uso de ferramentas acessíveis de comunicação.

REFERÊNCIAS

- ABPOD. PodPesquisa 2019 - Hábitos de ouvintes de Podcasts brasileiros. ABPod, 2019. Disponível em: <https://abpod.org/podpesquisa-2019/>. Acesso em: 28 de maio de 2022.
- ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13 – 56, abr. 2014.
- ANDRADE, B. O; TAUK SANTOS, M. S. Cibercultura na Extensão Rural: o Facebook na política nacional de assistência técnica e extensão rural. **DEAER-CCR-UFSM, Santa Maria, v. 22, n. 3, jul./set.2015.**
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** Boitempo Editorial, 2018.
- BONINI, T. A “segunda era” do podcasting: reenquadrando o podcasting como um novo meio digital massivo. Tradução: Marcelo Kischinhevsky. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 11, n. 01, p. 13-32, jan./abr. 2020.
- CASTAÑO, C. **La Segunda Brecha Digital.** Madrid: Cátedra/ PUV, 2008.
- CASTELLS, M. **O Poder da Comunicação.** Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- COSTA, C. Uma nova geração política – Rede. In: HOLLANDA, et al. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- COUTO, Mia. Mia Couto: “Rever obras é censura”. [Entrevista concedida a Duda Monteiro de Barros]. **Revista VEJA.** Edição 2843. Ano 56. Número 21. maio 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/mia-couto-rever-obras-e-censura>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- CREMADES, J. **Micropoder - a força do cidadão na era digital.** Senac, 2009.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social Movements: an introduction.** Oxford: Blackwell. 1999. p. 40.
- IZUZQUIZA, F. **El Gran Cuaderno de Podcasting.** Madrid: Kailas, 2019.
- LEMOS, A. **Cibercultura.** Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LIMA, N. Q.; TAUK SANTOS, M. S. Redes Sociais e Juventude Rural: o uso das tecnologias da comunicação para o desenvolvimento em redes globalizadas. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação -Intercom.** São Paulo, v. 35, n. 2, p .225-246, jul./dez.2012.
- LUIZ, L. (org). **Reflexões sobre o Podcast.** Rio de Janeiro: Marsupial Editora, 2014.
- NATANSOHN, G. O que tem a ver as tecnologias digitais com o gênero? **Internet em código feminino: teorias e práticas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013.
- SILVA CARLOS, L.A. **Feminismo online: os usos do podcast como ferramenta de mobilização e empoderamento de mulheres no ciberespaço.** 2021. Dissertação (mestrado em Consumo e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.
- TAUK SANTOS, M.S. **Inclusão Digital, Inclusão Social?** Usos das tecnologias da informação e comunicação nas culturas populares. Recife: Bagaço,2009.
- TAUK SANTOS, M.S; KENBEL, C.A. Proposta metodológica de análise de usos das redes sociais para o desenvolvimento. **Revista Razón y Palabra, vol.20, n.4, oct /diz.2016, p.42-54.**

TAUK SANTOS, M.S. Juventude Rural em tempo de redes sociais. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUK SANTOS, Maria Salett. **Extensão Rural-Extensão Pesquisadora: estratégias de comunicação para o desenvolvimento**. Recife: FASA, 2014, p. 665-676.

VANASSI, G.C. Podcasting como processo midiático interativo. **Monografia. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul**, 2007. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/vanassi-gustavo-podcasting-processo-midiatico-interativo.pdf>. Acesso em 07 jul. 22.

WAJCMAN, J. **El tecnofeminismo**. Madrid: Cátedra, 2006

WOITOWICZ, K. J. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. **Revista Ação Midiática**, v.1, n. 3, 2012.

WOLTON, D. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012

REPRESENTAÇÕES, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE O “ESTADO DA ARTE E BIBLIOMETRIA”

Flavi Ferreira Lisboa FILHO
Luciomar de CARVALHO

INTRODUÇÃO

Este artigo refere-se a um levantamento, do tipo "estado da arte e bibliométrica", de pesquisas relacionadas às temáticas representação, gênero e desenvolvimento, no intuito de auxiliar na pesquisa de pós-doutoramento, que possui como título “Representações LGBTQIA+, em especial sem gênero em publicidades audiovisuais regionais: identidade e desenvolvimento pelo viés dos Estudos Culturais”. Cabe registrar que a supervisão de pós-doutorado encontra guarida no projeto de pesquisa “Comunicação, identidades e patrimônio cultural: desenvolvimento sustentável e democracia pelos Estudos Culturais”, financiado pelo edital de produtividade do CNPq, e no Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Audiovisualidades.

A pesquisa de pós-doutoramento pretende investigar, por meio da relação entre comunicação e desenvolvimento, como sujeitos LGBTQIA+, em especial sem gênero¹, da região dos Geoparques² Quarta Colônia e Caçapava Aspirantes UNESCO, se veem representados em audiovisuais publicitários regionais. Como objetivos propomos: averiguar quais estratégias podem fortalecer as identidades LGBTQIA+, em especial sem gênero em audiovisuais publicitários regionais e seu sentimento de pertença na região dos geoparques estudados; mapear audiovisuais publicitários das regiões dos geoparques em questão; levantar uma amostra de sujeitos LGBTQIA+, em especial sem gênero nas cidades que integram os geoparques considerados nesta pesquisa; e investigar como esses sujeitos interpretam as representações LGBTQIA+, em especial sem gênero nos audiovisuais publicitários regionais. Para isso, buscaremos através de uma metodologia qualitativa, baseada nos aportes teórico-metodológico dos Estudo Culturais, de Gênero e de Desenvolvimento, tratar o objetivo proposto.

¹ Um sujeito sem gênero não nasce com seu gênero definido, mas de antemão nasce com o seu sexo determinado por conta do seu órgão biológico, ou seja, um corpo sexuado onde é imposta uma categoria social e a partir disso o indivíduo começa essa construção. O sujeito sem gênero, flutua entre as nuances desse processo a partir do momento que rejeita esse determinismo biológico e se significa, e se identifica, a partir de suas experiências e transpassa toda essa normatividade (SEGATO, 1998).

² “Os Geoparques Globais da UNESCO (GMU), assumidos como territórios de educação, ciência e cultura para o desenvolvimento sustentável buscam a implementação de novas estratégias para a gestão do território com uma perspectiva holística de conservação para a promoção do patrimônio natural e cultural como suporte identitário dos territórios [...]. Uma das realidades da região latino-americana é a marcada desigualdade social [...], incluindo as questões de desigualdade de gênero. Sendo que os GMUs buscam alternativas para um desenvolvimento local sustentável, isso considera a inclusão e busca da igualdade para todos” (ROSADO-GONZÁLEZ; PALACIO-PRIETO E ABREU SÁ, p. 19, Tradução nossa, 2020).

Esse projeto tem a finalidade de fortalecer essas identidades marginais e periféricas, e seu sentimento de pertença ao território que vivem. Tendo como premissa de que compreender, analisar e apreender os discursos e os sentidos das manifestações comunicacionais, culturais e midiáticas, que refletem sobre o local, trazem importantes contribuições para pensarmos o extenso território estadual, nacional e mundial e suas demandas para que avancemos rumo ao respeito de indivíduos LGBTQIA+, em especial sem gênero, visto que o território em questão está tendo grande visibilidade devido aos geoparques aspirantes.

METODOLOGIA

Para dar conta das pretensões desse estudo, é de suma importância fazer um levantamento de pesquisas e artigos que tratem essas temáticas, no intuito, de enriquecer o processo no todo. Por meio deste estudo, procurou-se elaborar um panorama a respeito das investigações mais relevantes que vêm sendo realizadas nesses eixos.

Segundo Ferreira (2002, p. 258), os estudos relativos ao estado da arte podem ser definidos como uma modalidade de pesquisa bibliográfica, que têm por objetivo:

O desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

As pesquisas do tipo estado da arte sobre as produções de uma determinada área ou instituição são uma possibilidade de se verificar a situação do conhecimento em um dado momento, permitindo colocar em ordem as diversas informações, além de compreender as relações existentes entre elas, em termos de semelhanças e contradições (Ferreira, 2002). Portanto, podem surgir diversas possibilidades de análises a partir desse olhar panorâmico para um conjunto de produções.

Uma das consequências dessa lógica que suprime a excelência dos trabalhos em relação ao número de produções é a perda do caráter inovador das pesquisas. Ribeiro (1999) tece críticas ao modo como os trabalhos científicos são escritos atualmente.

Usando uma metáfora, o autor afirma que "não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme" (Ribeiro, 1999, p. 190), alertando sobre o risco da elaboração de trabalhos, principalmente da área de Ciências Humanas, que não ousam propor ideias genuínas, perpetuando produções repetitivas e cristalizadas. A revisão bibliográfica, com a leitura dos clássicos e do que tem sido produzido sobre o assunto na atualidade, é essencial, porém não pode engessar o trabalho, de modo que o autor se embase somente em produções alheias, desapropriando-se de suas próprias ideias e reflexões.

Assim, é de grande importância compreender o que se tem pesquisado e de que forma, além de refletir sobre as repercussões desses milhares de pesquisas nas necessidades sociais e científicas

do País. E, nesse caso, no que se refere à área da comunicação/representação, gênero e desenvolvimento.

Para a realização desse levantamento, a busca foi realizada em três plataformas: Scielo, Doaj e Anais do Intercom do GP Comunicação e Desenvolvimento Local e Regional, elaborando um panorama a respeito das pesquisas realizadas no Brasil dos últimos cinco anos em representações, gênero e desenvolvimento.

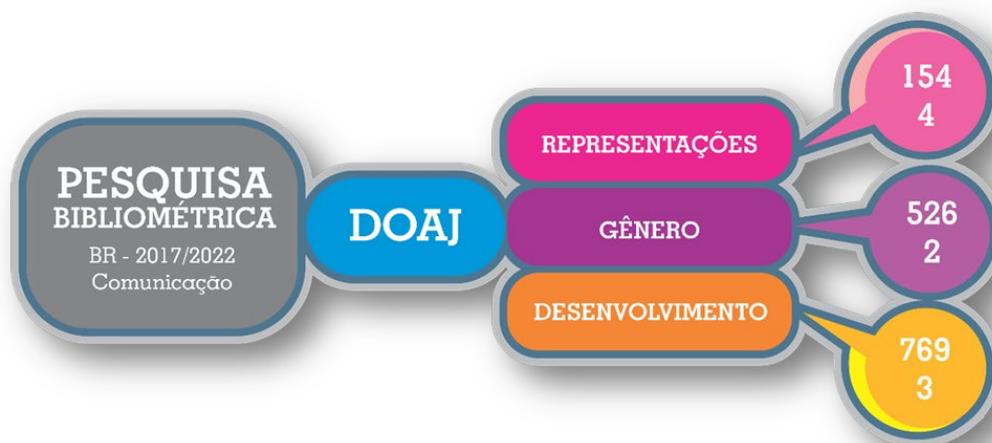
Segundo Ferreira (2002), grande parte das pesquisas do tipo estado da arte opta por analisar as produções com base no resumo. A autora alerta quanto a essa escolha metodológica, visto que, no resumo, muitas vezes, não há dados suficientes para realizar uma análise cuidadosa do trabalho. Ressalta que quando o objetivo é apenas mapear os dados, a opção de ler somente o resumo pode tranquilamente ser suficiente, porém uma análise mais aprofundada requer o retorno ao texto original. Desse modo, no estudo realizado, priorizou-se, em um primeiro momento, a análise dos resumos, mas, posteriormente, foi necessário retomar os trabalhos na íntegra, a fim de compreender os aspectos/temáticas eleitos como norteadores da análise e resultados.

Para facilitar o agrupamento dos dados, as informações bibliométricas foram coletadas e, em seguida, os dados gerais foram agrupados em infográficos para posterior análises.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A seguir, apresentar-se-ão três infográficos com os dados coletados nas plataformas pesquisadas, seguidas das respectivas análises.

Figura 01: Infográfico plataforma DOAJ



Fonte: DE CARVALHO, 2022.

Analisando a Figura 01, o infográfico expõe o quantitativo de pesquisas encontradas na plataforma DOAJ em cada um dos temas relacionados a pesquisa em questão.

No tema representações foram encontradas 154 pesquisas, destas, quatro pesquisas em seus contextos contribuirão com esse conceito.

O artigo de Fabiane Fernandes Pacheco, intitulado “As representações de um Patrimônio memória e identidade” do ano de 2019, auxiliará em questões metodológicas à pesquisa do pós-doc, pois essa trata de entrevista semiestruturadas trazendo em seus resultados formas de pertencimento e reconhecimento dos laços identitários das populações entrevistadas.

“Midiatização, representações, violência: paradoxos das experiências LGBT no Brasil contemporâneo” trabalho de Miguel Rodrigues de Sousa Netto da UFMS, do ano de 2017, contribuirá com nossa pesquisa, pois, traz em seu contexto como podemos compreender as experiências formadas pela população LGBTQIA+ e na tentativa de romper com a cultura hegemônica. Aborda em seu contexto representações midiáticas-culturais em relação ao movimento LGBTQIA+.

Elaine de Jesus Souza, UFRGS, Jailson Pereira da Silva e Claudiane Santos da Universidade Federal do Sergipe, trazem o trabalho "Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia", em 2017, que também irá auxiliar com seu contexto nos assuntos referentes a desconstrução dos preconceitos e da homofobia.

“Representações sociais e o processo de construção de identidades homossexuais: identificando e comparando as representações de homens homossexuais e homens heterossexuais sobre a homossexualidade masculina” de Eduardo Borges Carmo e Fernanda Mendes Resende, da Universidade Católica de Minas Gerais, no ano de 2018, traz contribuições em relação as teorias das representações sociais, auxiliando na análise do modo como os indivíduos compreendem fenômenos de realidade.

Na temática gênero deparamo-nos com 526 trabalhos sendo dois os com maiores ligações à temática em voga.

Desses, o trabalho “Refugiados LGBTI”: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência” de Isadora Lins França da Unicamp/SP, no ano de 2017, aborda a articulação entre os chamados direitos sexuais e os direitos relacionados ao refúgio, no marco dos direitos humanos, na produção da categoria “refugiados LGBTI”, discute nesse contexto, as relações entre gênero, sexualidade e violência, auxiliando assim também na abertura a olhar para as diversidades.

“O instituto dos direitos humanos e o reconhecimento da pluralidade de identidades de gênero e sexualidade no direito internacional latino-americano”, em 2016, de Vinicius Santos de Oliveira, irá auxiliar, se assim preciso, conhecer e abordar temáticas jurídicas em relação a diversidade de gênero.

Com a temática desenvolvimento, nessa plataforma, foram encontrados 769 trabalhos, sendo que desses três aproximam-se de alguma maneira à temática “maior”³.

³ A palavra “maior” aqui e no decorrer do trabalho faz referência a pesquisa do Pós-doutorado.

Marco André Cadoná, da Universidade de Santa Cruz do Sul, no ano de 2017, com o trabalho “Dinâmicas Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Organização dos Mercados Urbanos de Trabalho: uma Análise a Partir de Cidades Médias do Rio Grande do Sul” analisa as repercussões de dinâmicas regionais de desenvolvimento sobre o trabalho e a organização dos mercados urbanos de trabalho, compreende como diferentes dinâmicas regionais de desenvolvimento condicionam as configurações dos mercados urbanos de trabalho, e por se tratar de uma pesquisa em uma cidade média, localizada próxima as localidades dos geoparques em questão na pesquisa de pós-doc, poderá auxiliar, além das referências nele abordadas.

“Direito ao desenvolvimento nos âmbitos do desenvolvimento da nação e do desenvolvimento do indivíduo”, trabalho de Amanda Garcia de Oliveira e Gustavo Rocha Martins, da Faculdades Integradas Vianna Júnior, em 2017, aborda dimensões do desenvolvimento dos indivíduos e da nação, apontando itens relacionados ao desenvolvimento econômico e social abrangendo o progresso humano, o que colabora com nossa pesquisa.

De Rita Castro Engler, Nadja Maria Mourão, Marília de Fátima Dutra de Ávila Carvalho e Rosilene Conceição Maciel, o trabalho que leva o título "Produtos artesanais de identidade territorial: o desenvolvimento do patrimônio natural e cultural na comunidade Mocambeiro – Brasil", aborda questões de um projeto extensionista em uma comunidade que produz artesanato local, principalmente donas de casa, relacionando o artesanato ao design, com uma perspectiva de preservação ambiental. Esse trabalho pelo fato de referir o artesanato local, irá servir, de certa forma, para entender um pouco mais a relação das pessoas e do território. Acredita-se que ele nos ajudará também em termos bibliográficos, pois em seu referencial teórico aborda questões da cultura, história e patrimônio, desenvolvimento bem como do empreendedorismo.

Figura 02: Infográfico plataforma SCIELO



Fonte: DE CARVALHO, 2022.

A Figura 02 refere-se ao montante de pesquisas encontradas na plataforma SCIELO em representações, gênero, desenvolvimento, comunicação e desenvolvimento do ano de 2017 a 2022 na grande área da Comunicação.

A temática representações trouxe um número de 67 trabalhos, e dessas, duas pesquisas nos trouxeram algumas relevâncias.

O trabalho de título “Homens e mulheres cientistas: questões de gênero nas duas principais emissoras televisivas do Brasil” com autoria de Vanessa Brasil de Carvalho, da UFRJ e Luisa Massarani da Fundação Oswaldo Cruz, do ano de 2017, apresenta relevâncias em termos de bibliografias utilizadas em seu contexto, especialmente quando as autoras referenciam às questões de gênero, por mais que não com o foco principal da pesquisa do pós-doc.

O mesmo acontece com o trabalho “A classificação da Publicidade e o discurso publicitário como fatores de construção das representações do rural” de Laene Mucci Daniel e Nora Presno Amodeo, da Universidade Federal de Viçosa, no ano de 2017.

Fazendo o levantamento do tema gênero, nessa plataforma, o quantitativo de pesquisas encontradas foram 39 e os que mais se aproximaram da pesquisa “maior” foram cinco.

Tainan Pauli Tomazetti, UFSM, no ano de 2020, traz um trabalho relevante para nossa pesquisa, com título “Por um mapa das dissidências: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015)”, nesse ele realiza um mapeamento das interfaces entre os estudos de gênero e as investigações de mestrado e doutorado em comunicação do Brasil defendidas no período de 1972 a 2015. Ele ressalva que a incorporação dos estudos de gênero ainda é incipiente no campo, exigindo o deslocamento e dedicação desses mestres e doutores, fato que indica a necessidade de investir em novas problematizações.

“Novas formas de visibilidade: representações de gênero e raça no audiovisual em Goiás” de Ceiza Ferreira e Clarissa Carvalho, da Universidade de Goiás, no ano de 2021, investigam a intersecção de gênero e raça no audiovisual goiano, assim esse trabalho tem uma certa proximidade com a temática da pesquisa de pós-doutoramento.

O trabalho “Comunicação e Gênero como área de pesquisa: características e desenvolvimento dos estudos, a partir da análise bibliométrica” com autoria de Camilla Quesada Tavares, Nayara Nascimento de Sousa, Gabriela Almeida Silva da Universidade Federal do Maranhão e Michele Goulart Massuchin da Universidade Federal do Paraná, no ano de 2021, discutem as características e o desenvolvimento das pesquisas em Comunicação que fazem interface com os Estudos de Gênero, assim, esse trabalho servirá de base bibliográfica para a temática em questão.

“Todos nascemos nus e o resto é drag: performatividade dos corpos construídos em sites de redes sociais” de Ronaldo Henn, Christian Gonzatti da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Felipe Viero Kolinski Machado da Universidade Federal de Ouro Preto, do ano de 2019, problematiza noções

de performance, *self* e performatividade do sexo/gênero, temas que de alguma forma de aproximam do público que será entrevistado/observado na pesquisa pós-doc. O trabalho traz discussões e opiniões de indivíduos pertencentes ao movimento LGBTQIA+.

De Mariana Nogueira Henriques e Flavi Ferreira Lisboa Filho, UFSM, o trabalho “Identidade e Gênero: Representações Femininas nos programas televisivos Bah!” de 2017, aborda um aporte teórico na perspectiva dos estudos culturais aliados aos estudos de gênero, auxiliando na construção teórica da pesquisa “maior”.

Com o tema desenvolvimento foram encontrados 152 trabalhos, destes nenhum se aproximou da pesquisa do pós-doc.

Na Figura 03, o infográfico apresenta o quantitativo de pesquisas encontradas no site do INTERCOM no Grupo de Pesquisa Comunicação e desenvolvimento local e regional, dos assuntos que podem estar associados à pesquisa do pós-doc, em representações, gênero, desenvolvimento e comunicação. O levantamento foi feito em todos os trabalhos do GP, no período estipulado. Foram encontrados 77 trabalhos e dentre esses, cinco apresentaram-se com maior aderência com à pesquisa em evidência.

Figura 03: Infográfico plataforma INTERCOM, GP Comunicação e Desenvolvimento Local e Regional



Fonte: DE CARVALHO, 2022.

O trabalho de Anderson Antonio Andreatta da UFF, intitulado “Tecnologias sociais na comunidade: desafios do desenvolvimento local e da comunicação frente ao processo de globalização”, do ano de 2018, irá contribuir no cunho da comunicação em prol do desenvolvimento local, pois, traz em seu contexto o desafio de promover o desenvolvimento local sem perder conexão com o mundo global, respeitando os limites que a globalização impõe, produzindo conhecimento por meio de tecnologias que possam ser disseminadas pela e para as comunidades, com objetivo de gerar renda, desenvolvimento e troca de saberes. Traz a discussão sobre os desafios e as dificuldades de se trabalhar de forma coletiva as tecnologias sociais para o bem comum, sob a perspectiva dos processos

de comunicação como elemento aglutinador e impulsionador de boas iniciativas para o desenvolvimento local.

“A Comunicação Pública na Assistência Técnica Rural para o Desenvolvimento Regional do Estado de Rondônia” de Edna Mendes dos Reis Okabayashi, Monica Franchi Carniello e Moacir José dos Santos, da Universidade Taubaté de São Paulo, essa pesquisa objetiva discutir a comunicação pública com vistas ao desenvolvimento regional, recaindo sobre os canais de comunicação pública de uma empresa, assim de alguma forma, contribuindo para situar o desenvolvimento regional através desse meio.

Flavi Ferreira Lisboa Filho e Lucas da Silva Nunes da UFSM, no ano de 2021, apontam no trabalho “A Comunicação como Estratégia de Preservação do Patrimônio Cultural nos Geoparques” inúmeras informações relevantes, já que, teorizam os entrelaçamentos existentes entre cultura, comunicação e patrimônio cultural mostrando-se necessário ao desenvolvimento regional e à construção/fortalecimento de identidades, apontando o modo que a comunicação é utilizada pelos Geoparques. Ainda, identificando que não se deve elencar a comunicação apenas como uma forma de difusão de informações, mas como uma forma de criar vínculos e identidades. Além disso, levantaram questões de que os Geoparques utilizam ferramentas comunicativas que resgatam identidades territoriais e incentivam o desenvolvimento local/regional a partir da interação com a comunidade. Este trabalho também traz à tona várias referências bibliográficas que servirão de base nas temáticas comunicação, desenvolvimento e identidade.

De Maria Salett Tauk Santos, da UFRP, o trabalho de título “Comunicação para o Desenvolvimento na Matriz Teórica dos Estudos Culturais”, no ano de 2021, analisa os itinerários da pesquisa em Comunicação para o Desenvolvimento na abordagem teórica dos estudos culturais, ressaltando que os Estudos Culturais nos impelem a eleger o espaço da cultura para compreender os sentidos da experiência humana nos contextos populares, sendo assim, esse trabalho será importante para a pesquisa em voga, nesse viés.

O trabalho de Moabe Breno Ferreira Costa, da UFRN, intitulado “Comunicação da cidade turística no Facebook: práticas da Prefeitura Municipal de Salvador e as intervenções do residente”, traz em sua metodologia o método crítico-dialético, utilizando entrevista semiestruturada, parte do protocolo que está sendo proposto na pesquisa de pós-doc, assim se tornando um trabalho importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado acerca do estado da arte de pesquisas do eixo da Comunicação em representações, gênero e desenvolvimento geraram um total de 1.784 trabalhos encontrados, destes os que mais se aproximaram da temática da pesquisa de pós-doutoramento, foram num total de 21 trabalhos. Esses por mais que auxiliem em alguns pontos específicos da pesquisa não contemplaram a temática “maior” no todo.

Na temática Representações, a maioria das pesquisas encontradas em ambas as plataformas se referiam a questões políticas, sendo assim, poderão auxiliar, de certa forma, em aspectos metodológicos e bibliográficos. Desses trabalhos, poucos abordam em seu contexto representações midiáticas-culturais em relação ao movimento LGBTQIA+, e nenhum trabalho possui uma proximidade maior da temática do projeto pós-doc, que diz respeito a representações de indivíduos LGBTQIA+, em especial os sem gênero.

Já para a temática Gênero, as referências das pesquisas tratavam na maioria delas, a questões ligadas ao gênero feminino e HIV.

Em Desenvolvimento, na primeira plataforma, os trabalhos fogem da temática central de nossa pesquisa. A maioria trata especificamente de desenvolvimento rural. Alguns trabalhos irão nos ser úteis em situações relacionadas ao desenvolvimento social e econômico de cidades médias e que possuem atividades locais como forma de desenvolvimento e sustentabilidade. Outros irão nos servir como base bibliográfica. Na segunda plataforma, nenhum trabalho nos mostrou ser representativo para a nossa pesquisa. Já na plataforma do Intercom, encontramos trabalhos que mais se aproximaram de nossa temática "maior". Mas, mesmo encontrando esse quantitativo de trabalhos sentiu-se a necessidade de trabalhos que trouxessem, à tona, investigações da relação entre comunicação e desenvolvimento ligadas a Geoparques e que fizessem referência ao fortalecimento de identidades esquecidas e o sentimento de pertença dessas, ao território em que vivem.

Devemos destacar que a utilização deste método foi fundamental para comprovarmos que existem pesquisas que tensionam a comunicação e os temas Representações, Gênero e Desenvolvimento, porém, destacamos, com nossas observações, que a maioria delas não englobam em seus contextos o tema principal de nossa pesquisa “maior”. Elas acabam trazendo esses temas em seus títulos e ou palavras-chave.

Com esse estudo de estado da arte pode ser confirmado a ausência de pesquisas que investiga, por meio da relação entre comunicação e desenvolvimento, como sujeitos LGBTQIA+, em especial sem gênero, de determinada região, se veem representados em audiovisuais publicitários regionais. Portanto, fica evidente que a pesquisa “Representações LGBTQIA+, em especial sem gênero em publicidades audiovisuais regionais: identidade e desenvolvimento pelo viés dos Estudos Culturais” necessitarão de uma ampliação e aprofundamento em relação ao estado da arte, auxiliando na

relevância da nossa pesquisa de pós-doutoramento, pois, se acredita que é através da representatividade e sentimentos de pertencimento que leis e órgãos são criados. Aqui, não estamos falando apenas de representação, mas também de representatividade, no seu sentido político e de espaço de fala, pois, quando entendemos que o lugar social que certos grupos ocupam restringem suas oportunidades, percebemos a dimensão da importância que a ciência carrega, tornando-a um meio de visibilidade de temas e identidades comumente invisibilizados em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDREATA, Anderson Antonio. Tecnologias sociais na comunidade: desafios do desenvolvimento local e da comunicação frente ao processo de globalização. **Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Joinville/SC, 2018.

CADONÁ, Marco André. Dinâmicas Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Organização dos Mercados Urbanos de Trabalho: uma Análise a Partir de Cidades Médias do Rio Grande do Sul. **Redes, Santa Cruz do Sul**. Vol. 22, 2017.

CARMO, Eduardo Borges; RESENDE, Fernanda Mendes. Representações sociais e o processo de construção de identidades homossexuais: identificando e comparando as representações de homens homossexuais e homens heterossexuais sobre a homossexualidade masculina. **Pretextos, Revista da graduação em psicologia da PUC Minas**. Vol. 03, 2018.

CARVALHO, Vanessa Brasil; MASSARANI, Luisa. Homens e mulheres cientistas: questões de gênero nas duas principais emissoras televisivas do Brasil. **Intercom, RBCC**. Vol. 40. São Paulo, 2017.

COSTA, Moabe Breno Ferreira. Comunicação da cidade turística no Facebook: práticas da Prefeitura Municipal de Salvador e as intervenções do residente. **Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belém/PA, 2019.

DANIEL, Laene Mucci; AMODEO, Nora Presno. A classificação da Publicidade e o discurso publicitário como fatores de construção das representações do rural. **Intercom, RBCC**. Vol. 37. São Paulo, 2017.

ENGLER, Rita Castro; MOURÃO, Nadja Maria; ÁVILA CARVALHO, Marília de Fátima Dutra de; MACIEL, Rosilene Conceição. Produtos artesanais de identidade territorial: o desenvolvimento do patrimônio natural e cultural na comunidade Mocambeiro – Brasil. **RELACult, Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 03, 2017.

FERREIRA, Ceiza; CARVALHO, Clarissa. Novas formas de visibilidade: representações de gênero e raça no audiovisual em Goiás. **Intercom, RBCC**. Vol. 44. São Paulo, 2021.

FERREIRA, N. S. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, 2012.

FRANÇA, Isadora Lins. Refugiados LGBTI": direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. **Cadernos Pagu**, 2017.

HENN, Ronaldo; GONZATTI, Christian; KOLINSKI, Felipe Viero. Todos nascemos nus e o resto é drag: performatividade dos corpos construídos em sites de redes sociais. **Intercom, RBCC**. Vol. 42. São Paulo, 2019.

HENRIQUES, Mariana Nogueira; LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. Identidade e Gênero: Representações Femininas nos programas televisivos bah! **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Vol. 03. 2017.

LISBOA FILHO, Flavi Ferreira; NUNES, Lucas da Silva. A Comunicação como Estratégia de Preservação do Patrimônio Cultural nos Geoparques. **Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. UFPB, 2022.

NETO, Miguel Rodrigues de Souza. Miatização, representações, violência: paradoxos das experiências lgbt no brasil contemporâneo. **Albuquerque, Revista de História**. Vol. 07, 2017.

OKABAYASHI, Edna Mendes dos Reis; CARNIELLO, Monica Franchi; SANTOS, Moacir José dos. A Comunicação Pública na Assistência Técnica Rural para o Desenvolvimento Regional do Estado de Rondônia. **Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Joinville/SC, 2018.

OLIVEIRA, Amanda Garcia de; MARTINS, Gustavo Rocha. Direito ao desenvolvimento nos âmbitos do desenvolvimento da nação e do desenvolvimento do indivíduo. **Vianna Sapiens, Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior**. Vol. 08, 2017.

OLIVEIRA, Vinicius Santos de. O instituto dos direitos humanos e o reconhecimento da pluralidade de identidades de gênero e sexualidade no direito internacional latino-americano. **Revista Mundo Livre**. Vol. 02, 2016.

PACHECO, Fabiane Fernandes. As representações de um Patrimônio memória e identidade. **RELACult, Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 05, 2019.

RIBEIRO, R. J. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social**, 1999.

ROSADO-GONZÁLEZ, Emmaline M.; PALACIO-PRIETO, José Luis; E ABREU SÁ, Artur. Inclusión social e igualdad de género como motores de desarrollo sostenible en geoparques mundiales de la Unesco latino-americanos. In: LARIOS, Elisa Enriqueta de Jesús Sedas; MARTÍNEZ, Verónica Lidia Martínez (Coord.). **Hallazgos del Patrimonio Natural, Cultural y Derechos Humanos en México 2020 Un Enfoque Participativo y Multidisciplinario**. México: H. Cámara de Diputados, 2020.

SANTOS, Maria Salett Tauk. Comunicação para o Desenvolvimento na Matriz Teórica dos Estudos Culturais. **Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. VIRTUAL, 2021.

SEGATO, Rita. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Série Antropologia**. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1998.

SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Jailson Pereira da; SANTOS, Claudiane. Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2017.

TAVARES, Camilla Quesada; SOUSA, Nayara Nascimento de; SILVA, Gabriela Almeida; MASSUCHIN, Michele Goulart. Comunicação e Gênero como área de pesquisa: características e desenvolvimento dos estudos a partir da análise bibliométrica. **Intercom, RBCC**. Vol. 44. São Paulo, 2021.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. Por um mapa das dissidências: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015). **Intercom, RBCC**. Vol. 43. São Paulo, 2020.

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO PORTO DIGITAL NO BAIRRO DO RECIFE/PE SOBRESUA ATUAÇÃO SOCIAL: PODER, TECNOLOGIA E POLÍTICA INCLUSIVA

Maria Eduarda Alves de ANDRADE
Moab Duarte ACIOLI

INTRODUÇÃO

Atualmente, ocorre grande transformação nos cenários urbanos. Debates em torno de cidades inteligentes e o seu papel na economia global vêm se intensificando (SASSEN, 1998). Kanter e Litow (2009) conceituam *smart cities*, como lugares capazes de conexão inovadora de cada subsistema da urbe com a Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC). Cruz (2003, p. 26), por sua vez, conceitua essa Tecnologia como “todo e qualquer dispositivo que tenha capacidade para tratar e ou processar dados e ou informações, tanto de forma sistêmica como esporádica, quer esteja aplicada no produto, quer esteja aplicada no processo”.

Em uma visão de cidade gerenciada pela inteligência humana e do desenvolvimento das TIC, podem gravitar modelos de negócios por meio da criação dos bairros criativos. O principal alicerce de funcionamento é a Economia Criativa, evidenciada por toda e qualquer atividade embasada no conhecimento e desenvolvimento intelectual (BENDASSOLLI *et al.*, 2009a).

Nos últimos anos, a Economia Criativa é responsável por uma parcela significativa da movimentação econômica mundial. Em uma pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2019) há indicadores brasileiros de 2017, nos quais o Produto Interno Bruto (PIB) Criativo representou 2,61% da riqueza gerada no País, em torno de R\$ 171,5 bilhões. Em Pernambuco, o setor representa 1,9% do PIB, o maior do Nordeste (FIRJAN, 2019). Supõe-se uma associação de sentidos com o Parque Tecnológico Urbano Porto Digital.

O Parque, inaugurado em Recife no ano de 2000, como fomento para políticas públicas estaduais para as áreas de TIC, ergue-se no tripé Academia, Mercado e Governo, para o qual são investidos aproximadamente R\$ 44 milhões (MARQUES; LEITE, 2008). Entretanto, a ideia vinha sendo fomentada desde 1990, a partir de ações públicas visando o desenvolvimento econômico do Estado, com a aludida Tecnologia transformando o entorno em um bairro criativo.

Em dezembro do ano 2000, criou-se uma Organização Social (OS) no Estado de Pernambuco, sem fins lucrativos e de gerenciamento privado, de acordo com política federal¹. Trata-se do Núcleo de Gestão

¹ O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei (BRASIL, 1998).

do Porto Digital (NGPD), composto por representantes do poder público e privado, a impelir a respectiva gestão social. O NGPD coloca o Porto como um ambiente de inovação e empreendedorismo das áreas de TIC e Economia Criativa, convertendo-o em provedor de competitividade para criação, atração e fortalecimento de empreendimentos inovadores, caracterizando-se como um dos primordiais pilares da economia do futuro de Pernambuco e uma das âncoras do desenvolvimento sustentável do Estado (PORTO DIGITAL, 2019).

Em função desses propósitos (PORTO DIGITAL, 2021), ao se intitular como uma política pública, atuante em parceria com os setores civis, é relevante em termos acadêmicos e mercadológicos, pesquisar a articulação e os reflexos de seu discurso na sociedade local.

Em consonância, o presente estudo tem como objetivo investigar o discurso do Manual de Responsabilidade Social Empresarial do Porto Digital sobre sua atuação no Bairro do Recife. É destacado, enquanto conflito social, o processo de ocupação do território do Bairro do Recife, fundamentado no pressuposto de uma hegemonia de práticas discursivas neoliberais, pautadas por uma ideia de Economia do Conhecimento, conceito clássico criado por Drucker (1969) para se referir à aplicação de qualquer campo de saber ou fonte, como estímulo ao desenvolvimento econômico.

Com base na problemática apresentada, foram elaboradas as seguintes perguntas-chave. A primeira, sobre o público-alvo do Porto Digital: Para quem o parque fala e qual a finalidade de seu discurso? Além disso, quais são os interesses do NGPD ao abraçar a responsabilidade social empresarial?

Tais respostas serão obtidas através do diálogo entre a Análise Crítica do Discurso e a teoria do Realismo Crítico, tendo em vista que ambas têm como base os fluxos entre as práticas teóricas e as práticas daqueles que as executam. A ACD preocupa-se particularmente com as relações dialéticas entre as transformações discursivas e mudanças na vida social contemporânea.

Trata-se de uma abordagem que analisa o discurso por meio de suas relações de causalidade e determinação entre as: (a) práticas discursivas, na qual diz respeito aos eventos e produção; e as (b) estruturas sociais e culturais. Através da investigação entre ambas a ACD objetiva identificar como se manifestam discursivamente as lutas de poder e resistência, formadas mediante ao consumo, produção e distribuição de textos, por sua vez desenvolvidos ideologicamente por meio de associações hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 35).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em primeiro lugar, a ACD está respaldada na crítica e no desvelamento de problemas oriundos das práticas sociais, buscando soluções, inclusive semióticas, para a superação (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). É preciso transcender a divisão positivista entre estrutura e ação,

desenvolvendo uma epistemologia denominada “estruturalismo construtivista”. Por um lado, é orientada por sistemas de correlação que constituem permanências relativas no interior das respectivas práticas. E igualmente se torna construtivista ao examinar como esses sistemas são produzidos e modificados através da ação social.

Com o Realismo Crítico se busca compreender as conexões e os significados entre os processos estudados, na perspectiva de que este não é o único caminho para as explicações causais, até mesmo porque os efeitos também podem atuar como causas (DE BARROS; VIEIRA; DE MELO RESENDE, 2016). Na perspectiva realista crítica, a vida social deve ser entendida como um sistema aberto coordenado por mecanismos oriundos de estruturas, que resultam e que podem ser resultantes dos eventos sociais. Em outras palavras, os referidos eventos e as aludidas estruturas fazem parte da realidade social, na qual a sociedade deixa de ser percebida como uma criação dos seres humanos, passando a ser vislumbrada com uma pré-existência a partir dos mesmos (RAMALHO, 2007).

A partir do entendimento de que a ACD considera questões sociais, em parte, questões discursivas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), justifica-se uma abordagem crítico-realista de causa e efeito no mundo. Fairclough (2002a, p. 14) comenta o seguinte:

A perspectiva social em que me baseio é realista, fundamentada em uma ontologia realista: tanto eventos sociais concretos como estruturas abstratas, assim como menos abstratas “práticas sociais”, são parte da realidade. Podemos fazer uma distinção entre o Real e o Realizado – o que é possível devido à natureza (constrangimentos e possibilidades) de estruturas sociais e práticas, e o que acontece de fato. Ambos precisam ser distinguidos do “empírico”, o que sabemos sobre a realidade.

Quanto ao discurso, Fairclough e Chouliaraki (1999, p.38) usam a expressão para se referir aos elementos semióticos de uma prática social, incluindo, assim, a linguagem (escrita e falada e em combinação com outra semiótica), comunicação não verbal (expressões faciais, movimentos corporais, gestos, entre outros) e imagens visuais (fotografias, filme, etc.). Quanto à definição de prática social, o autor a apresenta como:

[...]uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturadas; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las (FAIRCLOUGH; DE MELO, 2012, p. 308).

É válido ressaltar que a consolidação de uma economia baseada no conhecimento é fruto de uma economia baseada no discurso. Segundo Fairclough e De Melo (2012), o compartilhamento constante de informações faz com que os indivíduos passem a introduzi-las, resultando em uma reconfiguração das formas de agir e de interagir, gerando novas formas de ser, novas identidades.

MÉTODOS E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Tipo de Pesquisa

Trata-se de um estudo qualitativo, transversal e interpretativo-analítico.

Estratégia de Pesquisa

Fundamentando-se no modelo tridimensional proposto por Fairclough (1999), e reformulado por Chouliaraki e Fairclough (1999 apud Ramalho, 2007) e Fairclough (2003), houve as seguintes etapas estratégicas: 1º Percepção de um problema social com aspectos semióticos; 2º Identificação de obstáculos para que o problema seja superado (Análise da Conjuntura, Análise da Prática Particular e Análise do Discurso); 3º Investigação da Função do Problema na Prática; 4º Investigação de Possíveis Modos de Ultrapassar os Obstáculos; 5º Reflexão sobre a Análise.

Corpus

O Manual de Responsabilidade Social Empresarial do Porto Digital, elaborado pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), em janeiro de 2011, escrito pelo então presidente Francisco Saboya, encontra-se disponível em seu site oficial², no qual são apresentadas as respectivas políticas sociais e empresariais.

Análise dos Dados

Fundamentada em uma integração do texto ao contexto, permitindo desenvolver processo organizado por Fairclough (2001), a partir das seguintes categorias analíticas: análise textual, prática discursiva e prática social.

A análise textual é iniciada pela avaliação dos tópicos localizados na identificação do discurso, os temas, sendo esses o significado global do texto, representando sua macroestrutura semântica (VAN DIJK, 1980). Adiante, existe a análise do léxico, composto por um sistema de categorização dos atores sociais, ações, processos, objetivos e situações (VAN DIJK, 2007). A última etapa são as pressuposições, que dizem respeito ao outro significado presente atrás de uma frase, oração ou texto (VAN DIJK, 2007).

A segunda categoria analítica representa as práticas discursivas, nas quais se identifica a ordem do discurso. Trata-se da intertextualidade constitutiva e manifesta, presente nas respectivas práticas, através da assimilação de palavras capazes de criar um novo discurso entre atores específicos (FAIRCLOUGH, 2001).

Por fim, a última categoria analítica fundamenta-se nas práticas sociais, investigando-se os processos de poder, hegemonia e ideologia (FAIRCLOUGH, 2001). Igualmente, se observou também os modos de manifestação do referido fenômeno ideológico, recorrendo-se a Thompson (1995) para explicar as seguintes estratégias discursivas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

² Site do Porto Digital: <https://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital/documentacao>.

ANÁLISE DO MANUAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL DO PORTO DIGITAL

O Manual de Responsabilidade Social Empresarial do Porto Digital apresenta as diretrizes de políticas sociais e empresariais adotadas pelo Parque Tecnológico, tendo como tema central o interesse em atuar como um fomentador de práticas sociais éticas e transparentes, que visem o bem-estar coletivo.

É válido ressaltar que o léxico composto “responsabilidade social” apresenta uma série de significados em diferentes contextos. Sua gênese está relacionada ao desenvolvimento tecnológico e mercadológico, mediante os processos de globalização, nos quais o setor privado passa a atuar como um agente ativo na sociedade (BORGES, 2001).

No primeiro parágrafo da Carta está escrito o seguinte:

O Porto Digital sente-se orgulhoso de apresentar mais este produto para o ecossistema local de Tecnologia da Informação e Comunicação. O Porto Digital tem um forte compromisso com a responsabilidade social. Ao se instalar no Bairro do Recife, já havia um passivo social representado pela favela do Pilar, em relação ao qual o Porto Digital nunca foi indiferente. Desde então, são dez anos ininterruptos de projetos voltados para a formação de jovens visando à sua empregabilidade.

A primeira observação a ser feita é a identificação do público-alvo desse texto, a partir do seguinte questionamento: a quem o Porto Digital fala? A resposta é obtida ainda na primeira frase, havendo uma menção direta ao “ecossistema local de Tecnologia da Informação e Comunicação”. Ou seja, trata-se de um material de objetivo específico, a atender aos interesses do parque tecnológico de expandir sua área de atuação, se consolidando cada vez mais como uma entidade responsável por modificar as práticas sociais do Bairro do Recife, a partir do apoio das empresas situadas nessa região.

Nas próximas linhas, há uma personificação do Porto Digital, através da qual é expresso um sentimento de “orgulho” com o documento em questão. Desse modo, é possível identificarmos uma estratégia de aproximação afetiva com o empresariado, utilizando uma linguagem que lhes tragam a percepção de haver uma conversa direta, passível de escuta e compreensão. Fairclough (2001) intitula essa estratégia de democratização do discurso, na qual implica a retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio por meio do uso linguístico.

Posteriormente, no que diz respeito ao seu compromisso social, apresenta o “passivo social” da “favela” do Pilar como público-alvo para a realização de políticas públicas. De início, como léxico, o substantivo “favela” traz uma intertextualidade constitutiva relacionada aos discursos de marginalização e precarização de espaços onde residem pessoas de baixa renda. Isto posto, é válido ressaltar que atualmente o Pilar é intitulado como uma comunidade. Todavia, conforme esclarece Birman (2008), o desuso do termo “favela” em substituição por “comunidade” tem como finalidade criar um forte apelo por meio do ideal da harmonia e da tradição.

Nesse sentido, é pertinente o apontamento dos contextos dos atores sociais presentes no texto. Enquanto agente ativo, o Porto Digital (empresa privada, com articulação com o poder público) afirma realizar projetos voltados para os moradores do Pilar (pessoas de baixa renda, residentes de uma região periférica). No âmbito das práticas sociais, é possível pontuar que o documento em análise busca atender a uma ordem do discurso neoliberal, voltada aos interesses mercadológicos que se apropriam da noção de bem-estar social para garantir a expansão de suas atividades e consequentemente a proliferação de seus lucros.

Identifica-se, também, por meio dos modos de manifestação da ideologia (THOMPSON, 1995) a presença de uma estratégia de dissimulação, na qual as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas através de uma apresentação que desvie nossa atenção ou passe por cima de relações e processos já existentes. No caso do Porto Digital, ele se põe no papel de provedor de políticas públicas sociais como se o poder público local não tivesse a obrigação, ou não estivesse garantindo direitos básicos, como moradia, alimentação, saúde e educação, para a referida Comunidade do Pilar.

Há ainda, uma relação hegemônica entre o parque tecnológico e os moradores locais, tendo em vista que o Porto Digital atua como uma espécie de política pública voltada ao desenvolvimento urbano. Isso implica na identificação de uma intertextualidade constitutiva na qual reforça a permissão e liberdade das empresas modificarem a sociedade sob a prerrogativa de valorização dos interesses sociais.

No texto, é possível ainda apontar alguns pressupostos, como a afirmação de uma ação contínua para a melhoria do Pilar, presente nas expressões “nunca foi indiferente” e serem “dez anos ininterruptos de projetos voltados para a formação de jovens visando a sua empregabilidade”. Assim, pode-se interpretar que o parque tecnológico considera vir dialogando diretamente com essa população, de modo que, se tratando de uma comunidade com aproximadamente 577 famílias, já tenha conseguido trazer um retorno legítimo quanto à empregabilidade e capacitação desses sujeitos. Esses questionamentos são confirmados no trecho a seguir, presentes no segundo parágrafo da carta:

Centenas de jovens do Pilar e outras áreas socialmente desassistidas da cidade já foram beneficiados por cursos, palestras, programas de estágio, formação empreendedora, mentoring, biblioteca virtual e outras ações que configuram um vigoroso programa de inclusão digital. O ápice deste esforço deu-se em 2009, com a inauguração do Centro Vocacional Tecnológico Pilar, projeto em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Softex Recife, que disponibiliza para as comunidades carentes um espaço de capacitação com os mais elevados padrões de infraestrutura e tecnologia.

No que diz respeito ao léxico, “vigoroso” e “elevados padrões de infraestrutura e tecnologia” configuram uma exaltação da padronização e efetivação de atividades com cunho

capitalista, cujo objetivo central é o acúmulo e concentração de renda a partir de um viés tecnocêntrico, fruto da internacionalização dos setores econômicos por meio dos processos de globalização.

É válido apontar algumas pressuposições, com base nas afirmações de execução de projetos educacionais. Subentende-se que a partir da criação do Centro Vocacional Tecnológico Pilar, realização de cursos, palestras e concessão de estágios, os moradores dessa região passariam por um processo de capacitação e conseqüentemente, como é apresentado como um objetivo implícito do texto, haveriam de conquistar oportunidades no mercado de trabalho tecnológico. Levando em consideração o contexto Bairro do Recife, que atualmente conta com mais de 350 empresas incubadas ao Porto Digital, espera-se que haja uma quantidade mínima de vagas empregatícias destinadas a este grupo.

Quanto às práticas discursivas, o trecho deixa claro que a política social voltada para as mencionadas “áreas socialmente desassistidas” e “comunidades carentes” se manifesta por meio da realização de ações de capacitação, sendo mencionados os projetos que consolidam o fomento ao desenvolvimento educacional dos mais pobres. Desse modo, pode-se identificar uma intertextualidade constitutiva com base na noção de capital humano, no qual os sujeitos precisam ser dotados de conhecimento para garantir sua evolução no mercado de trabalho e assim progredirem socialmente.

De acordo com essa ordem discursiva, característica da ideologia neoliberal, a ascensão social se dá por meio da absorção de conhecimento, este cada vez mais atrelado ao uso de tecnologias. Ainda citando Drucker (1969), é primordial compreender que o uso da economia do conhecimento é utilizado enquanto aplicação do intelectual como uma espécie de estímulo ao desenvolvimento financeiro.

Tais apontamentos são validados, a partir da construção do Centro Vocacional Tecnológico Pilar, realizada em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (poder público voltado a políticas educacionais) e o Softex Recife (Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife), que funciona como uma associação de empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Para ocupar esse espaço institucional, o Parque Tecnológico recorre à tecnologização do discurso, conceito elaborado por Fairclough (2001) para explicar as estratégias discursivas das sociedades modernas que estão em constante busca pelo controle. Por meio dela, o Porto Digital, enquanto um agente social, passa a ocupar um papel de tecnólogo do discurso, tendo em vista que a sua economia do conhecimento é elaborada a partir da especialização que seus atores obtêm sobre determinado assunto.

Por fim, no âmbito das práticas sociais, o discurso permanece recorrendo a uma estratégia de legitimação para a valorização das propostas a serem implementadas. Ainda por meio da eufemização, gera uma hipervalorização dos projetos citados, colocando-os como uma espécie de alternativa imediata para sanar problemas voltados ao desemprego e à falta de educação de qualidade para o Pilar.

No terceiro parágrafo da carta, existe uma “preocupação” com a sustentabilidade ambiental. Novamente, recorre-se ao apelo emocional como uma estratégia de aproximação dos problemas sociais e a validação de seus interesses mercadológicos para a ampliação de sua atuação, o que significa dizer ter um controle maior sobre as tomadas de decisões no Bairro do Recife. No documento, também está escrito o seguinte:

Mais recentemente, o Porto Digital incorporou a preocupação com a sustentabilidade ambiental e estruturou o ItGreen - Centro de Gestão de Resíduos Eletroeletrônicos. Trata-se de um núcleo de estudos sobre boas práticas de compras, uso e descarte de equipamentos cujo propósito é disseminar, junto às empresas do Porto Digital e demais setores produtivos da sociedade, uma nova consciência de sustentabilidade ambiental. Com o ItGreen já foram realizadas pesquisas, seminários, exposições e, atualmente - em fase de conclusão - uma cartilha de procedimentos sobre como melhor lidar com os equipamentos eletrônicos, em uso ou inservíveis, em prol de uma gestão ambientalmente mais comprometida.

Em relação à análise textual, o Porto Digital permanece reforçando o seu papel de construtor de uma nova vivência em comunidade, sugerindo assim uma cartilha de boas práticas a ser seguida pelo empresariado. Em uma observação lexical, “sustentabilidade” se refere à qualidade de sustentável, isto é, de preservar algo mais ou menos constante, ou estável, por longo período (FERREIRA, 2012). Em outras palavras, o sentido vai de encontro ao discurso tecnocêntrico, propagado pelo Parque Tecnológico, com o objetivo de fomentar constantes transformações na forma como vivemos socialmente.

No texto, é possível ainda pontuar a presença de substantivos, adjetivos e frases nominativas, como “preocupação”, “boas práticas”, “disseminar” e “gestão ambientalmente mais comprometida” que reforçam seu interesse em preencher um papel para além das atividades financeiras. Todas as palavras citadas têm em comum a presença de uma conotação de renovação positiva no que diz respeito ao desenvolvimento ambiental.

Em se tratando da prática discursiva, o uso do reportado substantivo “preocupação”, novamente, recorre-se à democratização do discurso, como uma estratégia de aproximação com o leitor para que este também se sinta um agente de transformação social. Nesse contexto, no documento do Porto Digital, há a afirmação de um certo “desassossego”, como se fosse uma pessoa se comunicando com outra por meio de uma linguagem direta que estimule a empatia. Todavia,

não se pode ignorar o fato de que, apesar da carta ser assinada pelo presidente Francisco Saboya, ela representa e tem como finalidade se comunicar com um conglomerado de empresas.

Continuando em torno das práticas sociais, faz-se necessária uma observação dos contextos relacionados à atuação do capitalismo em ações e políticas de sustentabilidade ambiental. Vale enfatizar que o ideal desenvolvimentista do modo de produção capitalista presume o aumento da riqueza e prosperidade social, sem que isso resulte em um aumento de degradação ambiental e injustiças sociais (VIZEU, 2012).

Desse modo, o suposto foco em políticas ambientais, apresentado pelo Porto Digital, faz parte de uma intertextualidade constitutiva que tem como finalidade de camuflar os presumíveis impactos do capitalismo no meio ambiente, seja natural ou social. Trata-se de uma estratégia de minimização dos danos, que se manifesta pela dissimulação, com o intuito de ocultar ou negar desastres naturais, entre outros, fomentados em raiz pelo próprio mercado financeiro. Nesse caso, o emprego da proposta de sustentabilidade objetiva a ampliação de lucros a partir da legitimação de uma gestão ambientalmente mais comprometida, sendo essa estabelecida pelo próprio setor privado ao propor políticas justas e dignas de apoio que visem o bem-estar coletivo.

Por fim, no quarto e último parágrafo da carta, o presidente do Porto Digital retoma ao tema central do texto, consolidando a implementação de uma política unificada de Responsabilidade Social Empresarial. É escrito o seguinte:

Com diversas ações em andamento, muitas delas em parceria com várias empresas do nosso ecossistema, era chegada a hora de abordar esse conjunto de ações de forma sistêmica, sob uma política unificada de Responsabilidade Social Empresarial do Porto Digital. Para tanto, foi constituído um Comitê de RSE, composto por representantes do NGPD, de empresas embarcadas e coordenado pelo Instituto Ação Empresarial pela Cidadania. O Comitê teve e terá doravante o objetivo de estimular padrões de gestão empresarial fundada em práticas éticas e transparentes na forma de se relacionar com os diversos públicos envolvidos no ambiente corporativo, sendo este Manual o seu guia de ação. Uma vez publicado, o Manual será a base de um programa de conscientização e preparação das nossas empresas para novas práticas de RSE. Com isto, ganham as empresas, o ecossistema e a sociedade como um todo.

Em termos lexicais, o uso do substantivo “ecossistema” sinaliza a construção de uma nova realidade social dominada pelas empresas de tecnologia, que por sua vez são indiretamente coordenadas pelo Parque Tecnológico através da persuasão discursiva.

Para legitimar a importância de suas propostas, defende a aplicação de “práticas éticas” e “transparentes”. No entanto, é válido ressaltar que, no sentido figurado, o adjetivo “transparência” representa aquilo que não possui dupla interpretação, ou seja, se apresenta com clareza. Já em um aspecto político, isso significa dizer uma prestação de contas de suas ações, através da utilização de

meios de comunicação. Quanto à ética, é responsável por garantir o cumprimento das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social.

CONCLUSÕES

No texto do “Manual de Responsabilidade Social Empresarial” há a pressuposição de que existirá um controle e acompanhamento de todos os projetos e decisões que interfiram no Bairro do Recife, como se a sociedade civil, que está de fora desse ecossistema tecnológico, pudesse monitorar e fiscalizar a sua atuação. Imediatamente identifica-se a violação da própria transparência e ética, tendo em vista que os atores responsáveis pela gestão são empresários, cujos interesses capitalistas condizem com a concretização das práticas a serem adotadas. Em resumo, são medidas de auto favorecimento e expansão de capital.

Para persuadir os leitores, a carta se caracteriza por um texto direto e informal, recorrendo a estratégias de manifestação de ideologia, como a legitimação e dissimulação (THOMPSON, 1995). No primeiro caso, por meio da racionalização, almeja validar seu próprio poder a partir da construção de uma necessidade social e de justiça, sendo a política de responsabilidade social empresarial algo digno de apoio e capaz de promover o bem-estar coletivo. No segundo caso, a eufemização se manifesta através da descrição de uma valorização positiva do funcionamento do próprio Porto Digital, com uma extrema necessidade de se posicionar como um agente capaz de modificar a realidade social a partir da sua gestão empresarial.

Assim sendo, pode-se apontar o uso de estratégias, como a democratização e tecnologização do discurso (FAIRCLOUGH, 2001), que atuam em uma ordem do discurso neoliberal, para estimular a institucionalização do setor privado. Seguindo o *modus operandi* do mercado financeiro, o Porto Digital nada mais deseja do que utilizar a denominação como política pública, ciente da sanção do governo estadual e municipal, para se apropriar de espaços urbanos e assim reconfigurar a vivência de quem reside e frequenta o Bairro do Recife.

Seu plano tem sido cada vez mais realizável tendo em vista que o próprio poder público atua a favor da sua expansão. Não se pode descartar, como mencionado no referencial teórico, que o Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) é composto por uma série de atores políticos que representam uma ação partidária cuja ideologia também está fincada nas raízes do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

BENDASSOLLI, Pedro F. *et al.* **Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades**, Revista de Economia e Administração - ERA, jan./mar., n. 1 v. 49, São Paulo, 2009a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v49n1/v49n1a03.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2021.

BIRMAN, Patricia. Favela é comunidade? **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, p. 99-114, 2008.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CHOULIARAKI, Lilie *et al.* **Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações Gerenciais: Tecnologia da Informação e a Empresa do Século XXI**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

DE BARROS, Solange Maria; VIEIRA, Viviane; DE MELO RESENDE, Viviane. Realismo crítico e análise de discurso crítica: hibridismos de fronteiras epistemológicas. **polifonia**, v. 23, n. 33, p. 11-28, 2016.

DE MELO RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 5, n. 1, p. 185-208, 2010.

DRUCKER, P. F.; 1909 – O melhor de Peter Drucker: a sociedade / Peter Drucker; tradução de Edite Sciulli – São Paulo: Nobel, 2001. Título original: The essential Drucker on society.

FAIRCLOUGH, Norman; DE MELO, Iran Ferreira. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social Trad. **Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília**, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. Psychology Press, 2003.

FERREIRA, A. B. H. Sustentável. Dicionário Eletrônico Aurélio Curitiba: Editora Positivo, 2012.

FIRJAN – Federação das indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2019). **Indústrias Criativas – Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Firjan. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2020.

KANTER, R. M.; LITOW, S. S. Informed and interconnected: A manifest for smarter cities. **Harvard Business School General Management Unit Working Paper** 09-141, 2009, Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1420236>. Acesso em 14 de out. 2021.

MARQUES, Juliana; LEITE, Carlos. **Clusters como novas possibilidades de regeneração urbana e reestruturação produtiva: O caso do Porto Digital, Recife**. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 5, n. 1, 2008.

MORROW, Raymond A.; BROWN, David D. **Critical theory and methodology**. Sage, 1994.

O QUE é o Porto Digital? 2021. Disponível em: <https://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital>. Acesso em: 03 nov. 2021.

PORTO DIGITAL. **Manual de Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em:

<[https://www.portodigital.org/arqSite/Manual de Responsabilidade Social Empresari al.pdf](https://www.portodigital.org/arqSite/Manual_de_Responsabilidade_Social_Empresari_al.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2021.

RAMALHO, V. C. V. S. Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 8, p. 78-104, 2007.

SASSEN, Sáskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa/john B. Thompson-Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VAN DIJK, Teun A. et al. Racism at the top. Parliamentary discourses on ethnic issues in six European States. 2000.

VAN DIJK, Teun A. An interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition. **Macrostructures** Erlbaum, Hillsdale, NJ, 1980.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape**. br, v. 10, p. 569- 583, 2012.

A APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL: UMAREVISÃO INTEGRATIVA

Tamires Lopes PEREIR
Andressa de Paula RAMALHO
Ana Louise de Carvalho FIÚZA

INTRODUÇÃO

Elaborou-se, neste estudo, o estado da arte acerca da literatura nacional e internacional sobre a relação das sociedades rurais com as tecnologias de informação e comunicação tendo como base as concepções teóricas já propostas nos trabalhos de Simões (2005, 2006, 2011). Além disso, considerou-se ainda que as TICs¹, impactam e são impactadas pela forma como se desenvolve as sociedades e seus acessos tecnológicos, bens de consumo e suas apropriações. Mesmo que não se tenha a pretensão de esgotar o debate teórico sobre o tema, procurou-se identificar as correntes de pensamentos utilizadas na produção científica das TICs no contexto rural.

A autora Maria João Simões desde meados de 1995, e mais recentemente baseada na teoria dos sistemas de regras sociais de Burns e Flam (2000) tem apresentado em seus estudos três perspectivas para a compreensão da relação entre tecnologia e sociedade. São elas: 1ª) *Mudança tecnológica*: a perspectiva do determinismo tecnológico sobre a sociedade – aqui o desenvolvimento tecnológico tem efeitos sociais pré-estabelecidos e universais sendo a tecnologia a determinante da sociedade; 2ª) *Mudança social*: a perspectiva do determinismo da sociedade sobre a tecnologia – nesta abordagem a tecnologia é determinada por processos sociais e políticos tornando-se dependente da sociedade; 3ª) *O condicionamento recíproco*: a perspectiva da tecnologia como processo social – considera uma interinfluência entre estrutura e ação, não subestimando um condicionamento tecnológico e social. Ambas perspectivas vão ser melhor descritas no próximo tópico deste artigo.

O Diante dessa realidade passamos a considerar a questão central deste artigo: como o conhecimento já produzido tem direcionado suas análises teóricas sobre as TICs nas sociedades rurais? Portanto, o cerne desta investigação trazida aqui, está relacionada ao mapeamento das produções científicas e seus caminhos teóricos para a compreensão da presença tecnológica rural. O foco no contexto apresentado, deve-se à relevância e emergência da temática, assim como a busca pela compreensão da incorporação destes aparatos tecnológicos na vida das populações rurais. Considerando ainda que atrelado a influência dos meios de informação, encontra-se vários

¹ TICs – está sigla refere-se, para este estudo, a um conjunto de tecnologias formado por: computadores, telefonecelular, internet, TV e rádio digital.

outros fatores que corroboram para as configurações cotidianas no cenário rural, como: o turismo rural, a educação, o maior acesso aos meios de transporte (como as motos), as atividades não agrícolas, o reordenamento fundiário, o uso de tecnologias, o consumo de bens processados ou industrializados, entre outros (RAMBAUD, 1973).

METODOLOGIA

A taxonomia proposta por Simões para a classificação dos artigos que ~~estuda~~ a relação entre “tecnologias da comunicação” e “sociedade”.

A tecnologia, termo recorrente neste estudo, apresenta desde sua origem diversos significados. O significado oriundo na primeira metade do século XX e também adotado neste estudo refere-se a tecnologia como sendo “um conjunto de instrumentos e máquinas, e os conhecimentos e as aptidões necessárias para a sua produção e utilização” (SIMÕES, 1995, p. 39). A partir do desenvolvimento e avanço teórico de vários estudos sociais a concepção de tecnologia foi sendo reformulada, e o entendimento de que a tecnologia e a sociedade se relacionam de forma complexa, dinâmica e capaz de produzir na sua interação novas realidades também foi se difundindo. No início do século XX, segundo Simões (1995), situam-se muitos estudos como os de Thorstein Veblen (1919) e os de Charles e Mary Beard (1930) que visualizavam a relação tecnologia e a sociedade como unidirecional, sendo o progresso da tecnologia uma causa e resolução do contexto histórico. Ou seja, defendem uma abordagem tecnológica determinista, e ressaltavam dentro dos estudos a ideia de progresso/avanço das “invenções” técnicas como o desenvolvimento dos artefatos de pedra ou madeira, chegando na máquina a vapor e mais recente os celulares, drones e computadores. O conjunto de tais teorias com foco na tecnologia, formam, o que a autora denomina de perspectiva da *mudança tecnológica* na qual as inovações tecnológicas são tidas como determinantes da sociedade.

Com o desenvolvimento dos estudos no decorrer do século XX e XXI, a compreensão da relação tecnologia e a sociedade foi sofrendo alterações. Assim, o princípio de que as influências da tecnologia são mediadas pelo contexto social em que essa tecnologia opera, identificando-se um conjunto de fatores sociais que moldam a criação, o desenvolvimento e o uso da tecnologia, foi compondo as teorias construtivistas. Nesta abordagem que agora direciona o protagonismo social em detrimento do tecnológico, de acordo com Simões (1995), situa-se os estudos de McKenzie e Judy Wajcman publicado em 1985 o qual discorre sobre a modelagem social da tecnologia. As teorias de foco na sociedade e seus processos sociais, compõem a perspectiva da *mudança social*, na qual os contextos e processos sociais são quem determinam o desenvolvimento tecnológico.

Nota-se uma crítica acentuada nas perspectivas apresentadas anteriormente. A mudança tecnológica desconsidera um contexto social e na mudança social a modelagem tecnológica é muitas

vezes subestimada. Devido a isso, Simões (1995) tem salientado a relevância de compreender a existência de uma influência mútua entre o elemento tecnológico e o tecido social. Dentro dessa abordagem, a autora cita os estudos de Hughes (1986), Wiebe Bijker (1995) e Jasanoff (2004) os quais seguem de perto a ideia da uma “sociotecnologia”, na qual o social, o técnico, o científico e o político não são diferidos. Considerando então uma relação mútua entre tecnologia e sociedade, Simões (2005) denomina uma terceira perspectiva para as teorias dos estudos da ciência e tecnologia: o *condicionamento recíproco*. Esta perspectiva argumenta que tanto a *mudança social* quanto a *mudança tecnológica* atuam de forma dialética nos cenários da sociedade moderna.

Quadro 1 - Síntese das concepções teóricas de Simões (2005, 2006, 2011):

<p>1ª) <i>Mudança tecnológica</i>: a perspectiva do determinismo tecnológico sobre a sociedade.</p>	<p>A tecnologia tem sido tratada como se existisse acima da sociedade e determinasse a sua forma, partindo-se, pois, do pressuposto de que o desenvolvimento tecnológico tem efeitos sociais preestabelecidos e universais.</p>
<p>2ª) <i>Mudança social</i>: a perspectiva do determinismo da sociedade sobre a tecnologia.</p>	<p>A tecnologia é determinada exclusivamente por processos sociais e políticos, e não tecnológicos. As tecnologias são analisadas como criações postas ao serviço de elites políticas econômicas e da dominação masculina.</p>
<p>3ª) <i>O condicionamento recíproco</i>: a perspectiva da tecnologia como processo social.</p>	<p>Abandona-se as relações monocausais entre ambas e a preocupação de se determinar se é a tecnologia ou a sociedade que tem prioridade causal. A tecnologia é considerada como um processo social, tendo-se em conta que ela pode ou não ser criada e adaptada pela ação humana, o que implica, como aponta a autora, que não só a escolha, a criação, o design e o desenvolvimento das tecnologias, como também as suas utilizações abarcarão um leque mais alargado de fatores sociais do que o usado nas perspectivas teóricas essencialistas.</p>

Fonte: Simões (2005, 2006, 2011).

SISTEMATIZAÇÃO DO CORPUS DE TRABALHO

Após a compreensão do constructo teórico apresentado por Simões (2005, 2006, 2011), este estudo adotou alguns métodos para efetuar a revisão de literatura. Primeiramente, empregou-se o método de revisão integrativa, a qual “proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática” (SOUZA, SILVA e CARVALHO 2010, p. 102), ou seja, este método nos permite visualizar as concepções teóricas adotadas nos estudos já desenvolvidos sobre tecnologia de comunicação. Assim como, possibilita ainda constatar atendências e conceitos teóricos metodológicos recorrentes em um conjunto específico de estudos selecionados.

Definido o método de revisão, efetuou-se as buscas por artigos na base de dados Periódicos Capes². O Portal de Periódicos da Capes, oferece acesso a 294 bases de dados diferentes como: *ACM Digital Library*, *Web of Science*, *Scopus*, *Scielo*, etc. Logo, para afiltração dos artigos, empregou-se os seguintes descritores combinados na língua portuguesa e inglesa: “TIC rural”, “*rural ICT*”, “*rural information and communication technology*” e “tecnologia de informação e comunicação rural”. Os artigos encontrados foram submetidos aos critérios de inclusão e exclusão: 1) estudos na íntegra, disponível em formato eletrônico e gratuito; 2) recorte temporal nos últimos vinte dois anos (período até a data da realização da pesquisa), assim, de 2000 a junho de 2022⁷³; 3) estudos publicados em português, inglês e espanhol; 4) contemplar o objetivo da pesquisa, isto é, retratar sobre as tecnologias de comunicação no meio rural. Na sequência, efetuou-se a leitura e classificação dos trabalhos, a partir dos critérios citados, assim como, eliminando as publicações repetidas. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, restaram 60 artigos para serem analisados com maior profundidade. Dentre estes, 28 estavam em língua inglesa, 27 em língua portuguesa e 5 em espanhol.

Para o exame dos artigos foi empregada a análise de conteúdo procurando perceber a corrente teórica de cada estudo, em conjunto com o uso do pacote bibliometrix no software R studio. Segundo Bardin (1977, p. 09) “a análise do conteúdo é um método de exploração de discursos (conteúdos e componentes) extremamente diversificado”. Entre outras palavras, refere-se a um conjunto de técnicas de análise qualitativa que se utiliza de procedimentos objetivos e sistêmicos para a decodificação de mensagens (conteúdos). Já o bibliometrix realiza a aplicação de análises e estatísticas quantitativas a publicações como artigos de periódicos e suas respectivas contagens de citações, indicando os locais publicados, autores, ano, países de publicação, etc. (MASSIMO e CUCCURULLO, 2017). Desta forma, foi realizada a organização e classificação dos trabalhos dentro das três perspectivas de Simões (2005, 2006, 2011), como apresentado na próxima seção.

² <https://www.periodicos.capes.gov.br/>) O Portal de Periódicos da Capes, criado no ano 2000, oferece acesso a 294 bases de dados diferentes. O Portal pode ser acessado em computadores ou dispositivos móveis conectados na rede de uma instituição federal de ensino, ou externo a rede por meio do acesso CAFe. O Portal permite acesso a textos completos disponíveis e distribuídos dentro das 294 bases em publicações periódicas, internacionais e nacionais, cobrindo todas as áreas do conhecimento. O acesso CAFe é um serviço de gestão de identificação que por meio de uma conta única, o usuário pode acessar, de onde estiver, os serviços de sua própria instituição e os oferecidos pelas outras organizações que participam da federação (CAPES, 2020). <https://www10.furb.br/manuais/manual-cafe.php>.

³ A escolha pelo período cronológico para a busca de artigos dos últimos 22 anos, foi uma decisão de recorte temporal que levou em conta a observação da literatura mais recente e contemporânea sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No sentido de realização das análises dos artigos selecionados, empregou-se a classificação proposta por Simões (2005, 2006, 2011) como pode ser visto na Tabela 1. Observou-se que, os artigos de periódicos tanto em português quanto internacionais, voltados para a especificidade do rural, estão calcados na questão da interação, ou seja, na forma como as sociedades locais condicionam a própria tecnologia a suas necessidades. Assim sendo, 77% dos artigos apresentaram-se em consonância com a perspectiva do *condicionamento recíproco*; 13% dos artigos sob a perspectiva da *mudança social* e 10% dos artigos na perspectiva da *mudança tecnológica*. Isto nos revela que a produção científica sobre a temática das TICs nas sociedades rurais, tem-se desenvolvido sob a ótica de um acesso, uso e apropriação tecnológica que possui uma íntima relação com o contexto social e local dos indivíduos rurais.

Tabela 1 - Número de artigos em cada perspectiva situada na análise

Perspectivas	Artigos de periódicos		Total
	Artigos em Português	Artigos Internacionais	
<i>Mudança tecnológica</i> : a perspectiva do determinismo tecnológico sobre a sociedade.	5	1	6
<i>Mudança social</i> : a perspectiva do determinismo da sociedade sobre a tecnologia	2	6	8
<i>O condicionamento recíproco</i> : a perspectiva da tecnologia como processossocial.	20	26	46
Total	27	33	60

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Vale ressaltar ainda que, 47% dos artigos de periódicos que compõem a perspectiva do *condicionamento recíproco* foram publicados nos anos de 2020 e 2021, período em que o contexto da pandemia da covid-19 assolava globalmente o isolamento social, e as TICs tornaram-se cruciais para o acesso a serviços, informações, estudos e contato social com a família e amigos. O que pode ter contribuído para os estudos serem construídos, teoricamente, dentro da concepção da tecnologia se interagindo com cada realidade regional e local presente em cada artigo. No ranking da origem dos artigos que fizeram parte da amostra, situa-se, os três países com maior número de publicação: Brasil (27 artigos), Índia (6 artigos) e China (4 artigos).

MUDANÇA TECNOLÓGICA: A PERSPECTIVA DO DETERMINISMO TECNOLÓGICO SOBRE ASOCIEDADE.

Baseados na concepção de um progresso tecnológico como condicionante da sociedade, Conceição e Schineider (2019) aponta as mudanças sofridas nos meios de subsistência dos sujeitos rurais. Isto é, os autores, problematizam as mudanças e necessidades que as sociedades rurais enfrentam perante a organização do mundo globalizado, ressaltando a dependência e o impacto crescente da tecnologia no dia a dia dos rurais. O que resulta em novas práticas sociais como: a ampliação no que diz respeito ao acesso à comunicação e à obtenção de informações, o aumento do acesso das populações a diversos conteúdos, maior organização social para acesso a políticas rurais, novas técnicas de produção, proporcionando maior eficiência na gestão da propriedade, diminuindo os custos, melhorando as tomadas de decisão, o uso racional dos recursos e o aumento dos lucros e produtividade.

De acordo com Simões (1995) muitas das análises nesta perspectiva se concentram nos impactos sociais da tecnologia. Os estudos sob uma perspectiva determinista tecnológica retratam a sociedade como avançada e com uma contínua expectativa de mudança tecnológica no seu dia a dia. Isto é, consideram uma dependência dos objetos tecnológicos como telefone celular, televisor, geladeira, etc. no cotidiano das pessoas; e esta dependência tem aumentado cada vez mais, assim como é um fato óbvio de ser notado. Sob este olhar os estudos apresentam a tecnologia como causa de um conjunto de mudanças particulares e institucionais inevitáveis, sendo as mudanças são lineares e sequenciais.

Brusamarelo *et al.* (2021) em uma pesquisa bibliográfica acerca do contexto no qual se insere as tecnologias da informação e comunicação na suinocultura no Brasil, argumentam o quanto tais tecnologias têm sido fundamentais, positivas e inovadoras para as diferentes áreas do setor produtivo e de comercialização rural, em especial para a suinocultura. Segundo os autores, as atividades de suinocultura estão gradativamente substituindo o trabalho feito manualmente pelos colaboradores nas granjas por computadores, telefones celulares e softwares que analisam de forma rápida e objetiva as solicitações dos usuários. Tais empregos de gerenciamento de dados informáticos permitem identificar possíveis problemas, falhas, sem falar na manutenção da competitividade de mercado. Portanto, além de viabilizar os meios de subsistência, neste caso em questão das atividades de suinocultura, as TICs instauram novas práticas e vai transformando as rotinas produtivas.

Nota-se que cada estudo estrutura a perspectiva de *mudança tecnológica* de determinada forma. Segundo Simões (1995) na concepção do determinismo tecnológico, encontra-se diversas variantes na forma de abordagem em termos da determinação da tecnologia. Logo, a autora descreve que é perceptível duas abordagens: o determinismo tecnológico "*hard*" e o determinismo tecnológico "*soft*". Na versão "*hard*" de determinação podemos enumerar as investigações dos

impactos sociais das tecnologias, como por exemplo o seu efeito no setor econômico, familiar, na educação e no lazer. Como pode ser observado nos estudos de Viero e Silveira (2011) e Abad (2014). A versão "soft" de determinismo, também não considera as possibilidades de intervenção social na escolha das tecnologias, ocorrendo tal intervenção apenas a posteriori, ou seja, na escolha dos arranjos institucionais mais adequados ao seu pleno desenvolvimento, como nos aponta Slavova e Karanasios (2018).

MUDANÇA SOCIAL: A PERSPECTIVA DO DETERMINISMO DA SOCIEDADE SOBRE A TECNOLOGIA

Robinson *et al.* (2020), Barreto *et al.* (2018), Xiao (2020) e Zavratnik *et al.* (2020) em seus respectivos estudos retratam o condicionamento da sociedade e seus fatores sociais, econômicos e políticos sobre a tecnologia, a partir do contexto desigual que o acesso e uso tecnológico tem-se dado. Este processo desigual é decorrente em diversos níveis, podendo desencadear ou reforçar diferenças já eminentes nas sociedades rurais, como não saber utilizá-las, o nível educacional e o local de residência (campo ou cidade).

Para Simões (1995), nesta abordagem a tecnologia passa de variável independente à dependente, considerando-se que esta é determinada exclusivamente por processos sociais e políticos, e não tecnológicos. Esta interpretação social da natureza da tecnologia levando em conta que os fatores comerciais, políticos e militares contribuem para a escolha tecnológica, rompe com a ideia de uma tecnologia como um corpo neutro que se desenvolve imune às influências sociais. Entretanto, o âmbito social que essa abordagem contempla, ainda é restrita aos interesses sociais, mantendo-se, desse modo, “dentro dos limites do determinismo social, de acordo com o qual, os atores assistem impotentes ao desenvolvimento tecnológico determinado pelos interesses das grandes organizações” (SIMÕES, 1995, p. 4).

De acordo com Lemos (2020, p. 05) o cenário de acessibilidade as tecnologias de comunicação se dão dentro do quadro de um regime de falhas. No qual, a “infraestrutura instável e ineficiente de acesso à tecnologia e a suas constantes falhas e necessidades de reparo se demonstram como um padrão regular e repetitivo de experiência” para diversas comunidades e grupos sociais. Assim, mesmo com o crescente desenvolvimento tecnológico, boa parte da população não tem como acessar devidamente as tecnologias e suas possibilidades. Segundo o autor, além do regime de falhas existe diversos interesses por trás da acessibilidade digital. Para Lemos (2020), os dados são um importante instrumento de dominação. Estes dados são referentes à nossa utilização das ferramentas digitais conectadas à internet, mas eles são adquiridos pelas ‘grandes empresas’ (Big Tech) que controlam as plataformas digitais. Desta forma, os dados são

processados através de algoritmos, agregados e correlacionados criando padrões de compreensão das nossas atividades digitais, seja para prever nossos comportamentos ou moldá-los.

Conforme Robinson *et al.* (2020), na realidade rural de países como: Uruguai, Chile, Peru, Brasil, México, Cuba, Jamaica, Estados Unidos e Canadá, a política governamental é a principal responsável por combater o regime de falhas, assim como regulamentar o acesso de dados. Para os autores as políticas públicas podem efetivamente reduzir as lacunas de acesso digital quando combinam a disponibilidade de rede, dispositivo e oferta de habilidades, especialmente por meio de instituições educacionais. Uma vez que, existe também uma desigualdade econômica associada a desigualdade digital, a qual pode resistir a mudanças. Além de, estabelecer quais empresas são responsáveis pela oferta e gerenciamento de redes e dados dentro de cada país. O que ressalta o poder estatal sobre o tipo de acesso e apropriação que estes grupos rurais locais efetivamente chegam a ter.

CONDICIONAMENTO RECÍPROCO: A PERSPECTIVA DA TECNOLOGIA COMO PROCESSO SOCIAL.

Dentro desta perspectiva situam-se, aproximadamente, 69% dos estudos analisados neste trabalho, o que remete a caminhos teóricos bem construídos levando em conta o delineamento tecnológico, assim como o tecido social existente. Os artigos aqui elencados, têm considerado a existência de uma apropriação/incorporação tecnológica. Neste sentido, situam-se os trabalhos de Ronsini (2010), Deponti, Felippi e Dorneles (2015) e Proulx (2005), os quais defendem a apropriação das tecnologias de comunicação como um processo pelo qual os indivíduos interagem com o sistema tecnológico, o sistema cultural, econômico e institucional, dando novos sentidos, usos e objetivos a esses sistemas, isto é, incorporando-os para a sua própria definição de mundo, mas mantendo seu próprio horizonte de compreensão do mundo.

Para Orégia e Ling (2018) o processo apropriativo de uma tecnologia inicia antes mesmo do seu acesso-uso. De acordo com os autores, a incorporação de uma TIC ocorre a partir da “imaginação digital” - processo através do qual os usuários vislumbram algo que ainda não faz parte do seu dia a dia e assim começam a apropriar-se dele. “A imaginação digital é um enquadramento que prefigura os usos cotidianos da tecnologia e é moldada pelas aspirações individuais, pela organização da sociedade e pelas imagens das mídias digitais que existem no ambiente circundante” (OREGLIA e LING, 2018, p. 570).

Conforme Simões (2006) no condicionamento recíproco os agentes sociais têm janelas de oportunidades para contrariar determinados desenvolvimentos tecnológicos, ou até mesmo, apropriar-se deles a partir de uma “imaginação digital”. Segundo a autora, as forças ou fatores sociais não se limitam as escolhas do desenvolvimento e uso tecnológico, mas deve-se incluir na

análise. Ou seja, deve-se considerar as tendências das sociedades capitalistas atuais, as quais poderão ser ampliadas pelas novas tecnologias a partir da sua apropriação, assim como seus valores, suas desigualdades sociais e de poder, seus contextos sociais, políticos e culturais. Como pode ser visto nos artigos de periódicos que retratam a apropriação das tecnologias de comunicação para atividades de gestão da propriedade ou do empreendimento familiar (ESCOSTEGUY, FELIPPI e SIFUENTES, 2020); para o turismo rural (RENÓ et al., 2019); como possibilidades de oferta de ensino (SCHOSSLER et al., 2021); como mudanças no quadro da saúde rural e qualidade de vida (NYASULU e CHAWINGA, 2018) e no combate à violência de gênero e a violência doméstica, resultando no alcance de melhorias na igualdade de gênero (GARG, 2021).

Outro aspecto que apresenta esta interação tecnologia e contexto social é o geracional. Melro (2012) ao estudar as TICs no cotidiano rural português, percebe que existem apropriações e usos diferentes de uma mesma tecnologia dentro de uma família, devido as distintas gerações que compunha a mesma. Segundo a autora, as TICs surgem como elementos socioculturais e políticos constituintes da ambiência de cada grupo etário, o que mostra como cada um deles vai usar ou qual mídia vão usar. Para Galperin e Arcidiacono (2019) adoção das tecnologias por uma família, revela um processo complexo de intermediação intergeracional e negociação de papéis. De acordo com os autores, no contexto de países com níveis baixos a moderados de adoção das TICs, a transferência de conhecimentos digital entre as gerações, por exemplo entre crianças e adultos, é marcada pelo efeito em que os pais confiam nas crianças para realizar tarefas on-line para eles, resultando em uma geração adulta com baixo nível de apropriação digital.

Já no contexto da juventude rural uruguaia Vilela e Borjas (2021) observam que o principal sentido de apropriação das TICs pelos jovens é a conexão com o núcleo familiar. Neste caso em específico trata-se de famílias que, independentemente de sua composição, estão muito presentes em vários aspectos da vida desses jovens, fundamentalmente no acompanhamento de trajetórias educacionais. Assim, ao saírem de casa, seja para estudar ou trabalhar na cidade, os jovens rurais veem nas TICs uma possibilidade de retomar o contato com os entes queridos e burlar de certa forma as distâncias físicas.

Quadro 2 - Caracterização dos estudos analisados

Perspectivas	Artigos
<i>Mudança tecnológica:</i> a perspectiva do determinismo tecnológico sobre a sociedade.	Viero e Silveira (2011), Abad (2014), Souza e Manoel (2021), Brusamareto <i>et al.</i> (2021), Slavova e Karanasios (2018), Conceição e Schneider (2019).
<i>Mudança social:</i> a perspectiva do determinismo da sociedade sobre a tecnologia.	Zavratnik <i>et al.</i> (2020), Struzek <i>et al.</i> (2019), Robinson <i>et al.</i> (2020), Lemos (2020), Xiao (2020), Oregliaa e Srinivasan (2020), Barreto <i>et al.</i> (2018), Moura <i>et al.</i> (2020).
<i>O condicionamento recíproco:</i> a perspectiva da tecnologia como processo social.	Simões (2019), Deponti <i>et al.</i> (2020), Escosteguy <i>et al.</i> (2018), Poter <i>et al.</i> (2018), Wyche (2018), Benedetti (2020), Thamizoli <i>et al.</i> (2018), Garg (2021), Arruda e Nascimento (2021), Gustafsson (2018), Stillman (2020), Melgaço (2021), Slaughter, Smith e Hajek (2019), Frings-Hessami <i>et al.</i> (2020), Galperin e Arcidiacono (2019), Aricat e Ling (2018), Lin e Kloet (2019), Molina e Rodriguez (2021), Nyasulu e Chawinga (2018), Orégliia e Ling (2018), Renó <i>et al.</i> (2019), Li, Rai e Ganapathy (2020), Bede, Okry e Vodouhe (2020), Escosteguy e Felippi e Sifuentes (2020), Franceschi, Deggerone e Bombardelli (2020), Wildermuth (2021), Godoy, Sanssanoviez e Pesarico (2020), Vilela e Borjas (2021), Carvalho e Lago (2019), Melro (2012), Escosteguy, Bianchini e Ribas (2018), Camilo (2020), Silveira (2019), Gailhard e Simões (2021), Schossler <i>et al.</i> (2021), Young (2019), Nunes <i>et al.</i> (2021), Almeida (2007), Peterson <i>et al.</i> (2020), Cárdenas e Ochoa (2015), Ronsini (2010), Neuman (2008), Proulx (2005), Deponti, Felippi e Dorneles (2015), Natansohn (2014).

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática realizada constatou que as sociedades rurais vêm apresentando, sobretudo, nas últimas duas décadas, diversas transformações. Mudanças nas relações sociais, nas formas de produção e comercialização, na mobilidade, as quais caracterizam as novas práticas de apropriação das inovações tecnológicas e informacionais. As tecnologias de informação e comunicação apresentam-se presentes na vida do indivíduo que vive no campo, ainda que em intensidades e usos diferenciados. Ou seja, a presença das tecnologias comunicacionais como o telefone celular, a internet e os computadores, assumem, cada vez mais, relevância e importância no cotidiano das famílias de produtores rurais. Mais do que presentes nas rotinas rurais, as TICs estão sendo relacionadas às práticas sociais e culturais dos indivíduos do campo, isto é, elas estão sendo apropriadas por estas populações, o que torna estas tecnologias atuantes no desenvolvimento regional e local. Contudo, cada estudo de forma específica tem delineado seu caminho teórico para análise e observação destas transformações.

Um primeiro ponto importante de destaque é a interdisciplinaridade do assunto. Os artigos selecionados foram encontrados em periódicos das áreas rural, médica, econômica, administrativa, comunicação, sociológica e antropológica mostrando que este tema perpassa diferentes campos de

conhecimento. A análise da produção científica levantada permitiu concluir que a apropriação tecnológica rural é frequentemente descrita levando em conta as estruturas culturais, os processos históricos regionais e as rotinas rurais locais. Evidenciando o cotidiano dos sujeitos, seus aspectos culturais, socioeconômicos, as formas de sociabilidade e as práticas que permeiam o seu meio social. Deixando transparecer percepções de encontro ao *condicionamento recíproco*.

Outro ponto relevante, cabe a distribuição dos estudos, 10% abordaram a perspectiva das *mudanças tecnológicas*, 13% abordaram a perspectiva das *mudanças sociais* e 77% o *condicionamento recíproco*. O que nos remete a concepções teóricas, nos dias atuais, centradas na interação entre tecnologia e sociedade rural. Portanto, os artigos apresentam uma ampla gama de temáticas que convergem com o contexto social, cultural, econômico e local, como: a apropriação tecnológica para a produção rural, para a educação, para a saúde, para as questões de gênero e geração.

Reconhece-se, aqui, os limites deste trabalho quanto à amostragem e os recursos de análise utilizados. O emprego de outros tipos de produção acadêmicas em novas investigações (livros, teses, dissertações, etc.) torna-se relevantes. Para trabalhos futuros, seria importante novos estudos sobre as construções teóricas em torno da perspectiva do *condicionamento recíproco*, uma vez que, grande parte dos estudos estão seguindo sob esta vertente.

REFERÊNCIAS

ABAD, R. M. J. Globalización: cómo el medio rural se ve afectado por la globalización y las TIC. *GeoGraphos*. v. 5, n. 67, p. 283-312, 2014. DOI 10.14198/GEOGRA2014.5.67.

Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/37074/1/Rosa_Jimenez.pdf. Acesso em: 21 mar. 2022.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 1977.

BARRETO, C. *et al.* Colombian elders and their use of handheld digital devices. *Frontiers in Psychology*, v.9, p.1–8, 2018. DOI 10.3389/fpsyg.2018.02009. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2018.02009/full>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRUSAMARELO, E. *et al.* Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na Suinocultura. In: OELKE, A. C. (org.). *Suinocultura e Avicultura: do básico a zootecnia de precisão*. Guarujá, SP. p.278–287, 2021. DOI 10.37885/210203266. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/books/978-65-87196-89-3.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CONCEIÇÃO, A.; SCHNEIDER, S. Internet e agricultura familiar: algumas percepções sobre as mudanças no meio rural. *MARGENS* (Dossiê: Desenvolvimento Territorial no Brasil), Versão Digital, v. 13. n. 20, p. 59-71, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345371152_internet_e_agricultura_familiar_algunas_percepcoes_sobre_as_mudancas_no_meio_rural. Acesso em: 27 fev. 2020.

DEPONTI, C. M.; FELIPPI, A. C. T.; DORNELLES, M. Os usos e as apropriações das TICs na agricultura familiar em regiões do sul do Brasil. In: Seminário internacional sobre desenvolvimento regional, 7, 2015, Santa Cruz do Sul: UNISC. *Anais*, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13368>. Acesso em: 20 jan.

2020.

ESCOSTEGUY, A. C. D.; FELIPPI, Â. C. T.; SIFUENTES, L. Reconfigurações do espaço rural e do cotidiano familiar: os sujeitos e suas práticas com as tecnologias de comunicação. **Redes**, v. 25(1), p. 211–231, 2020. DOI 10.17058/redes.v25i1.14243. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14243>. Acesso em: 3 mar. 2021.

GALPERIN, H.; ARCDIACONO, M. Learning from or leaning on? The impact of children on Internet use by adults. **New media & society**, v. 21(2), p. 483–506, 2019. DOI 10.1177/1461444818799996. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444818799996>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GARG, C. Is Mobile Phone Use Invading Multiple Boundaries? A Study of Rural Illiterate Women in India. **Indian Journal of Gender Studies**, v. 28(1), p. 29–45, 2021. DOI 10.1177/0971521520974845. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0971521520974845>. Acesso em: 3 jan. 2022.

LEMOS, R. L. Guerrilha digital e produção de contra narrativas: resistindo aos impactos dos mecanismos de dominação de memória na internet. **Cadernos de Campo** (São Paulo, on-line). v. 29, n. 2, p. 1-17, 2020. DOI 10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe175020. Disponível em:

<https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2020/10/CADERNO-RESUMOS.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

RENÓ, D. *et al.* Instagram como red de promoción e hipermediación del turismo rural: el caso de aldeias históricas. **Revista Latina de Comunicación Social**. v. 74, n. 1, p. 1610-1632, 2019. DOI 10.4185/rics-2019-1401. Disponível em: <https://Dialnet-Covid19EInstagram-8286453.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

MASSIMO, A.; CUCCURULLO, C. "bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis," **Journal of Informetrics**, Elsevier, v. 11(4), p. 959-975, 2017. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/informe/v11y2017i4p959-975.html>. Acesso em: 23 jan. 2018.

MELRO, A; OLIVEIRA, L. O uso dos novos médias e a redefinição de tempos e espaços em meio Rural. *In*: Araújo, E. R; Duque, E. **Os tempos sociais e o mundo contemporâneo**: Um debate para as Ciências Sociais e Humanas (eds.), 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/3517066/O_uso_dos_novos_media_e_a_redefinicao_de_tempos_e_espacos_em_meio_rural. Acesso em: 15 fev. 2019.

NYASULU, C.; CHAWINGA, W. D. The role of information and communication technologies in the delivery of health services in rural communities: Experiences from Malawi. **SA Journal of Information Management**, v.20(1), p.1–10, 2018. DOI 10.4102/sajim.v20i1.888.

Disponível em: <https://sajim.co.za/index.php/sajim/article/view/888>. Acesso em: 15 jun. 2019.

OREGLIA, E; LING, R. Popular digital imagination: Grass-root conceptualization of the mobile phone in the global south. **Journal of Communication**, v. 68(3), p. 570–589, 2018. DOI 10.1093/joc/jqy013. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Popular-Digital-Imagination%3A-Grass-Root-of-the-in-Oreglia-Ling/b449fb82edaa7b8feeeaeec4096a00bf7d48f21>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PROULX, S. **Penser les usages des technologies de l'information aujourd'hui**: enjeux, modèles, tendances. 2005. Disponível em <http://sergeproulx.uqam.ca/wpcontent/uploads/2010/12/2005-proulx-penser-les-usa-43.pdf> Acesso em 18 jul. 2021.

RAMBAUD, P. **Sociedade rural e urbanização**. Tradução Paula Cristina Fernandes e membros do GERAR (Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades/UFV). Paris: Edições de Seuil, 2ª edição. 1973.

ROBINSON, L. *et al.* Digital inclusion across the Americas and the caribbean. **Social Inclusion**, v.8(2), p.244–259, 2020. DOI 10.17645/si.v8i2.2632. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/socialinclusion/article/view/2632>. Acesso em: 28 set. 2021.

RONSONI, V. M. A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção). **Anais, XIX Encontro Anual da Compós**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt12_veneza_ronsini.pdf.

Acesso em: 29 set. 2019.

SCHOSSLER, A. B. *et al.* Digital inclusion in field schools Inclusión digital en escuelas de campo. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, e. 44710514819, p. 1–9, 2021. DOI 10.33448/rsd-v10i5.14819p. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14819>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SIMÕES, M. J. “Mudança tecnológica e mudança social: o caso das tecnologias da informação”, PACP (**Relatório científico**), Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/82635040/Relat%C3%B3rio_Final_do_Projeto_Tempo_e_tecnologia_uma_abordagem_de_g%C3%A9nero_para_o_contexto_portugu%C3%AAs?f_i=13845.

Acesso em: 29 set. 2019.

SIMÕES, M. J. **Política e tecnologia. Tecnologias da informação e da comunicação e participação política em Portugal**. Oeiras: Celta, 2005.

SIMÕES, M. J. “Contributos para uma Sociologia da Tecnologia”. **Configurações**. v. 2, p. 75- 88, 2006. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35968/1/configura%C3%A7%C3%B5es%208.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

SIMÕES, M. J. HERAS, S. L. E AUGUSTO, A. “As tecnologias no espaço doméstico: não chega ter, é preciso saber, querer e poder usar”. **Configurações**. Vol.8, p.155-174, 2011. DOI 10.4000/configuracoes.831. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/831>. Acesso em: 29 set. 2019.

SLAVOVA, M.; KARANASIOS, S. When Institutional Logics Meet Information and Communication Technologies: Examining Hybrid Information Practices in Ghana’s Agriculture. **Journal of the Association for Information Systems**. v. 19(9), p. 775-812, 2018. DOI 10.17705/1jais.00509. Disponível em: https://www.academia.edu/45651188/When_Institutional_Logics_Meet_Information_and_Communication_Technologies_Examining_Hybrid_Information_Practices_in_Ghanas_Agriculture. Acesso em: 12 out. 2021.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. v. 8 (1): p. 102-6, 2010. Disponível em: <https://journal.einstein.br/pt-br/article/revisao-integrativa-o-que-e-e-como-fazer/>. Acesso em: 17 fev. 2020.

VIERO, V. C.; SILVEIRA, A. C. M. Apropriação de tecnologias de informação e comunicação no meio rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 257-277, 2011. DOI 10.35977/0104-1096.cct2011.v28.12042. Disponível em:

<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/artide/view/12042>. Acesso em: 10 fev. 2019.

VILELA, R. S.; BORJAS, C. Entre el desarraigo y la querencia. Jóvenes rurales y TIC en Uruguay. Una aproximación cualitativa. **Revista Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 26, 2021. DOI 10.17058/redes.v26i0.15686. Disponível em: <https://15686-Texto%20do%20Artigo-69061-2-10-20210115.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

XIAO, Z. ‘You Are Too Out!’: A mixed methods study of the ways in which digital divides articulate status and power in China. **Information Development** v. 36(2) p. 257–270, 2020. DOI 10.1177/0266666919841422. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0266666919841422>. Acesso em: 21 mar. 2022.

ZAVRATNIK, V. *et al.* Sustainable and Community-Centred Development of Smart Cities and Villages. **Sustainability**, v. 12, 3961, 2020. DOI 10.3390/su12103961. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/10/3961>. Acesso em: 21 mar. 2022.

OBSERVATÓRIO DE CRÍTICA DE MÍDIA ÓPERA: UM OLHAR SOBRE A PAUTA DOS DIREITOS HUMANOS NA IMPRENSA REGIONAL E LOCAL

**Franco Dani Araújo e PINTO
Lorena Silva Vitória Almeida ARAÚJO
Thaís Aldred Iasbik de AQUINO
Deborah Luísa Vieira dos SANTOS
André Rodrigues SANTOS**

INTRODUÇÃO

Nas sociedades democráticas contemporâneas, a mídia ocupa lugar central e estruturante dos mais variados processos sociais. Ou seja, o modo como nos orientamos em relação à realidade, nos organizamos no mundo e agimos uns com os outros passa, cada vez mais, por processos de conversação, representação e mediação, os quais ocorrem cotidianamente entre sujeitos e suas interações mediadas por redes sociais digitais e outros veículos midiáticos. Neste contexto, particularmente, nos chama atenção a abordagem dos direitos humanos: apesar de em tese poderem contar com o poder de difusão midiática para sua promoção e visibilidade, muitas vezes acabam sendo silenciados, distorcidos ou até mesmo violados pela própria mídia.

Foi em resposta a esse panorama que, em maio de 2021, surgiu o Observatório de Perspectivas, Experiências e Ramificações na Relação Mídia-Democracia-Direitos humanos (ÓPERA). Iniciativa que se constitui como projeto de pesquisa financiado pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale), a partir do qual foi criado um grupo de pesquisa homônimo, cadastrado no Diretório do CNPq e certificado pela Instituição através de sua Assessoria de Pesquisa e Pós-Graduação (APPG). O projeto é uma resposta aos desafios vividos em relação aos direitos humanos na região de Governador Valadares-MG, cidade sede da universidade, área com um dos mais baixos indicadores de desenvolvimento do estado de Minas Gerais.

O projeto propõe o desenvolvimento de um observatório de crítica de mídia regional, que tem como objetivo monitorar e analisar a produção midiática em um recorte territorialmente localizado a partir de uma perspectiva interdisciplinar entre os campos da Comunicação e do Direito, que busca compreender de que forma a pauta dos Direitos Humanos tem sido abordada pelos veículos midiáticos da microrregião de Governador Valadares. Metodologicamente, o levantamento de dados para pesquisa vem sendo feito no modelo de um Observatório de Mídia.

De uma forma geral, a proposta do ÓPERA é atentar-se à crítica dos discursos midiáticos cuja abordagem infringe os direitos humanos, contribuindo para a circulação desses discursos e práticas problemáticas que devem ser contestadas dentro e fora da mídia. A ideia é analisar em quais moldes a comunicação é feita e qual a repercussão jurídica dela tanto em âmbito local como regional. Isso

porque a região do Vale do Rio Doce oferece privilegiado campo de pesquisa para as mais diversas linhas temáticas de interesse regional, nacional e internacional, tais como: migração, doenças endêmicas e questões de saúde pública; violência e vulnerabilidade social; questões relacionadas ao meio ambiente; desastre socioambiental e suas consequências; processos eleitorais; indicadores deficitários de qualidade de vida, de saúde, de educação; desigualdade regional; déficit em direito fundamental; população LGBTQIA+, entre outros.

A partir do acompanhamento sistemático do conteúdo produzido pelos veículos de mídia das regiões destacadas, o ÓPERA irá elaborar um banco de dados em formato de repositório organizado e categorizado. Quinzenalmente, os pesquisadores debatem os principais temas relacionados aos direitos humanos apresentados pela mídia regional para a produção de artigos científicos e outros conteúdos informativos com os dados. Além dessas pesquisas específicas, ao final do trabalho será produzido um relatório final buscando evidenciar como os direitos humanos foram (ou deixaram de ser) abordados nos três anos de observação, um apanhado quantitativo-qualitativo que dará origem a um artigo síntese da pesquisa.

Cada análise demandará uma metodologia específica a ser definida conforme o objeto selecionado oportunamente. Acredita-se que a análise e o monitoramento contínuos dos direitos humanos possibilitarão observar práticas de descumprimento do direito à comunicação e à informação; construir um arcabouço teórico-metodológico sobre direito, mídia e direitos humanos; e, em última instância, promover o cumprimento da comunicação como um direito humano. Em termos teóricos, o Observatório se sustenta em três pilares centrais: 1) crítica de mídia; 2) dinâmicas territoriais; 3) direitos humanos.

MÍDIA E DIREITOS HUMANOS

A comunicação é um ato de necessidade básica e a informação é a matéria-prima do conhecimento, como afirma Carvalho (2021). Dialogando com esses dois conceitos está a mídia, termo inserido no dicionário britânico *Oxford* em 1920. Desde então, “a mídia foi incorporada às análises sobre *mass media* feitas nos Estados Unidos, sob a influência dos estudos da *Mass Communication Research*”, segundo Bozza (2021, p. 102). O autor lembra que o termo “mídia” é empregado, por exemplo, “nos estudos da Escola de Chicago, na linha do interacionismo simbólico, para medir a influência, o uso e o consumo dos meios de comunicação de massa [...] na observância dos problemas sociais”, entre outras coisas.

No campo dos estudos comunicacionais, existem diferentes interpretações em torno do conceito de “mídia”. Concordamos com a definição de Fonseca Júnior (2012, n.p.), para quem a mídia é “o plural da palavra ‘meio’, cujos correspondentes em latim são ‘*média*’ e ‘*medium*’, respectivamente”. Nos tempos modernos, segundo o autor, “convencionou-se [...] um enorme e variado sistema de expressão de

comunicação” (n.p.). Assim, segundo ele, a “mídia” pode ser usada para definir a “difusão e veiculação da informação através dos veículos de comunicação de massa”, sejam eles rádio, TV, jornal impresso ou internet, como, também, para gerar a informação, seja por meio de máquinas fotográficas e filmadoras, telefone celular, gravador digital etc.

Silverstone (2002) é um dos principais autores do campo da Comunicação e dos Estudos Culturais. Sua obra “Por que estudar a mídia?”, ressalta o lugar cada vez mais central da mídia no cotidiano da sociedade, assumindo uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea¹. Mais do que “agir” sobre nós, a mídia é eleita por nós como um lugar privilegiado de construção de sentidos, organização do dia a dia, fornecendo entretenimento, informação, segurança e conforto. Apesar de parecer banal, é justamente a vivência cotidiana, ordinária com a mídia que a posiciona como espaço regulador e catalisador de debates essenciais ao desenvolvimento das sociedades, ora com retrocessos, ora com avanços.

Quero mostrar que é por ser tão fundamental para nossa vida cotidiana que devemos estudar a mídia. Estudá-la como dimensão social e cultural, mas também política e econômica, do mundo moderno. Estudar sua onipresença e sua complexidade. Estudá-la como algo que contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados (SILVERSTONE, 2002, p. 13).

Empreender análises críticas da mídia - como propõe o ÓPERA - significa olhar para a produção midiática e tentar identificar, esmiuçar, interpretar e analisar seus desdobramentos nas mais variadas áreas, como política, economia e cultura, entre outras. Observar e criticar a mídia nos ajuda a entender as “batalhas” travadas por ela e dentro dela: seja pelo controle de instituições, de significados; por condições de acesso e participação das pessoas à comunicação por meio da mídia; por representações mais justas e capazes de romper com estereótipos e preconceitos, ao invés de perpetuá-los (SILVERSTONE, 2002).

Quando nos referimos a “batalhas travadas” pela mídia e dentro dela, olhamos para ela como um território simbólico onde ocorrem relações de poder. Thompson (1998), ao pesquisar sobre as mídias e suas variadas interfaces com a sociedade, aciona o conceito de poder simbólico cunhado por Bourdieu (1989). O que marca o conceito de poder simbólico em Thompson (1998) são as transformações da vida social, na perspectiva espacial e temporal, provocada pela intervenção do campo da mídia nos outros campos sociais. O autor inglês usa o termo para se

¹ Saindo do senso comum, definimos mídia numa perspectiva mais complexa, à luz de Antunes e Vaz (2006): “A mídia pode ser apresentada como um lugar de apontamento de sentido, de estabelecimento de formas interativas, de criação e partilhamentos de representações, de (re)interpretação de experiências, de vinculação, de junção, de formação de elos, de instrumentação; por outro lado, a mídia também afigura-se como uma forma que carrega em si uma série de características tais como o caráter de transmissividade e de reprodutibilidade, um modo de estabelecimento de temporalidades, um tipo de solicitação de disponibilidade aos sujeitos para o compartilhamento de experiências, uma maneira de estabelecimento de contratos e de estruturação de sentidos” (p. 44-45).

referir “a esta capacidade [da mídia] de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p. 24).

Para o autor, essa interseção entre campos pode gerar novas formas de interação e ação na sociedade e, dadas as suas características, também é capaz de criar formas de execução do poder sem a necessidade de presença física. Essas novas maneiras de agir e interagir na sociedade também são responsáveis por alterar a experiência dos sujeitos sociais ao criar percepção, sensibilidade e sociabilidade. O autor, no entanto, afirma que a mídia mantém uma relação permanente com o terreno social. Por isso, para se entender a influência dos meios de comunicação no Brasil, é importante entender em que contextos estão inseridos, de que forma produzem os bens simbólicos e de que maneira tais mensagens são ressignificadas pelo público, o que remete ao conceito de mediação.

Ainda para Thompson (1998), a mídia, enquanto campo social, não está interessada apenas em se tornar uma instituição social reconhecida, com papéis definidos e especializados. Pelo contrário, ela reivindica para si o papel exclusivo de dar visibilidade aos outros campos sociais. Justamente por isso que compreender a interseção Mídia e Direitos Humanos se torna uma atividade tão relevante para as áreas da Comunicação e do Direito.

Examinar a mídia com tal rigor é de fundamental importância porque ela não apenas “representa”, “mostra” ou “espelha” (só para citar alguns termos encontrados nas teorias da comunicação) a sociedade. Ela é tão constituidora do tecido social quanto outras práticas sociais. É por isso que, se queremos nos entender enquanto sociedade e avançar nos mais variados setores, é preciso compreender também como a mídia fala de nós e dos outros, como nós nos colocamos enquanto sujeitos nesses espaços midiáticos e como eles constroem, consolidam, circulam ou questionam sentidos, práticas, representações, discursos, narrativas e imagens.

Discutir a crítica de mídia, segundo Braga (2006), é um sistema de resposta social fundamental, uma espécie de “terceiro sistema”, complementar aos tradicionais modelos de produção e recepção, no qual a sociedade pode participar reagindo à mídia das mais diversas maneiras – principalmente avaliando, criticando, questionando e cobrando. Entre os principais ganhos da implantação deste observatório de mídia estão o progresso da democracia; o estabelecimento de um canal de diálogo entre o público, a sociedade civil organizada, o Estado, a academia e as empresas do setor; um espaço de produção e difusão de conhecimento sobre a atuação dos meios de comunicação (CUNHA, 2011; CHRISTOFOLETTI; MOTTA, 2008).

Ao aproximarmos os estudos de mídia com os de direitos humanos, observamos que “a midiatização e a judicialização da vida são fenômenos exaustivamente debatidos nos últimos anos” (CALIXTO, 2012, p. 1). Em razão disso, faz-se necessário fomentar o “diálogo entre juristas e jornalistas,

entre Direito e Comunicação; [...] a partir de seus ruídos, criam-se conflitos de grande relevância para os atuais arranjos democráticos” (CALIXTO, 2012, p. 2).

Ao abordarmos o conceito de “Direito” nos amparamos na definição de Bobbio (1998, p. 349), para quem, no sentido mais geral, é o “conjunto de normas de conduta e de organização, constituindo uma unidade e tendo por conteúdo a regulamentação das relações fundamentais para a convivência e sobrevivência do grupo social”. Em busca de uma definição de “direitos humanos”, Liesen (2020, p. 38) acresce o seguinte ao conceito de Bobbio (1998): “Por sua vez, o adjetivo ‘humanos’ indica que esse conjunto de normas se dirige a qualquer um da comunidade humana. Portanto, ele delimita um tipo particular de direitos”, ou seja, a qualquer ser humano.

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) estabelece que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, 1948).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) também apresenta o acesso à comunicação como um direito fundamental, reforçando sua relevância em uma sociedade democrática. No entanto, o artigo 5º da CF/88 também enumera outros diversos direitos fundamentais, o que permite que em uma determinada situação cotidiana estejam presentes vários deles, acarretando, assim, a colisão entre esses direitos envolvidos em um caso concreto (CARDOSO, 2016). Os incisos IV e IX do mencionado art. 5º da Carta Política Brasileira asseguram a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato; bem assim, a liberdade de expressão da *atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*.

A mutação constitucional assecuratória da atualização e entrincheiramento dos direitos humanos resultará nesse viés de observância para a comunicação em rede, quadro subjacente ao reconhecimento legal pelo Marco Civil da Internet no Brasil. Nesse aspecto, o art. 2º, da Lei 12.965/2014 dispõe que a liberdade é o fundamento que orienta o uso da Internet no país, bem como o inciso II desse mesmo dispositivo exige que tal prática se desenvolva sob referencial de respaldo dos *direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais*.

Paralelamente à evolução e consolidação dos direitos humanos, as mídias passaram por processos de modernização. Segundo Fonseca Júnior (2012), elas se transformaram num importante aliado no processo em que vive o mundo, em que os direitos humanos passaram a fazer parte das pautas dos grandes veículos de comunicação e dos grandes debates por eles promovidos.

A temática dos direitos humanos era, até final do século XX, um assunto quase que exclusivo do âmbito jurídico e dos estudiosos do assunto. Com o avanço dos meios de

comunicação, principalmente no contexto da internet e, conseqüentemente, das redes sociais digitais, esse cenário mudou e evidenciou o tema dos direitos humanos e todo o debate que ele proporciona em diferentes esferas. Fonseca Júnior (2012, n.p.) reforça a importância que as mídias tiveram e têm na evolução e afirmação dos direitos humanos. Segundo ele, “é na veiculação dos direitos humanos nas mais variadas mídias que reside sua grande importância [...], justamente por produzir novos valores e práticas sociais”.

A ATUAÇÃO DOS OBSERVATÓRIOS DE MÍDIA

Dado o lugar central da mídia nas sociedades contemporâneas, é imprescindível que o aprimoramento e o desenvolvimento dos veículos midiáticos sejam acompanhados na mesma proporção por iniciativas de acompanhamento, monitoramento e fiscalização de suas atividades para cobrar o cumprimento de sua responsabilidade social - como o respeito aos direitos humanos e a promoção de seus preceitos. Ou seja, quanto mais sofisticada é a relação de uma sociedade com sua mídia, mais criterioso e atuante deveria ser todo um conjunto de críticas a essa produção midiática.

Criticar a mídia é essencial não apenas para o constante aperfeiçoamento da produção midiática, mas também da sociedade como um todo, a partir, sobretudo, de ações que proporcionem uma interpretação mais atenta por parte do público, diminuindo a distância entre a sociedade e a crítica especializada. Braga (2006) reconhece o papel ativo do público em relação àquilo que consome: a imagem do receptor passivo de mensagens mediadas pelos meios de comunicação, que estariam “manipulando-o” é, inclusive, uma visão já superada no campo de estudos de Comunicação. Contudo, isso não significa que

[...] a sociedade estaria sabendo enfrentar o que produz midiaticamente e sua disseminação, ou de que corrigiria automaticamente as eventuais distorções do setor de produção. [...] Entendemos, portanto, que uma recepção ativa é correlata, de modo fundamental, à existência na sociedade de dispositivos de interação social vigorosos — nos dois sentidos, de enfrentamento interpretativo e de forte presença social, ou seja, constatar uma articulação sistêmica entre ações interacionais de sociedade e produção midiática não corresponde a afirmar “equilíbrio”, menos ainda equilíbrio estável (BRAGA, 2006, p. 42).

Logo, é necessário que haja instâncias que contribuam para fomentar e aperfeiçoar cada vez mais esse “enfrentamento interpretativo” do público em relação à mídia. Daí advém todo o trabalho realizado em variados âmbitos: sites, coletivos, pesquisas acadêmicas, publicações periódicas e, especialmente, os observatórios de mídia. Esses dispositivos, apesar de existirem desde os anos 1980, fortaleceram-se e popularizaram-se principalmente a partir de uma recomendação do Fórum Social Mundial de 2002, que os alçou a instrumento fundamental para a consolidação de sistemas democráticos. Segundo Bertrand (2002), os observatórios se enquadram no que ele nomeia como “sistemas de responsabilização da mídia (MAS)”, iniciativas voltadas ao controle social dos meios de

comunicação por meio do monitoramento de processos de privatização de veículos estatais e de desregulamentação de mídias privadas.

Cunha (2011) define os observatórios como respostas civis à exploração mercadológica e ao enfraquecimento da regulamentação dos meios de comunicação de massa. São organizações, movimentos, grupos ou veículos que monitoram, avaliam e fiscalizam aquilo que é veiculado pela mídia e produzem material especializado (textos, análises, cartilhas, cursos de capacitação do público e dos produtores de notícias), difundindo conhecimento sobre o assunto. O objetivo final é garantir o direito à informação, à comunicação e todos os demais direitos humanos, fortalecendo as democracias.

Herrera (2005) compila dez critérios para a classificação de um movimento como observatório: I) valorização da comunicação e da mídia para a democracia; II) insatisfação com a situação atual dos meios de comunicação; III) reivindicação de práticas alternativas do jornalismo; IV) reivindicação de públicos alternativos consumidores de meios de comunicação; V) monitoramento efetivo e contínuo dos meios; VI) intencionalidade de revisão e reforma; VII) postura propositiva e prescritiva em relação à imprensa; VIII) diversidade e criatividade nas ações; IX) valorização da divulgação de sua atividade; e X) prioridade no uso das novas tecnologias para comunicar suas ações.

A autora enumera as principais ações desenvolvidas nesses grupos, adotadas de forma heterogênea conforme os interesses e os campos de atuação de cada um. As mais comuns são: revisar o conteúdo e a oferta da mídia; elaborar estudos, relatórios e análises comparativas; compilar e analisar reclamações, críticas e comentários dos consumidores da mídia; publicar e divulgar seus trabalhos; capacitar o público para consumo crítico de mídia e treinar ou atualizar jornalistas. No Brasil, a atividade é bastante especializada, havendo observatórios com focos variados, sendo os mais conhecidos a Agência Nacional dos Direitos da Infância (AnDi), o Coletivo Brasil de Comunicação (Intervozes) e o Observatório da Imprensa.

Ainda para fins de classificação, conforme a tipologia de Albornoz e Herschmann (2006), nossa proposta pode ser considerada como um “observatório fiscal”, já que tem o intuito de promover a cidadania por meio do monitoramento dos meios de comunicação. Além disso, nos enquadramos na categoria “laboratório de pesquisas”, que, segundo Cunha (2011), abriga os grupos que realizam análises, diagnósticos e reflexão teórica sobre a mídia, envolvendo a publicações acadêmicas, já que o espaço preferencial deles são as universidades².

² Destaca-se a atuação de observatórios na esfera das Universidades e instituições de pesquisa brasileiras, como o Observatório de Mídia – Gênero, Democracia e Direitos Humanos (UFPE), Observatório da Comunicação Pública (UFRGS), Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (UFT), Observatório de Mídia (UFRRJ), Observatório da Mídia (UFES), Observatório da Ética Jornalística (UFSC), Centro de Comunicação Democracia e Cidadania (UFBA), Observatório de Mídia e Direitos Humanos (UFJF), Centro de Crítica da Mídia (PUC Minas), Observatório de Mídia (PUC Goiás), Observatório Saúde nas Mídias (Fiocruz) entre outros.

Alguns estudos reforçam a importância dos observatórios para o fomento de uma massa crítica em resposta àquilo que as empresas de comunicação produzem, especialmente no Brasil, marcado por um contexto de precarização das relações de trabalho, ataques constantes à imprensa e concentração de conglomerados em mãos de poucos grupos familiares (MOREIRA, 2013; CHRISTOFOLETTI, 2010; CUNHA, 2011; CHRISTOFOLETTI; MOTTA, 2008; CHRISTOFOLETTI, 2005; DAMAS; CHRISTOFOLETTI, 2006).

Entre os principais ganhos da implantação de um observatório de mídia estão o progresso da democracia; o estabelecimento de um canal de diálogo entre o público, a sociedade civil organizada, o Estado, a academia e as empresas do setor; um espaço de produção e difusão de conhecimento sobre a atuação dos meios de comunicação (CUNHA, 2011). O observatório constitui um instrumento valioso para fiscalizar os veículos e seus profissionais, e alfabetizar midiaticamente o público, já que, ao olhar de forma atenta e crítica para a mídia, aponta as falhas, os problemas éticos e, com isso, pode vir a melhorá-los, num exercício de crítica, avaliação e mudança dos meios. Afinal, o seu produto, a informação, é algo essencial e estratégico na construção de sentido da realidade, na tomada de decisões, no conhecimento dos direitos e deveres da sociedade.

METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS MATERIAIS COLETADOS

Para Vera França (2016) é somente com as perguntas de pesquisa formuladas que se pode fazer o desenho da pesquisa, ou seja, definir os processos metodológicos capazes de perseguir a resposta que o pesquisador espera encontrar (suas hipóteses). Sendo assim, considerando que “a metodologia se constrói em função do problema, seria um contrassenso pretender esboçar aqui um roteiro, básico que seja, de como traçar o desenho metodológico” (FRANÇA, 2016, p. 172). Apenas para fins de exemplificação, vislumbramos utilizar metodologias comuns em análises de objetos midiáticos, como análise de conteúdo, análise de enquadramento, análise do discurso, análise semiótica etc., considerando o seguinte protocolo metodológico:

O primeiro passo constituiu na formação da equipe de trabalho para a catalogação dos veículos midiáticos da região. Para isso, foi selecionada uma bolsista de iniciação científica, que, entre maio de 2022 e março de 2023, esteve responsável por essa catalogação. Dos quase 60 municípios do recorte e abrangência do projeto, 32 haviam sido mapeados por ela. Com a seleção de um novo bolsista, a partir do início do segundo semestre de 2023, o objetivo é concluir esse levantamento. O próximo seguinte será planejar as categorias em que os veículos midiáticos da região serão organizados para posterior análise, conforme um processo de acompanhamento dos temas dos direitos humanos abordados pela mídia.

Periodicamente, a equipe fará o monitoramento da produção midiática local e regional e, a partir de reuniões quinzenais, serão definidos quais temas relacionados aos direitos humanos

emergiram desse montante de conteúdo. Essa dinâmica permite uma observação tanto a curto quanto a longo prazo, que será determinante para a definição dos efetivos objetos de pesquisa. Ao fim de cada mês, a equipe identificará quais temas se sobressaíram e quais deles devem ser objeto de efetiva análise científica.

Ou seja, as pesquisas de mais fôlego do ÓPERA serão realizadas a partir de demandas que emergirem da materialidade midiática selecionada. Por exemplo, caso a pauta da violação de direitos ambientais esteja em destaque na agenda da imprensa, analisaremos como a mídia tem abordado o tema e de que forma essa cobertura contribui para assegurar ou violar direitos humanos relacionados.

Algo parecido aconteceu em março de 2023, com elevados casos de estupro de vulnerável noticiados pelo jornal Diário do Rio Doce (DRD), principal veículo impresso de Governador Valadares e com circulação na região e edição virtual³. Os casos noticiados ocorreram tanto em Governador Valadares como em cidades vizinhas. Uma das notícias chamou nossa atenção devido à utilização de termos que reforçam a revitimização das vítimas. O que levou o grupo a analisar a representação do estupro de vulnerável no jornal, definindo como objeto de estudo três dos casos noticiados. A cobertura midiática local em relação a casos de ataques em creches e escolas do país, entre março e abril de 2023, também entrou na pauta das pesquisas do ÓPERA.

Dada a variedade de temas e direitos, é necessário um olhar teórico-metodológico complexo e interdisciplinar, requisito que nosso projeto atende. Como essa observação da mídia será contínua, será possível uma produção científica constante, não apenas com realização, publicação e circulação dos resultados em espaços específicos (revistas, congressos etc.) e para o público geral, com a divulgação científica de resultados consolidados.

O recorte do projeto prioriza a abrangência local e regional. Isso significa que o foco estará na produção midiática local - de Governador Valadares - e de toda a região do Vale do Rio Doce, com o intuito de “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os [...] regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (BRASIL, 1996). A mídia nacional entrará em nosso radar eventualmente, como comparação e parâmetro para análise de possíveis desdobramentos e repercussões nacionais ou globais de notícias das macrorregiões ou vice-versa, ou seja, quando acontecimentos a nível impactarem a cobertura da macrorregião descrita, que permanece como ponto privilegiado para observação.

Como a mídia assume formatos, meios e linguagens cada vez mais múltiplas, o *corpus* de análise abrange desde meios tradicionais (TVs, jornais impressos e digitais) até novas iniciativas independentes e emergentes (contas de Instagram, grupos de WhatsApp, perfis e contas no Facebook,

³ <https://drd.com.br/>.

entre outras plataformas). Alguns exemplos da cidade de Governador Valadares: jornal Diário do Rio Doce (digital), Jornal da Cidade; Jornal O Olhar (digital); emissoras de TV locais (Globo, SBT e Record TV); e rádios locais (Transamérica-GV, Imparsom FM, por um Mundo Melhor, 104,9 FM).

Só em 2022, os trabalhos do ÓPERA resultaram em cinco publicações em anais de eventos científicos (entre os quais dois artigos completos e três resumos); promoção de uma oficina de podcast jurídico; e uma palestra sobre direitos humanos nas relações entre personagens de uma série televisiva. Outros artigos e resumos; a organização de um e-book com trabalhos acadêmicos de alunos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, e Direito que abarquem questões relacionadas aos direitos humanos; e a organização de um curso de formação em crítica de mídia estão entre as produções pretendidas para o período compreendido entre julho de 2023 e julho de 2024, quando o projeto se encerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos do ÓPERA continuam em fase de coleta de dados para posterior análise. Mas foi o suficiente para observar algumas dificuldades que a bolsista de iniciação científica teve para mapear os veículos de comunicação dos municípios da microrregião de Governador Valadares. Uma primeira estratégia utilizada para esse mapeamento foi o contato com Prefeituras e Câmaras Municipais das cidades, mas as poucas que a bolsista conseguiu contactar alegaram a inexistência de veículos de comunicação locais.

Outras estratégias foram acionadas, como consultas ao Ministério das Comunicações e à Agência Nacional de Telecomunicações, mas as que se mostraram mais efetivas foram duas: a de pesquisas mais profundas na internet e redes sociais a partir do nome de cada uma das cidades; e por meio do levantamento de informações da área de cobertura dos principais veículos de comunicação sediados em Governador Valadares, entre os quais quatro emissoras de rádio e três de TV (retransmissoras da Rede Globo, Rede Record e SBT). Isso nos permitiu verificar quais desses quase 60 municípios da microrregião de Governador Valadares recebem sinal dessas emissoras.

De fato, a bolsista de iniciação científica teve dificuldade em localizar veículos de comunicação a serviço de algumas cidades. Em alguns casos, a única fonte de informação oficial era o site da prefeitura. Por isso, apesar de preliminar, a hipótese levantada acende um alerta para um debate ainda mais profundo sobre a mídia e os direitos humanos na região, que é a ausência de veículos de comunicação em muitos municípios.

Fazendo uma projeção dos trabalhos do ÓPERA, espera-se que a análise e o monitoramento contínuos dos direitos humanos na mídia, posteriores ao mapeamento, possibilitem os pesquisadores observar práticas de descumprimento do direito à comunicação e à informação; construir um

arcabouço teórico-metodológico sobre direito, mídia e direitos humanos e, em última instância, promover o cumprimento da comunicação como um direito humano.

Além disso, a existência e ação do Observatório visa promover a conjunção entre ensino, pesquisa e extensão da Universidade Vale do Rio Doce, sediada em Governador Valadares. No campo do ensino, a iniciativa pode contribuir na formação ético-humanista e interdisciplinar por estudantes de todas as áreas que venham a participar do projeto. As análises e os estudos de caso podem ser utilizados como objetos de aprendizagem em sala de aula da graduação de todos os cursos da instituição, fomentando debates e observação da temática dos direitos humanos na prática.

No âmbito da pesquisa, o Observatório pretende estimular e abrigar estudos acadêmicos que tenham interface com a crítica de mídia ou que tenham como um dos focos a observação dos mais diversos processos que passem em alguma instância pelos meios de comunicação. No segundo semestre de 2022, o ÓPERA foi abarcado por um dos projetos estruturantes aprovados no Planejamento Estratégico do Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada do Território (PPGGIT) da Univale. Esses projetos estão vinculados a laboratórios do Programa e organizam os eixos temáticos da linha de pesquisa da área de concentração, funcionando como balizador para, entre outros fins, a elaboração dos projetos de pesquisa. Nesse sentido, o ÓPERA tem como campo temático “Vulnerabilidades e violências”, está inserido na Linha de Pesquisa “Território, Sociedade e Saúde”, e vinculado ao Projeto Estruturante (PE) “Vulnerabilidades, Resiliências e Territorialidades”, do laboratório NIESD (Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos), que busca investigar diferentes dinâmicas territoriais, a partir da transversalidade presente no território.

As atividades do ÓPERA também têm forte vocação ao ramo da extensão, já que possibilitam a realização de oficinas de leitura crítica da mídia em escolas públicas e privadas de Governador Valadares e região, com o intuito de capacitar jovens a um consumo mais consciente das informações provenientes dos meios de comunicação locais, regionais e nacionais.

Ao focar nos Direitos Humanos como tema de pesquisa, o presente projeto vai ao encontro da Política para ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, cumprindo as exigências das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP n.º 08/2012, Resolução CNE/CP n.º 01/2012, que prevê que as políticas para a promoção da Educação em Direitos Humanos no Brasil contribuem para a consolidação da democracia e seu fortalecimento. Por fim, é possível dizer que por meio de uma abordagem interdisciplinar entre Comunicação e Direito, será possível construir conhecimento sobre como a mídia regional promove (ou não) a efetivação dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Luís A.; HERSCHMAN, Micael. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2006. Disponível em: <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/102/101>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia**. Bauru: Edusc, 2002.
- BOBBIO, Norberto. Direito. In: BOBBIO, Norberto *et al.* (orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 1998. p. 349-355.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOZZA, Gabriel. Desenvolvimento das mídias. In: CARVALHO, Guilherme *et al.* (orgs.). **Mídia, opinião pública e sociedade: desafios para uma comunicação em transformação**. Curitiba: InterSaberes, 2021. p. 99-121.
- BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.
- BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 22 mar. 2022.
- CALIXTO, Clarice Costa. Direito e mídia: linguagem e poder no mercado de discursos públicos. In: 1º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 2012, Santa Maria. **Anais**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012. p. 1-13. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/18.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2022.
- CARDOSO, Diego Brito. Colisão de direitos fundamentais, ponderação e proporcionalidade na visão de Robert Alexy. **Revista Constituição e Garantia de Direitos**. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/10327>>. Acesso em 22 mar. 2022.
- CARVALHO, Guilherme. Comunicação e sociedade: o papel da mídia. In: CARVALHO, Guilherme *et al.* (orgs.). **Mídia, opinião pública e sociedade: desafios para uma comunicação em transformação**. Curitiba: InterSaberes, 2021. p. 17-35.
- CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. (Orgs) **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.
- CHRISTOFOLETTI, R. **Nos intestinos da Mídia: prática dos observadores na internet**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/GT8%20-%20005.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.) **Vitrine e vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo Covilhã: Livros LabCom**, 2010.
- CUNHA, Patrícia S. **Observatórios de mídia: conceito, práticas e fundamentos**. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- DAMAS, H. S. CHRISTOFOLETTI, R. Um perfil dos observatórios de meios na América Latina. **UNirevista**, v. 1, n. 3, jun. 2006. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/7036_Cached.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 3 mar 2022.
- FONSECA JÚNIOR, Ribamar. **Os Direitos Humanos na Idade Mídia**. Editora: Montecristo, 2012. Ebook Kindle. Não paginado.

FRANÇA, Vera Veiga; QUÉRÉ, L. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. MOURA, Cláudia Peixoto de. LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Pesquisa em Comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EdIPUCRS, p. 153-174, 2016.

HERRERA, Suzana. Los Observatorios de Medios en Latinoamérica: Elementos Comunes y Rasgos Diferenciales. **Razón y palabra**, n. 51, jun.-jul. 2006. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n51/sherrera.html>. Acesso em: 26 mar. 2022.

LIESEN, Maurício. **Comunicação e Direitos Humanos**: elementos para um jornalismo responsável. Curitiba: InterSaberes, 2020.

MOREIRA, Douglas Silva. **Observatórios de mídia**: contribuições para a proteção de direitos humanos nos meios de comunicação. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDING COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ANÁLISE DAS MARCAS DE CIDADES NAS CAPITAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS.

Monica Franchi CARNIELLO

INTRODUÇÃO

A gênese do debate que relaciona Comunicação e Desenvolvimento Regional situa-se na década de 1960, em um ambiente marcado pela perspectiva difusionista fomentada pela amplitude e alcance dos meios de comunicação de massa. Schramm (1970) evidencia essa relação no âmbito acadêmico, em um momento em que o conceito de desenvolvimento não havia superado a hierarquia que classificava os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Passado mais de meio século dessa abordagem inicial, as perspectivas relacionais entre Comunicação e Desenvolvimento, que recebe a denominação Comunicação para o Desenvolvimento (C4D, sigla em inglês), ganharam novos contornos, que perpassam diversas abordagens, como a participativa e do bem-estar social (SERVAES, 2007). Com a transformação digital e a consequente reconfiguração do contexto midiático, somam-se à abordagem as mídias digitais enquanto tecnologias de informação e comunicação, o que gerou o termo *Information and Communication Technologies for Development* (ICT4D), abordada por autores como Heeks (2008) e Kleine (2013).

Barranquero-Carretero, Sáez-Baez (2015) alertam que a comunicação não pode ser vista apenas como uma ferramenta do desenvolvimento, para o alcance de algo, e sim que precisa ser compreendida como parte da estratégia de desenvolvimento. Para os autores, há um viés instrumental da comunicação, que sempre é colocada a serviço de algo, mas não é compreendida como um processo. A premissa de que a comunicação é um elemento constitutivo dos processos de desenvolvimento, e não apenas instrumental, é a perspectiva adotada neste artigo. Com base nessa perspectiva, discute-se, neste artigo, a formação e transformação do conceito de *branding* territorial, que aborda a construção de marcas como elementos simbólicos de cidades, países e regiões.

Uma das aplicações que ganhou dimensões no âmbito da C4D é o branding territorial. Tema foco de forte debate e controvérsia, é uma temática que ganhou contornos e amadurecimento conceitual, evidenciando a superação de um uso instrumental da marca. Kavaratzis (2008) alerta que em muitos casos o branding é associado apenas com o desenvolvimento de logotipos e slogans nos materiais promocionais das cidades. No entanto, o branding da cidade é sugerido como um novo episódio na aplicação do marketing da cidade, porque criar associações emocionais, mentais, psicológicas sobre a cidade, afastando-se do caráter funcional - racional das intervenções de

marketing. Significa uma mudança de direção na medida em que a marca desejada é o que orienta as medidas de marketing sobre o ambiente físico e a funcionalidade da cidade (KAVARATZIS, 2008).

Articula-se a construção de marca com o conceito de desenvolvimento, que também ganha outras perspectivas, ao considerar o território como base de estratégias de desenvolvimento (FLORES, 2006). Sob o prisma de Pecqueur (2004), os territórios possuem recursos genéricos e específicos, e ao utilizar os recursos específicos, ocorre a diferenciação por meio da ativação desses recursos como estratégias locais de desenvolvimento.

Para que isso aconteça, a comunicação é elemento essencial em vários aspectos: para gerar capacidades comunicativas nas pessoas (população, líderes, autoridades, funcionários) para opinar, argumentar, negociar e estabelecer relações entre si; para gerar e reconhecer códigos culturais e reconhecer demandas dos atores locais; criar espaços de diálogo e redes de relações (COSTAMAGNA; PÉREZ; SPINELLI, 2013). Bem como para criar associações emocionais, mentais, psicológicas sobre a cidade e com a cidade, o que pode ser feito por meio da marca territorial (KAVARATZIS, 2008).

Evidencia-se a relação entre comunicação e estratégias de desenvolvimento no caso de Portugal, que incorpora a marca de cidades como uma forma de evidenciar as especificidades de cada localidade, conforme demonstrado no relatório elaborado pela Bloom Consulting (2019).

Hoje, o paradigma municipal mudou radicalmente, há cada vez mais líderes e instituições locais que entendem a necessidade de construir uma marca forte, escudada numa estratégia, numa visão de futuro, uma aposta nas valências mais proeminentes de cada local para poder atrair mais talento qualificado, o perfil de turista desejados ou investidores para o território (BLOOM CONSULTING, 2019, p. 03).

Partindo do pressuposto que o *branding* territorial deve estar articulado com os planos de desenvolvimento dos municípios, e forma que não sejam apenas uma identidade visual e de fato sejam parte constitutiva da estratégia de desenvolvimento, questiona-se: qual a aplicação do *branding* territorial nos municípios que são capitais dos estados brasileiros?

Isto posto, o objetivo do artigo é verificar como o *branding* territorial é aplicado pelas capitais dos estados brasileiros. Formula-se a hipótese que há heterogeneidade na aplicação, usos e concepção do *branding* territorial, visto que no Brasil não há uma política que incentive e/ou forme os municípios para criação de sua identidade de marca. Destaca-se que a comunicação não aparece como um elemento constituinte nem mesmo do Plano Nacional e Desenvolvimento Regional, conforme apontado por Carniello e Santos (2021).

A pesquisa de justifica pelo fato de o *branding* territorial não ser ainda uma prática amplamente difundida entre os municípios brasileiros. Soma-se o fato de cultura do planejamento em escala municipal ser historicamente recente, visto que os municípios adquiriram mais autonomia enquanto unidades da federação na Constituição de 1988, e o planejamento urbano municipal foi regulamentado

pelo Estatuto da Cidade, Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), que institui a necessidade de elaboração de Plano Diretor para os municípios com população acima de 20.000 habitantes.

Em sequência, é apresentado o referencial teórico da pesquisa.

BRANDING TERRITORIAL COMO UM COMPONENTE DO DESENVOLVIMENTO

O *branding* territorial é resultado de uma convergência de movimentos que culminam na compreensão do seu conceito contemporâneo, dentre os quais o próprio desenvolvimento do marketing, inicialmente em ambiente empresarial; as mudanças na gestão pública, que vivencia, ainda que de forma heterogênea, uma transição do modelo burocrático para o modelo gerencial; a amplitude multidimensional que o conceito de desenvolvimento territorial adquire nas últimas décadas. Esses movimentos, que serão discutidos a seguir, oportunizam a concepção da construção de marca para cidades, regiões ou países.

A gênese do marketing situa-se no campo da Administração, como uma forma de gerir a empresa em um ambiente competitivo. A novidade era que, ao invés de focar na produção e no produto, o foco passou a ser direcionado aos consumidores potenciais, e a oferta da empresa passava a ser compatibilizada de maneira a atender necessidades e desejos desses consumidores, que formam os mercados. Essa abordagem, posteriormente, foi adaptada para outras aplicações, dentre as quais o marketing aplicado a lugares, termo utilizado por Kotler *et al.* (2006).

Dentre as apropriações e movimentos ocorridos, destaca-se a utilização do instrumental de marketing para significar territórios. É uma situação que gera controvérsias, com opositores claros, como Sánchez (2001) com defensores que estimulam a competição entre cidades (KOTLER *et al.*, 2006), e com leituras que trazem aportes teóricos que permitem fazer uma leitura mais cuidadosa do processo de simbolizar e produzir discursos sobre um território (DALLABRIDA, 2016).

A adaptação dessa lógica e ferramenta de gestão para o setor público, responsável pela gestão das cidades, regiões e países, gerou controvérsias, visto que objetivos do setor privado (lucro) e do setor público (bem-estar social) são completamente distintos. No entanto, a própria concepção de marketing aplicado a lugares foi se adaptando e seu uso se capilarizando ao redor do mundo, conforme aponta Kavaratzis (2008).

Esse percurso se reflete na própria nomenclatura: marketing de cidades, marketing de lugares, marca de cidades, city marketing, branding de cidades, branding territorial, entre outras. Neste artigo, adota-se a concepção de Kavaratzis (2008), que usa o termo *city branding* e o compreende como uma evolução do *city marketing*. Para Barke (1999 apud Kavaratzis, 2008), o objetivo do *city marketing* é atrair investimento interno e turistas, ao mesmo tempo ser responsivo às prioridades de moradores locais. Já para Kavaratzis (2008), o *city branding* tem por objetivo criação e gerenciamento emocional e psicológico associações com a cidade por focar no aspecto comunicativo de todo o marketing.

City branding is here suggested as a new episode in the application of city marketing, because it changes the focus of the endeavour. Branding is attempting to create associations with the city; associations that are emotional, mental, psychological, moving away from the functional – rational character of marketing interventions. This does not mean that the functional/rational aspects are becoming less important. It signifies a change of direction in that the desired brand is what guides the marketing measures on the city's physical environment and functionality (KAVARATZIS, 2008, p. 11).

Uma das críticas quanto a incorporação do marketing ao planejamento urbano evoca a mercantilização das cidades, que passam a ser comparadas com produtos, o que pode gerar uma homogeneização das cidades ao se tentar replicar modelos, conforme alerta Sanchez (2005) quanto a pasteurização, mediante a desconsideração das características particulares de cada lugar. O risco é tentar reproduzir o conjunto de cidades consideradas como modelo em escala global, ignorando as características particulares de cada lugar, o que contraria a própria concepção de desenvolvimento territorial, conforme elucidado por Flores (2006), Pecqueur (2004) e Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021). Essa concepção de planejamento urbano é categorizada como mercadofila por Souza (2003). Além disso, a ideia de que lugares competem entre si, conforme aparece na abordagem de Kotler et al. (2006) é frágil e confronta a perspectiva de regionalização. Em contraponto, Sassen (2008) defende a ideia de que as cidades vão justamente em direção contrária à homogeneização supostamente promovida pelo marketing, ao buscar fortalecer suas características e suas especialidades, justamente como forma de diferenciação.

A perspectiva de Rosemberg (2000) a respeito do marketing aplicado a cidades enfatiza sua relevância em todas as fases de elaboração de um projeto, a começar pela fase de mobilização dos atores sociais envolvidos. Ao associar a produção do espaço aos discursos, Rosemberg (2000) afirma que a produção do espaço não é redutível às escolhas racionais, é um jogo de representações, o que associa o marketing de cidades a um discurso que coloca a forma contemporânea de comunicação. Associa-se essa perspectiva às perspectivas de Costamagna; Pérez; Spinelli (2013), que enfatizam a necessidade de capacitar os atores sociais com habilidades de comunicação, bem como com a abordagem de Kavaratzis (2008) que evidencia o papel simbólico do *branding* de cidades, este compreendido como um desdobramento do *city marketing*.

Soma-se a perspectiva de Dallabrida (2016), para quem a significação de territórios pode reafirmar a dimensão territorial dos processos de desenvolvimento e valorizar os recursos e ativos nele existentes, gerando uma diferenciação ao ressaltar suas especificidades.

Entende-se que houve um amadurecimento da concepção do marketing aplicado a cidades e, conseqüentemente da marca de cidades, que aos poucos se afasta da perspectiva de competição oriunda do setor privado, ainda presente na abordagem de Kotler *et al.* (2006), para uma aproximação

do marketing aos propósitos de desenvolvimento territorial, fundamentado na identificação e ativação das características específicas do território, o que se reflete na concepção de *branding* territorial.

Reforça-se que o amadurecimento também se dá na superação de que o *branding* de cidades seja a criação de logotipos e slogans baseados em elementos locais, e sim se amplia para uma gama mais ampla de locais atributos, incluindo atividades promocionais e de marketing, expressões do lugar através dos ambientes naturais e construídos, ações e atitudes do governo local e principais interessados, e qualidade da infraestrutura local (CLEAVE *et al.*, 2016).

Essa aproximação do marketing, e conseqüentemente da construção de marca, com o planejamento urbano foi decorrente de uma transformação no próprio modelo de gestão pública. A gestão pública brasileira passou por várias fases, identificadas por Bresser Pereira (2000) que se relacionam com aspectos políticos, históricos, econômicos e culturais de cada período. Na década de 1990, o autor observa o fenômeno da Nova Gestão Pública, que foca na implementação de ferramentas gerenciais, impulsionado pelos avanços do capitalismo e da globalização, que se sobrepõe aos mecanismos burocráticos que eram o paradigma até então.

Tal contexto resultou na apropriação e adaptação de ferramentas e processos de gestão oriundos do setor privado para o setor público, movimento que ocorre em um ambiente político marcado pelo liberalismo econômico. Apesar das críticas desse processo, cerca de três décadas depois nota-se, ainda que de forma muito heterogênea, a implantação de mecanismos gerenciais no âmbito do setor público.

Essa heterogeneidade se observa também na adoção do *branding* territorial. Não foi localizado um estudo de abrangência nacional que tenha analisado os 5.570 municípios brasileiros quanto à adoção do *branding* de cidades. Aliás, a produção nacional na área ainda é passível de intensificação. Artêncio, Mariutti e Giraldi (2020) identificaram que, em um período temporal de 20 anos, foram publicados apenas 18 artigos relacionados à marca de lugares em três congressos de grande representatividade da área de Administração e Marketing. Esse número deve se ampliar se forem considerados eventos da área da Comunicação e periódicos científicos, no entanto é possível afirmar que trata-se de um tema ainda em consolidação. Conforme Vuigner (2017) apud Artêncio, Mariutti e Giraldi (2020), uma revisão sistemática de literatura em periódicos internacionais identificou 1.172 artigos sobre o tema, com abordagens diversas e interdisciplinares, no período 1976-2016.

Em escala global, iniciativas como o *Anholt Ipsos Nation Brands Index* (NBI) evidenciam que as marcas passam a incorporar, gradualmente, as estratégias de países e cidades.

Dowbor (1996) enfatiza o papel dos governos locais na articulação de projetos de desenvolvimento vinculados à realidade e necessidades locais, o que reforça a teoria do desenvolvimento endógeno evidenciada por Barquero (2001), Dallabrida (2016), Flores (2006), entre outros.

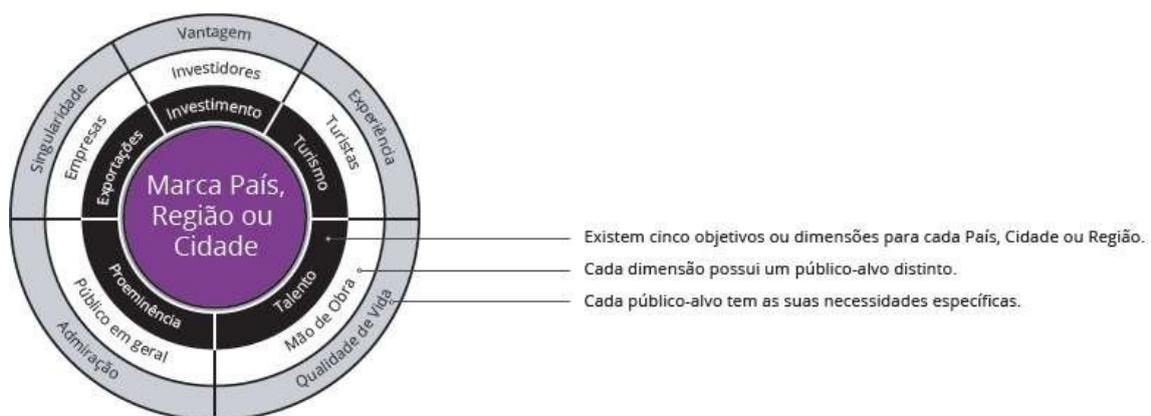
Cleave *et al.* (2016) reforçam que a marca pode ser um facilitador para os bons resultados de um projeto de desenvolvimento local, ao refletir os significados e simbologia da localidade. Deixam evidente, no entanto, que cidades que não possuem uma marca são, necessariamente, ausentes de um projeto de desenvolvimento, no entanto a marca é capaz de dar unidade ao evidenciar os objetivos das políticas de desenvolvimento local.

No âmbito empresarial, branding pode ser definido como “o conjunto de ações ligadas à administração das marcas. São ações que, tomadas com conhecimento e competência, levam marcas além da sua natureza econômica, passando a fazer parte da cultura, e influenciar a vida das pessoas” (MARTINS, 2006, p. 08). Mariutti (2012, p. 69) afirma que “fazendo uma relação entre imagem de um país e marca, pode-se considerar que cada nação já é uma marca, pois existe na mente das pessoas como uma entidade com atributos positivos e negativos”. Reforça que

enquanto uma marca é criada para ser única, competitiva, inspirada e receptiva às necessidades do consumidor na esfera comercial; no caso de marca-país, valem estas características, integradas no contexto de um país (ANHOLT, 2007, p. 75), pois o país já tem uma marca per se; este contexto é extraído da história, da cultura, da geografia e da sociedade do país (MARIUTTI, 2012, p. 69).

Outro fator essencial que precisa ser destacado são os públicos da marca decidados. A proposta de marca da Bloom Consulting evidencia os públicos de interesse.

Figura 1 - Modelo de *branding* territorial



Fonte: Bloom Consulting, 2019.

Kotler *et al.* (2006), por sua vez, categorizam os públicos do marketing de lugares, nomenclatura utilizada pelos autores, em: visitantes (turistas a passeio e turistas a negócio); moradores e trabalhadores; comércio e indústria; mercados de exportação.

A despeito da abordagem selecionada, evidencia-se que, para contemplar esses públicos, um plano de *branding* territorial deve estar articulado às políticas de desenvolvimento local,

Considerando o percurso de transformação do conceito, a seção subsequente definiu os parâmetros de análise da pesquisa.

MÉTODO

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa e delineamento documental. O corpus de pesquisa foi delimitado como os municípios que são capitais dos Estados brasileiros, totalizando 27 municípios, pois também foi considerado o Distrito Federal.

O desenho metodológico foi estruturado em duas fases: Fase 1 - Identificação da existência de marca de cidade.

Fase 2 - Verificação de existência de manual de identidade visual e plano de *branding*.

A fase 1 da pesquisa consistiu na identificação da existência ou não de uma marca de cidade. Considerou-se marca de cidade aquelas que simbolicamente identificam a cidade e suas características específicas. Foram identificadas, e depois excluídas, as marcas vinculadas aos governos municipais, por compreender que essas são ações de comunicação governamental, e não uma marca da cidade em si; marcas auxiliares de projetos ou programas específicos ligados ao município; brasões, que são símbolos existentes em todos os municípios, mas com função distinta da marca territorial, e marcas destinadas exclusivamente ao turismo, por contemplarem um público específico e não todos os atores sociais do território, sendo categorizada como uma ação de marketing turístico, mais do que *branding* territorial, apesar de haver algumas convergências.

Na fase 2, em relação aos municípios que possuem marca, foi realizada busca para verificar se havia manual de identidade visual e plano de *branding*. Entende-se que aqueles que possuem apenas manual de identidade visual estão em uma fase inicial na escala de maturidade de aplicação do *branding* territorial, enquanto os que possuem plano de *branding* estão em estágio mais maduro, visto em um plano de *branding* são definidos vários aspectos simbólicos, de posicionamento da marca, tom de voz, aplicações, propósito de marca, o que implica, necessariamente, em uma concepção mais elaborada e madura do próprio conceito de marca.

Feito esse percurso, os municípios foram categorizados em uma escala elaborada especificamente para esta pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1 – Escala de maturidade de *branding* de cidades.

Nível 1 - Inexistente	Ausência total de marca na cidade
Nível 2 - Incipiente	Possui marcas governamentais, turísticas ou auxiliares (de projetos ou programa ligados ao desenvolvimento do município)
Nível 3 - Básico	Possui marca sem ter manual de identidade visual
Nível 4 - Avançado	Possui marca com manual de identidade visual
Nível 5 - Pleno	Possui marca e plano de <i>branding</i>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A coleta de dados foi realizada em julho de 2021, com base nos sites oficiais dos municípios.

Resultados e discussão

MUNICÍPIO	MARCA DE CIDADE	MARCA DO GOVERNO MUNICIPAL	MARCA TURÍSTICA	OUTRAS MARCAS	NÍVEL
Rio Branco					2 Incipiente
Maceió					2 Incipiente
Macapá					2 Incipiente
Manaus					2 Incipiente
Salvador					2 Incipiente
Fortaleza					2 Incipiente
Brasília					2 Incipiente
Vitória					2 Incipiente
Goiânia					2 Incipiente
São Luís					2 Incipiente
Cuiabá					2 Incipiente
Campo Grande					2 Incipiente
Belo Horizonte					2 Incipiente
Belém					2 Incipiente
João Pessoa					2 Incipiente
Curitiba					2 Incipiente
Recife					2 Incipiente
Teresina					2 Incipiente
Rio de Janeiro					2 Incipiente
Natal					2 Incipiente
Porto Alegre					2 Incipiente
Porto Velho					2 Incipiente
Boa Vista					2 Incipiente
Florianópolis					2 Incipiente
São Paulo					5 Pleno
Aracaju					2 Incipiente
Palmas					2 Incipiente

Os resultados das fases 1 da pesquisa foram sistematizado o Quadro 2.

Quadro 2 – Marcas das capitais brasileiras

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Com base no conteúdo encontrado, é possível tecer uma série de considerações sustentadas no referencial teórico.

Observa-se que apenas um município tem uma marca de cidades de fato. As demais apresentam marcas das prefeituras, que refletem a comunicação organizacional e impactam na forma como a cidade é percebida, mas não são fruto de um projeto de *branding* territorial. Algumas dessas marcas aproveitam o brasão como símbolo, que todos os municípios possuem, caso da prefeitura de São Paulo e de Florianópolis. Outras criam slogans de governo que se confundem com um posicionamento das cidades, como os casos de Palmas, Aracajú e João Pessoa.

Nesse aspecto, verifica-se que existe uma efemeridade nessas marcas que acompanha os tempos de mandato, visto que foram localizados logotipos e/ou slogans de gestões anteriores em buscas on-line. Rosenberg (2000) afirma que a imagem de uma cidade é construída para o público interno e externo, porém nem sempre de forma planejada. Sua produção se dá por ações de atores urbanos, pela comunicação publicitária e pela imprensa oficial do município.

Outro ponto de atenção é que há seis municípios que possuem marca turística, que muitas vezes se confunde com a marca de cidades. Segundo Kotler *et al.* (2006) e Bloom Consulting (2019) identificam os turistas como um dos públicos das cidades, no entanto, o branding deve contemplar todos os públicos. Um exemplo de como isso é possível o caso de Gaziantep, na Turquia, que contempla os diversos públicos em seu plano de marketing (I MEAN IT, 2021). O caso de Cape Town, na África do Sul, demonstra como a marca precisa ser monitorada e ajustada. A imagem turística do município é muito forte, provavelmente fortalecida por sediar um grande evento mundial, a Copa do Mundo de 2010, e foi necessário fazer ações para evidenciar o perfil empreendedor da cidade para investidores, que estava menos proeminente (CITY NATION PLACE, 2019). Esse tipo de iniciativa demonstra o alinhamento estratégico da cidade com as políticas de desenvolvimento do município.

Importante retomar o pensamento de Cleave *et al.* (2016), que alertam que o fato de uma cidade não possuir uma marca não significa que ela seja desprovida de um projeto de desenvolvimento, mas que a cidade está deixando de utilizar a marca como um facilitador capaz de dar unidade ao evidenciar os objetivos das políticas de desenvolvimento local.

A fase 2 foi aplicada apenas ao município de São Paulo, que foi o único a apresentar uma marca de cidade de fato. Verificou-se que há um plano de *branding* completo, que aborda pilares da marca, essência da marca, visão estratégica, elementos visuais, aplicações e usos da marca, o que revela alto grau de maturidade de *branding*, e uma concepção de *city branding* convergente com o conceito de Kavaratzis (2008). Nota-se que são evidenciadas as particularidades da cidade no plano, o que valida com a perspectiva de valorização dos aspectos locais, mesmo no caso de metrópoles globais como São Paulo.

De forma global, a aplicação do city branding nas capitais brasileiras mostrou-se em um estágio bem preliminar, praticamente incipiente, pois oscila entre inexistente a mera identificação visual da prefeitura com uma hibridização entre comunicação governamental e marca de cidade, o que imprime efemeridade e fragilidade à imagem de marca. Em função da falta de investimento e posicionamento das cidades, infere-se que a maioria deva possuir uma imagem difusa, formada por um conjunto de estímulos não coordenados, ou privilegiar um aspecto apenas da cidade, como o turismo, o que oculta suas demais potencialidades e não contempla todos os públicos de uma cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi verificar como o *branding* territorial é aplicado pelas capitais dos estados brasileiros. A hipótese que há heterogeneidade na aplicação, usos e concepção do *branding* territorial foi validada. Nitidamente não há uma diretriz ou política de incentivo ao *branding* territorial como parte dos planos de desenvolvimento dos municípios. Apenas uma capital apresentou alto nível de maturidade na sua marca, por ter uma marca de cidade, de fato, sustentada por um plano de *branding* consistente.

Apesar da maturidade conceitual do conceito de *branding* de cidades em ambiente acadêmico e dos casos de aplicação e implementação em várias cidades do mundo, no Brasil ele ainda não compõe de forma evidente os planos de desenvolvimento dos municípios.

Recomenda-se, como estudos futuros, verificar se outros municípios entre os 5.570 existentes no Brasil, fazem uso do *branding* territorial. Também cabe analisar o caso de municípios que possuem marcas, como São Paulo, quanto a convergência entre o plano de *branding* e o plano de desenvolvimento do município, este representado pelo plano diretor.

REFERÊNCIAS

ARTÊNCIO, M.M.; MARIUTTI F. G.; GIRALDI, J. M. E. 20 Anos de Publicações sobre Marca-de-Lugarno Brasil: um panorama analítico-reflexivo da produção acadêmica. **XXIII SEMEAD** Seminários em Administração, novembro de 2020.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Estatística, 2001.

BARRANQUERO-CARRETERO, A. SÁEZ-BAEZA. Comunicación y buen Vivir. La críticadescolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social.

Palavra Clave, v. 18, n. 1, p. 41-82. DOI: 10.5294/pacla. 2015.

BLOOM CONSULTING. **Portugal City Brand Ranking**, 2019. Disponível em: <https://www.bloom-consulting.com/pt/bloom-consulting-portugal-city-brand-ranking/index.html#/?municipality=171> Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

Disponível em: <http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf>
Acesso em: 26 jul. 2021.

CLEAVA, Evan et al. The role of place branding in local and regional economic development: bridging the gap between policy and practicality, **Regional Studies, Regional Science**, 3:1, 207-228, 2016. DOI: 10.1080/21681376.2016.1163506. Acesso em: 26 jul. 2021.

COSTAMAGNA, P.; PÉREZ, R.; SPINELLI, E. Elementos de um enfoque pedagógico para el desarrollo territorial. S.L, conectadel, dezembro 2013. Disponível em: <http://www.conectadel.org/wp-content/uploads/downloads/2014/03/ElementosenfoquepedagogicoDET.pdf> Acesso em: 29 jul. 2021.

DALLABRIDA, V. R. Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. **Revista Eure**, v. 42, n. 126, p. 187-212, mayo/2016. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612016000200009 Acesso em: 29 jul. 2021.

DALLABRIDA, Valdir Roque; ROTTA, Edemar; BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 17, n. 2, jun. 2021. ISSN 1809-239X. Disponível em:

<<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6343/1096>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

DOWBOR, Ladislau. **Governabilidade e descentralização**. Perspectiva, São Paulo: SEADE, v. 10, n.3, jul./set. 1996.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** - Uma visão do estado da arte. (Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Desenvolvimento.pdf) Acesso em: 26 jul. 2021.

HEEKS, R. ICT4D 2.0: The next phase of applying ICT for international development. **Computer**, v. 41, n. 6, p. 26–31, 2008.

IMEANT. **Masterly people of Turkey**. City branding for Gaziantep. 2021. Disponível em: <https://www.imeanit.com/portfolio/masterly-people-of-gaziantep/> Acesso em: 26 jul. 2021.

KAVARATZIS, M. **From city marketing to city branding**: An interdisciplinary analysis with referenceto Amsterdam, Budapest and Athens. 2008.

KLEINE, D. **Technologies of choice?:** ICTs, development, and the capabilities approach. Cambridge: The MIT Press, 2013.

KOTLER, P. *et al.* **Marketing de lugares**. São Paulo: Pearson, 2006.

MARIUTTI, Fabiana Gondim, Análise da imagem do Brasil por meio do Anholt Nation Branding Index. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v. 14 – n. 1 - p. 67–81 / jan./abr. 2012. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/2408/2167> Acesso em: 26 jul. 2021.

MARTINS, José Roberto. **Branding**. Um manual para você criar, gerenciar e avaliar marcas. 3 ed. GlobalBrands, 2006.

PECQUEUR, B. **Le développement territorial**: une nouvelle approche des processos de développement pour les économies du Sud. France: Université Joseph Fourier, 2004.

ROSEMBERG, M. **Le marketing urbain en question** – Production d’espace et de le discours ans quatre projects de villes. Paris: Anthropos, 2000.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século. Agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/63CscvjkSmfXqPbKtttkDfn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 26 jul. 2021.

SÃO PAULO Brand Book. v. 03. 2011. Disponível em: <https://spturis.com/marcasp/MarcaSP.pdf> Acesso em: 26 jul. 2021.

SASSEN, S. As diferentes especializações das cidades globais. South America: **Urban Age**, 2008. Disponível em: http://downloads.lsecities.net/0_downloads/archive/_SA/02_NewsPaper_Essay_Sassen_por.pdf Acesso em: 26 jul. 2021.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970. SERVAES, Jan. *Communication for Development and Social Change*. New Delhi: SAGE, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade** – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO SOBRE DESIGUALDADE DE RENDA NO SCIELO: OBJETIVOS, MÉTODO E LINHAS TEÓRICAS (2000 – 2019)

**Maria Clara Ortiz de SOUZA
Moacir José dos SANTOS**

INTRODUÇÃO

Quando se trata do tema de pesquisa desigualdade de renda, logo se propõe a discussão acerca dos fatores relacionados ao desenvolvimento econômico e social e suas contribuições para o aprimoramento e para a formulação de políticas públicas. O desenvolvimento é um dos conceitos que permeiam as pesquisas no campo da desigualdade, especialmente, a de renda. Ao se tratar de um conceito que aborda a dinâmica econômica, junto ao processo de distribuição dos recursos captados a partir de seu crescimento, o desenvolvimento é um conceito que está diretamente relacionado com a diminuição ou com o aumento das assimetrias sociais.

Entre os conceitos estruturados como fatores que englobam os estudos sobre desenvolvimento social e econômico, está a desigualdade de renda. Estudos pertinentes têm sido produzidos por pesquisadores de diversas áreas, que explicam como a desigualdade de renda interfere em vários âmbitos da vida de uma pessoa. Segundo Souza (2016), o Brasil é um país com alto grau de desigualdade, o qual se deve, principalmente, pela concentração de renda e de riquezas nas mãos de uma pequena parcela da população. Ainda seguindo a tese de Souza (2016), o autor deixa claro que o processo de redistribuição de renda e de riquezas, dos mais ricos para os mais pobres, de maneira eficaz e duradoura, é dificultado por pequenas e grandes decisões políticas, que ameaçam a organização social e, também, o perde-ganha político. Com isso, este processo vai ficando de lado, pois reformas radicais são vistas como arriscadas e imprevisíveis e reformas graduais dificilmente atingem os objetivos e resultados esperados, exatamente por durarem mais que o esperado.

A superação da desigualdade social na atual sociedade pode ser analisada sob duas perspectivas, segundo Oliveira (2015): a ideia de igualdade absoluta e de igualdade relativa. A primeira diz respeito a igualdade socioeconômica total entre os indivíduos – uma utopia, já que a disputa existente entre a população pela acumulação de bens e de poder é cada vez mais acirrada e naturalizada. A segunda ideia, a de igualdade relativa, é sobre a igualdade de oportunidades a todas as pessoas de uma sociedade – possível à medida que grupos menos favorecidos conseguem adquirir mais direitos por meio das políticas públicas de distribuição de renda, caminhando para a equidade social.

Miller (1996) explica como a crença de que as sociedades e seus membros deveriam ser mais igualitários, no sentido formal e material, é uma ideia central do século XX, mas que, ao contrário do que se deseja, esta crença passou a ser puramente religiosa (somos iguais perante a Deus) e política (no que diz respeito aos direitos iguais de participação política), o que deu lugar a uma sociedade mais frouxa quanto à igualdade socioeconômica, centrada, principalmente, nas economias de mercado. A partir de Miller (1996), a igualdade social consiste na ideia de que as pessoas tenham condições socioeconômicas relativamente iguais em áreas como educação, saúde, trabalho, oportunidade de consumo e utilização de bens de lazer. Quanto maior a superação da desigualdade social e material, maior a chance de efetivação dos direitos humanos fundamentais. Para que essa efetivação ocorra, o autor suscita a necessidade da extinção de privilégios e das discriminações – raciais, econômicas e de sexo – que constituem barreiras que limitam a mobilidade econômica de grupos sociais inseridos no contexto.

É preciso ter o cuidado ao analisar a desigualdade de distribuição de renda, cuidando para as diferentes dimensões e os diversos componentes, tendo sempre em mente que orientações diferentes são utilizadas em cada tipo de análise de determinado objeto de estudo.

No que concerne à desigualdade da renda do trabalho, os mecanismos incluem a oferta e a demanda por qualificações, o estado do sistema educacional, bem como as diferentes regras e instituições que afetam o funcionamento do mercado de trabalho e o processo de formação dos salários. Já em relação à desigualdade das rendas do capital, os processos mais importantes são os provenientes da poupança e do investimento, das regras de sucessão e de heranças, do funcionamento dos mercados imobiliários e financeiros. Com muita frequência, as medidas estatísticas da desigualdade da renda usadas pelos economistas e presentes no debate público são indicadores sintéticos — como o índice de Gini — que misturam coisas muito diferentes, em especial a desigualdade do trabalho e do capital, de modo que é impossível separar claramente os diferentes mecanismos e as inúmeras dimensões da desigualdade (PIKETTY, 2013, p. 313).

Portanto, ao levar em conta as diversas desigualdades existentes em todo território brasileiro e, também, os debates e as interpretações contemporâneas acerca da estratificação social brasileira, o presente trabalho busca analisar as principais abordagens utilizadas nas discussões sobre o impacto da desigualdade de renda no Brasil, o que irá proporcionar a definição das linhas de análise quanto aos fatores que provocam a desigualdade de renda no Brasil, utilizando como base as pesquisas publicadas na plataforma Scielo. A análise das abordagens identificadas permite explicar o fenômeno da formação das classes sociais, da distribuição de renda e de riquezas e da desigualdade de renda, justificando, assim, a escolha do tema da pesquisa.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio da análise de periódicos da base de dados Scielo de publicações relacionadas à discussão da desigualdade de renda no Brasil, compreendendo o período do ano de 2000 a 2019. Adota-se esse método em razão do objetivo do trabalho: analisar em periódicos as linhas de análise quanto aos fatores que provocam a desigualdade de renda do capital no Brasil. O recorte de 2000 a 2019 se justifica devido à percepção de que políticas de inclusão social foram promovidas de maneira mais intensa, nesse período, pelo governo federal e governos estaduais.

O início do trabalho se deu a partir da seleção de artigos na base de dados Scielo, por meio do filtro de busca desigualdade de renda. Logo após a leitura do resumo de cada artigo já publicado – seguindo o recorte proposto – foi feita a seleção de trabalhos que condiziam com a pesquisa. Após a leitura e análise de cada artigo selecionado houve o exame de conteúdo com a identificação do método utilizado em cada trabalho pelos seus respectivos autores, bem como os pressupostos conceituais e as conclusões, buscando-se identificar as linhas de análise subjacentes a cada artigo analisado. A leitura da bibliografia e de demais autores relevantes auxiliou na identificação e no estudo de cada linha de análise teórica. Posteriormente, foi possível revisar os artigos selecionados e organizá-los em suas determinadas linhas de análise; esse passo foi importante para facilitar a próxima análise que daria prosseguimento a pesquisa.

Nessa análise consta os principais argumentos utilizados pelos autores em seus trabalhos, em relação ao tema desigualdade de renda e as motivações que levaram a caracterização das respectivas linhas de análise em que cada trabalho foi inserido. Um novo arquivo foi criado contendo todas as informações necessárias para se chegar ao objetivo do trabalho. Por fim, a análise final teve seus resultados e suas conclusões expostas na elaboração de um relatório final, a seguir por um panorama geral das linhas teóricas encontradas durante a pesquisa.

DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE DE RENDA

Ao se tratar do tema desigualdade de renda, os debates econômicos tornam-se indispensáveis para a discussão a ser abordada. Devido as diferentes visões de mundo, é possível que haja diversas interpretações e, conseqüentemente, várias concepções analíticas, que geram linhas teóricas divergentes acerca do funcionamento da economia. Portanto, é perceptível que, ao analisar rapidamente os trinta e cinco artigos selecionados, as concepções econômicas e as linhas de raciocínio social, dos respectivos autores ficam em evidência e são utilizados para articulação de seus argumentos.

Uma das abordagens utilizadas por autores que trabalham em cima de estruturas econômicas é a da tradição marxista. Como descrevem BIELSCHOWSKY e col. (2011), essa abordagem

entende que há uma espécie de árvore genealógica da economia política brasileira que é responsável por formular modelos teórico-políticos, a partir da construção de projetos de desenvolvimento para o país, apresentados pelos principais economistas brasileiros. Já a ideia de ciclo ideológico, ao contrário da tradição marxista, se caracteriza por um conjunto de políticas econômicas sustentadas por princípios unificadores (como o liberalismo econômico e o socialismo), em um determinado período. No caso brasileiro, o desenvolvimentismo seria o principal pensamento econômico dos pesquisadores. O sistema desenvolvimentista foi amplamente utilizado no processo de discussão durante a industrialização brasileira, sendo assim, o autor identifica cinco correntes de pensamento predominantes no Brasil: neoliberalismo, desenvolvimentismo via setor privado, desenvolvimentismo via setor público nacionalista, desenvolvimentismo via setor público não nacionalista e socialismo. Todas essas correntes são definidas pelos seus projetos econômicos desenvolvimentistas.

Segundo a análise de BIELSCHOWSKY e col. (2011), inexistiu sistema de economia política que não seja organizado a partir de um sistema ideológico que, por sua vez, é resultado de transformações históricas marcadas por lutas políticas decorrentes de ideias advindas de sistemas analíticos de referência. Em 1970, os dados publicados pelo Censo Demográfico sobre desigualdade de renda geraram mais dois aportes teóricos: estudos acerca do modelo de crescimento econômico a partir da demanda e a teoria do capital humano, ambos criados para justificar a má distribuição de renda e que geraram uma nova perspectiva para o desenvolvimento econômico nacional e que, também, são teorias bastante usadas pelos autores dos artigos selecionados – principalmente a teoria do capital humano.

Tratando-se de uma abordagem mais liberal, que prioriza a liberdade individual e de comércio, os autores que partem para esse lado, acordam com uma intervenção mínima do Estado na economia. Carnegie (1889) defendia que a civilização, para alcançar o progresso que beneficia a todos, dependia da propriedade privada e do individualismo, mesmo que o preço a se pagar fosse a grande desigualdade de ambiente, a concentração dos negócios industriais nas mãos de poucos. Para ele, a lei da competição tinha que ser obedecida para se garantir o futuro da humanidade e deveria ser um dever dos proprietários das grandes fortunas garantir a melhoria de vida da própria comunidade, financiando bens comuns e instituições públicas.

A teoria do capital humano, associada a uma abordagem liberal, é amplamente usada por diversos autores. Inclusive, muitos dos artigos selecionados a utilizam como base de explicação, juntamente a consagração do mercado de trabalho, como eixo da estratificação social e da desigualdade de renda. A teoria do capital humano relacionou a produtividade dos trabalhadores, os investimentos pessoais em educação e a alteridade salarial a uma abordagem centrada em escolhas individuais e a incentivos. A partir do reconhecimento desta teoria, muitos estudiosos da área

recorreram ao argumento da disparidade na relação entre classes sociais, escolhas pessoais e acesso/incentivo a educação.

A abordagem histórica que, ao contrário do esperado, não é tão usada, pelos autores, para argumentar a atual desigualdade de renda, também merece espaço no reconhecimento como linha de análise teórica. Um bom exemplo de argumentação para tentativa de explicar a desigualdade de renda e demais desigualdades existentes no cenário brasileiro é a diferença entre colônia de exploração e colônia de povoamento, comparação bastante usada quanto a comparação entre o Brasil e Estados Unidos. Souza (2016), ao explicar a linha de teoria histórica, aborda a perspectiva de que o panorama latino-americano se caracteriza por ser a região mais desigual do mundo devido à forma de colonização espanhola e portuguesa, que deu origem à elevada concentração de renda, devido aos latifúndios movidos por trabalho escravo, enquanto contrasta com as pequenas e médias propriedades do norte dos Estados Unidos, durante o período colonial. Na contramão, interpretações revisionistas defendem que a América Latina só se tornou extremamente desigual no século XX, levando em conta estudos de dados tributários de longo prazo.

Bastante conectada à abordagem histórica está a abordagem política, que entende as grandes mudanças e rupturas políticas como geradoras da desigualdade de renda ou da superação dela. Um exemplo é o entendimento de que os períodos que o Brasil passou por ditaduras e, também, por períodos de redemocratização, foram divisores de água para o perfil distributivo do Estado. A Constituição Federal de 1988 também é vista, por alguns autores, como importante para a instituição de um Estado menos elitista e mais preocupado com as demandas sociais das camadas mais pobres da população; entretanto, há artigos que desmentem essa visão, principalmente aqueles estudados por economistas que utilizam de dados tributários. Souza (2016) ainda explica que países onde as instituições políticas eram menos democráticas, os investimentos em infraestrutura e bens públicos eram menores e, dessa forma, o acesso às oportunidades econômicas eram limitados, concedendo privilégios às elites, havendo maior restrição ao acesso público às tecnologias, mercados e outras oportunidades econômicas. Dessa maneira, o recrutamento de empreendedores é dificultado, além das elites que tendem a impedir a tentativa de alterar o equilíbrio do poder, a fim de que continuem a manter seus ganhos e suas concessões desejadas, mesmo que manobras políticas, econômicas e intelectuais tenham que ser feitas para manter esses privilégios; beneficiando desproporcionalmente grupos mais ricos.

A teoria marxista, baseada na luta de classes, foi bastante abordada entre o fim do século XIX e início do século XX, a qual acreditava que a desigualdade e a instabilidade econômica a partir da superação dos quatro males do capitalismo, citados por Souza (2016): a propriedade privada dos meios de produção, que causa a pobreza das massas, a desigualdade de renda, as disparidades no grau de liberdade individual e a irracionalidade do sistema. Essa teoria, na rápida análise feita dos

trinta e cinco artigos selecionados, pouco aparece como explicação e argumentação das problemáticas envolvidas.

O método de análise tributário é o mais utilizado nos trabalhos selecionados para análise, talvez por grande parte deles terem sido produzidos por autores relacionados à área da economia. Ideias de ações para combate à pobreza, como elevação de tributos, introdução de alíquotas progressivas no imposto de renda e tributo sobre propriedades imobiliárias, são alguns exemplos de estudos realizados por estudiosos da área; para isso, a metodologia utilizada se baseia em pesquisas domiciliares com cobertura temporal mais longa, recolhimento de informações sobre rendimentos e produção de gráficos comparativos para fins de estudos mais detalhados, que visam resultados relevantes para mudanças políticas e econômicas. Souza (2016), ao analisar a literatura disponível com foco na abordagem tributária, em sua tese, explica como a parte dos ricos influencia medidas da desigualdade, como o Coeficiente de Gini, as PNADs e os demais Censos.

Também é possível perceber estudos sobre a desigualdade de renda a partir de uma perspectiva territorial, a qual entende que a região e o território que um determinado grupo está inserido influencia diretamente na disparidade social existente, atualmente, no Brasil. Os autores que utilizam desta linha teórica estudam e analisam a distribuição e a concentração de renda em áreas delimitadas em relação ao país como um todo e, com o auxílio de pesquisas quantitativas e de revisão de literatura, além da união com outras linhas de análise – como política e sociológica – possibilitam a obtenção de resultados bastante relevantes para futuras pesquisas na área.

Por último, mas não menos importante, é extremamente relevante ressaltar a abordagem sociológica. Esta abordagem possibilita que a análise de determinado objeto de estudo seja feita a partir de desdobramentos e nas relações sociológicas. Hans Speier (1936), por exemplo, entendia que a exploração se dava pela relação hierarquizada entre classes, reconhecida e legitimada pelos indivíduos e pelos grupos envolvidos, sendo a estratificação um traço cultural das sociedades. Para ele, a diferenciação social e de classes não se dava devido às variáveis como a propriedade privada, a ocupação ou a renda, mas a hierarquização em cima de valores distintos, vigentes em determinados contextos sociais. Jessé Souza (2018) associa a abordagem histórica, sociológica e a teoria do capital humano para explicar a grande desigualdade brasileira. Ele explica a desigualdade social pela disparidade de oportunidade e de acesso à educação e analisa essa disparidade como reflexo da abolição da escravidão, em 1888, e entende a “ralé brasileira” como prestador de serviços advindos da época da escravidão, pois não conseguem competir profissões e níveis salariais com as demais classes exatamente por não partirem do mesmo início na corrida do capitalismo e da meritocracia.

A leitura e a averiguação individual de cada artigo e das abordagens utilizadas pelos seus respectivos autores assinalaram a terceira parte da pesquisa, a qual possibilitou a divisão e a caracterização dos trabalhos selecionados em suas determinadas linhas teóricas – abrangendo, cada

um, mais de uma linha teórica. Após o exame aprofundado acerca das argumentações utilizadas, foi possível agrupar os discursos mais utilizados para explicar a desigualdade de renda no Brasil. Vale ressaltar que, dos trinta e cinco artigos selecionados para análise, após o aprofundamento da leitura, onze deles não se mostraram plausíveis em relação ao recorte de pesquisa escolhido, com a temática do trabalho: a desigualdade de renda.

Foi possível dividir e caracterizar os trabalhos da seguinte forma: catorze dos trabalhos selecionados apresentaram uma abordagem econômica ou desenvolvimentista em suas argumentações. Doze dos trabalhos selecionados apresentaram abordagem liberal, sendo que dez deles utilizavam da teoria do capital humano, enfatizando o papel da educação, para explicarem a desigualdade de renda que ainda impera no Brasil. Quatro dos trabalhos selecionados explicaram a desigualdade de renda no Brasil pelo viés cultural e histórico. Dezesesseis trabalhos optaram por argumentos direcionados às políticas públicas e às ações governamentais como forma de superação da desigualdade de renda no país. Apenas cinco dos trabalhos selecionados utilizaram de uma abordagem marxista, colocando o trabalho e suas relações como principal motivador da desigualdade de renda no Brasil. Como minoria, apenas dois trabalhos escolheram analisar a desigualdade de renda no Brasil a partir de uma abordagem tributária. Quinze dos trabalhos selecionados utilizaram, em suas pesquisas, uma linha de análise sociológica, mostrando a relevância de se pensar nos aspectos sociais, como acesso a direitos humanos básicos, para se explicar a desigualdade de renda no país. Por fim, sete, dos trinta e cinco artigos analisados, utilizaram do contexto territorial para complementarem seus trabalhos acerca do tema desigualdade de renda.

Os trabalhos que se caracterizaram por utilizarem linha de análise econômica ou desenvolvimentista estudaram, em sua maioria, a desigualdade de renda, no Brasil, a partir do nível de renda censitária da população e entendem que a situação do mercado de trabalho e a acumulação do capital nas mãos de poucos grupos são peculiaridades que determinam as assimetrias de renda no país. Ideias relacionadas à produtividade nacional; aos efeitos redistributivos de renda; ao número de empregos; ao valor do salário; ao poder de compra e de renda dos cidadãos; à expansão do mercado de consumo interno; ao ritmo do crescimento econômico nacional; às crises econômicas; à variação do PIB; se mostraram essenciais para a argumentação dos autores, tanto como motivação para a desigualdade de renda, como forma para a superação da desigualdade de renda no Brasil. Para os autores que utilizam desta abordagem, o crescimento econômico e a redistribuição de renda são os principais condicionantes para a diminuição da desigualdade de renda e, conseqüentemente, da pobreza. “Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” (apud DEDECCA *et al.*, 2014).

A abordagem liberal é uma das linhas teóricas mais utilizadas, conjuntamente com as abordagens políticas, sociológicas e econômicas, principalmente, ao se tratar da teoria do capital humano. Os argumentos utilizados pelos autores que optaram por esta linha de análise se baseiam no acesso/não acesso a direitos, bens, serviços e, principalmente, à educação como determinantes tanto para o aumento quanto para a diminuição da desigualdade de renda. Alguns autores utilizam desta abordagem pois entendem que o acesso a esses direitos colabora para a possibilidade do aumento das chances de mobilidade social e, conseqüentemente, para o aumento do consumo de mercado, o que contribui, diretamente, para o crescimento econômico do país. Esses autores, mesmo que não utilizem puramente da abordagem liberal em seus trabalhos, focam, especialmente, na influência das escolhas pessoais de cada indivíduo para o posterior sucesso ou fracasso no âmbito socioeconômico e não responsabilizam o Estado e as políticas públicas pelo aumento ou pela diminuição da desigualdade de renda, dando ênfase no teor meritocrático. Há, também, a teoria do capital social, elaborada por Bourdieu (1980), a qual é bastante utilizada pelos autores que entendem o acesso de qualidade ao ensino básico e superior como fator principal e determinante para a diminuição das disparidades de renda no Brasil. Entretanto, apesar da linha liberal de análise ter como características as citadas acima, nenhum autor analisado trabalhou unicamente com esta abordagem, mas apenas a utilizou como uma das explicações plausíveis para o entendimento da desigualdade de renda no país.

A partir de uma análise histórica e cultural, utilizadas por poucos autores, entende-se que determinados períodos históricos culminaram, diretamente, no aumento ou na diminuição da desigualdade social. A pobreza, de acordo com esta abordagem, por exemplo, é resultado da concentração da riqueza produzida social e espacialmente (latifúndios no meio rural, especulação imobiliária no meio urbano), encontrando sua raiz na formação sócio-histórica e econômica brasileira. Atenta-se que, por meio desses autores, a desigualdade brasileira foi construída ao longo da história e que a sua superação dependerá do esforço do poder público em dar continuidade ao crescimento da economia e em fortalecer o combate à pobreza e à desigualdade, a partir de políticas públicas – dessa forma, percebe-se a união de outras linhas de análise e o uso de uma abordagem política e de responsabilidade governamental.

Entre as concepções explicativas e inspiradoras de políticas de intervenção sobre a pobreza, têm-se as abordagens culturalistas que centralizam sua explicação nos comportamentos e valores dos indivíduos e suas famílias. Orientam-se por valores morais tradicionais que situam o pobre como diferente e portador de uma cultura inferior reprodutora da situação de pobreza dos adultos e de seus descendentes (apud SILVA, 2010, p. 157).

A linha de análise a partir de uma abordagem política é, claramente, a mais utilizada e referenciada pelos autores dos trabalhos analisados. Nesta, as políticas públicas são os temas

centrais dos artigos e são apontadas como principais indicadores para a causa e para a resolução do problema da desigualdade de renda no Brasil. “As políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda somadas ao aumento do emprego formal fortaleceram de maneira mais acentuada a renda das famílias dos estratos inferiores” (DEDECCA et al., 2014), por isso a aplicação de políticas públicas para a redução da pobreza por meio da diminuição dos níveis de desigualdade é o principal argumento utilizado pelos autores, os quais entendem que é de responsabilidade do Estado prover o acesso à educação (básica e superior), à infraestrutura, à habitação, aos bens de consumo duráveis e não-duráveis e à saúde; já que estes são aspectos básicos e necessários para a diminuição dos níveis de desigualdade, especialmente, a de renda. Benefícios assistenciais, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, são indicados como um dos principais meios políticos de superação da desigualdade de renda – tanto em conjunto com abordagens sociológicas, quanto com abordagens de cunho liberal, a partir do entendimento de que a desigualdade de renda diminui quando a classe popular consegue ter acesso a aspectos não monetários (educação, saúde, segurança alimentar), que são provenientes do crescimento econômico e de ações políticas.

Os autores que optaram por analisarem a desigualdade de renda, a partir de uma abordagem marxista, pontuam as relações de trabalho como principal fator para a manutenção da desigualdade de renda no Brasil, pois centralizam o trabalho como elemento estruturador das relações sociais. Em conjunto com fatores sociológicos, esta linha de análise compreende a formação de classes sociais e a disparidade de renda a partir da dificuldade que determinado grupo social encontra de ascender social e economicamente na sociedade. Segundo os trabalhos analisados que utilizaram desta abordagem, a estratificação social e a divisão social do trabalho são conceitos chaves para explicar a desigualdade de renda no país. As divisões de classes sociais inscritas na estrutura do emprego, junto ao fator gênero e raça, diferenciação econômica, nível educacional, precarização do mercado e as relações de trabalho flexíveis e desprotegidas pela indústria capitalista são motivos que influenciam, diretamente, na distribuição de oportunidades e os resultados desiguais e, conseqüentemente, nos níveis de desigualdade de renda.

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reprodutor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda (SILVA, 2010, p. 157).

Apenas dois artigos apresentaram, em suas argumentações, referências a elementos tributários, para explicar as motivações que levam e explicam a desigualdade de renda no Brasil,

sendo a linha de análise menos utilizada, ao se tratar dos trinta e cinco artigos selecionados para análise. Estudos analisam como a arrecadação e as transferências do governo central contribuem para a redução da desigualdade entre territórios de maneira eficiente e que podem produzir resultados competentes e que visam um futuro mais consistente para o país. Além disso, as ações que visam a recuperação da economia com combate à evasão fiscal fazem ampliar a arrecadação e a capacidade de gastos do Estado, o que possibilita o governo investir em programas sociais e de infraestrutura. Os autores que trabalham com esta abordagem utilizam, ao mesmo tempo, ideias de ações políticas que, ao serem colocadas em prática em conjunto uma com a outra, resultam em efeitos positivos e na diminuição da desigualdade de renda brasileira. Seguindo a análise, encontra-se, também, trabalhos que organizam suas argumentações a partir de uma abordagem sociológica. Muitos dos autores dos trabalhos analisados optaram por se afastarem da abordagem econômica e se aproximarem de questões externas que influenciam diretamente no aumento ou na redução da desigualdade de renda. Fugindo da ideia liberal de que as escolhas individuais afetam diretamente o sucesso socioeconômico de um membro da sociedade, a abordagem sociológica busca entender como fatores sociais desiguais dissimulam as oportunidades de emprego e, conseqüentemente, da disparidade de renda que ainda existe, no Brasil. Portanto, os fatores analisados são de dimensões não monetárias, como as alteridades de gênero, de raça, de regionalidade, o acesso a serviços públicos, a superação do analfabetismo, a questão racial, o acesso ao consumo material, a qualidade habitacional, a saúde, ao mercado de trabalho, ao lazer, a qualidade de interações sociais, a qualidade ambiental, aos direitos políticos e a liberdade de expressão. A linha de análise sociológica é utilizada, na maior parte das vezes, em conjunto e apoio com as análises econômicas e políticas; o objetivo desses trabalhos, portanto, é de introduzir um debate mais humanitário acerca da necessidade de se superar a assimetria da desigualdade entre pobres e ricos.

Por último, foi possível perceber que, um grande número dos trabalhos analisados, utilizaram a questão territorial como temática central para estudarem a desigualdade de renda. Dentre as motivações que culminam nesta disparidade e são os fatores mais estudados pelos autores estão os níveis desiguais de desenvolvimento econômico entre o meio urbano e rural e entre as cidades metropolitanas e os demais municípios, entendendo que a morfologia urbana é um agravante para a desigualdade socioeconômica, já que uma parte da população acaba por ficar sobrepenalizada no que diz respeito ao direito à cidade e aos seus recursos, devido a localização que habitam, e por isso, acabam por não terem a oportunidade de se apropriar do aumento geral de riquezas, como outra parte da população, que tem maior e melhor acesso (como as metrópoles). O fenômeno da desigualdade territorial pode, portanto, ser como a desigualdade das regiões ao proverem recursos de subsistência aos seus cidadãos; além disso, pode-se definir desigualdade territorial como a

concentração desigual de indivíduos em situação de vulnerabilidade se comparados a territórios parecidos. Mesmo com o aumento da renda, os territórios continuam extremamente desiguais no quesito acesso à recursos de subsistência, e isso acaba por afetar a riqueza nacional, a dinâmica do mercado de trabalho, a estabilidade política, social e econômica. Os estudos analisam como a arrecadação e as transferências do governo central contribuem para a redução da desigualdade entre territórios, de maneira eficiente, assim como as diversas formas de governança política, que podem produzir resultados descontínuos.

Portanto, a partir do estudo das linhas teóricas acima, foi possível realizar algumas observações. Primeiro, a percepção de que poucos são os trabalhos que utilizam a desigualdade de renda como um dos seus filtros de busca na plataforma Scielo. A desigualdade de renda não é, portanto, um tema central dos artigos e, na maioria das vezes, o conceito não é sequer explicado durante o andamento da pesquisa; por isso, apenas trinta e cinco artigos foram selecionados para o atual trabalho. Segundo, ficou explícito, durante a leitura dos artigos, que a partir das análises de cada linha teórica identificada, dentre os autores dos trinta e cinco artigos, poucos utilizam apenas uma abordagem ou de apenas um teórico de uma linha teórica específica; o que é perfeitamente comum e compreensível, já que determinadas abordagens não se completam sozinhas, necessitando de argumentos das mais diversas linhas teóricas para que a desigualdade de renda seja explicada de forma coerente e propostas de intervenção concisas sejam indicadas. Com isso, pode-se dizer que o estudo sobre desigualdade de renda e demais desigualdades não se limita a apenas uma interpretação, já que os resultados obtidos, até hoje, pelo seguimento de diversas linhas teóricas, são diversos e, muitas vezes, imprecisos, mas todos são de extrema relevância para futuros estudos. É indiscutível, dessa maneira, que a análise de BIELSCHOWSKY e col. (2011) está correta, a qual entende que a história, a ideologia, a política, a economia e a análise teórica são elementos interligados e que precisam ser articulados em conjunto, a fim de se obter melhores resultados.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A partir da verificação dos resultados obtidos pelo presente trabalho, conclui-se que o estudo da desigualdade de renda, tendo como base os artigos publicados na plataforma de dados Scielo, possibilita a percepção acerca do interesse dos estudiosos brasileiros em compreender a pobreza, a concentração de renda e a desigualdade brasileira enquanto objeto de estudo concomitante ao desenvolvimento e ao crescimento econômico.

Segundo Piketty (2013), a taxa de remuneração do capital sendo maior que o crescimento da produção e da renda faz com que o capitalismo produza desigualdades insustentáveis, que ameaçam de maneira radical os valores da meritocracia – os quais são amplamente difundidos em sociedades democráticas. Logo, precisam existir discussões acerca dos meios que a Democracia deve preservar

para assegurar o interesse geral da população, desfocando dos interesses privados e focando na abertura econômica, repelindo retrocessos protecionistas e nacionalistas. Bresser-Pereira (2008), ao trabalhar o tema do Nacionalismo, explica como, nos países periféricos e em desenvolvimento, o cosmopolitismo se torna dominante – baseado na ideologia das potências imperiais e na associação das elites aos países centrais, ao invés da aproximação com o próprio povo – enfraquecendo a nação e fazendo com que o país se assemelhe a uma semicolônia; o que acaba por gerar altas taxas de concentração de riquezas e de desigualdade de renda.

Já nos países periféricos, ainda que a nação também seja necessária para que haja desenvolvimento econômico, é comum acontecer que suas elites se sintam mais seguras em se associar com as elites nos países dominantes, dessa forma confirmando a tese radical de que “o capital não reconhece fronteiras” – uma tese pretendidamente de esquerda e na verdade falsa, mas que favorece a dominação imperial (BRESSER- PEREIRA, 2008, p. 181).

Para Bresser-Pereira (2008), as causas da estagnação do desenvolvimento brasileiro se dão por uma perspectiva política – que foi a perda da ideia de nação pelos cidadãos brasileiros, nos anos de 1960 a 1980 – e por uma perspectiva econômica, a qual entende que a aceitação do Brasil, a partir do início dos anos 1990, da proposta econômica indicada pelos norte-americanos de abertura financeira e de crescimento com poupança externa, o que levou o Brasil a perder o controle de sua taxa de câmbio. Ele aborda a necessidade do nacionalismo para os projetos políticos e econômicos de um país:

Em um mundo altamente competitivo, o nacionalismo é essencial para que um país possa formular sua estratégia nacional de desenvolvimento econômico e, se for país em desenvolvimento, alcançar gradualmente os níveis de vida dos países ricos, mas deve ser combinado com os outros grandes objetivos políticos das sociedades modernas e com os direitos das outras nações (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 189).

Os resultados deste trabalho, portanto, mostraram que uma linha de análise não se mantém sozinha, sem o auxílio das outras. Ao afirmar isto, analisando conjuntamente os trabalhos selecionados, levanta-se uma observação pertinente: apenas o crescimento econômico e a tentativa de uma maior e melhor distribuição de renda, individualmente, não são argumentos sólidos e consistentes para se obter efeitos coerentes para o enfrentamento da desigualdade socioeconômica no Brasil. Por isso, questões territoriais, sociais e políticas são indispensáveis no debate sobre o tema.

A ação do Estado em valorizar o salário-mínimo, em oferecer empregos públicos e programas de transferência de renda é um dos elementos mais citados pelos autores, para a diminuição da desigualdade de renda no Brasil. O mercado de trabalho, a acumulação de capital, assim como a má distribuição de infraestrutura, de serviços públicos e de financiamento de produção pelo Estado, em territórios menos favorecidos, são rudimentos que determinam as distinções de renda. Os artigos

entendem, em sua maioria, que o Estado é o principal protagonista no financiamento do desenvolvimento social e na redução da desigualdade de renda, o que gera a percepção de uma linha de análise distante de uma abordagem mais liberal.

A ampliação da renda, que se refletiu em mais direitos, mais acesso e, sim, mais consumo, é resultado direto da política de valorização do salário-mínimo, formalização do trabalhador, criação de novos empregos - inclusive os decorrentes de investimentos como habitação popular, equipamentos sociais e política de conteúdo nacional -, ampliação do acesso à aposentadoria urbana e rural, benefícios assistenciais e do Bolsa Família. A consequência direta desse processo foi o fortalecimento do mercado interno (CAMPELLO; GENTILI; RODRIGUES; HOEWELL, 2018, p. 64).

Portanto, percebe-se que os trabalhos analisados, como já suscitado acima, não utilizam de apenas um ramo argumentativo e de apenas uma linha de análise para explicarem a desigualdade de renda. Dessa maneira, pode-se afirmar que nenhum deles pode ser caracterizado por utilizarem uma linha de análise ortodoxa, puramente econômica, pois utilizam, conjuntamente, abordagens políticas, sociológicas, históricas e liberais; levando em conta aspectos além do nível de renda do indivíduo.

Quando estudamos o século XVIII ou o XIX, podemos mais ou menos imaginar as evoluções dos preços e salários, das rendas e riquezas, seguindo uma lógica econômica autônoma e interagindo pouco ou nada com as lógicas propriamente políticas e culturais. Quando estudamos o século XX, tal ilusão logo se desfaz. Basta uma breve olhada nas curvas de desigualdade da renda e do patrimônio ou a relação capital/renda para ver que a política está em toda parte e que as evoluções econômicas e políticas são indissociáveis, devendo ser estudadas lado a lado (PIKETTY, 2013, p. 697).

A análise qualificada, segundo Piketty (2013), desempenha papel importante no debate democrático, pois utiliza de informações mais concisas e dirige a atenção para questões corretas. Entretanto, o autor também suscita o formidável papel que o pesquisador da área das ciências sociais e políticas tem ao se estudar temas relacionados à desigualdade. O autor reitera como é fácil, para os pesquisadores da área se colocarem fora do debate público e da confrontação política, tomando para si apenas o papel de comentadores e demolidores de discursos e de estatísticas. Porém, esse engajamento não deve se conter em artigos acadêmicos e nem depositar toda sua argumentação na justiça, na Democracia e nas ações do Estado. Piketty (2013) suscita a importância de participar ativamente da política, não apenas como meros espectadores, críticos e estudiosos.

Todo mundo faz política a seu modo. Não há, de um lado, uma fina elite de responsáveis políticos e, de outro, um exército de comentadores e espectadores, bons apenas para inserir seus votos nas urnas uma vez a cada ano eleitoral. A ideia de que a ética do pesquisador e a do cidadão seriam irreconciliáveis e que o debate sobre os meios daquele deveria ser separado da preocupação com os fins deste me parece ser uma ilusão, compreensível, claro, mas que pode se tornar perigosa (PIKETTY, 2013, p. 695).

A importância em se estudar o nível de pobreza em relação ao nível de desenvolvimento do país engloba, necessariamente, a pesquisa acerca da desigualdade de renda: a questão distributiva não pode ser denegada, principalmente em um território no qual o problema não é a falta de riquezas, mas a má distribuição delas. Como reitera o artigo mais antigo analisado neste trabalho, Barros et al. (2000) explica como uma divisão mais equitativa dos recursos acumulados pela União pode ter um impacto positivo sob a pobreza, já que o Brasil dispõe de uma renda per capita superior à sua linha de pobreza. Segundo o autor, a combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e que busquem diminuir a desigualdade aparenta ser a ideia de maior eficácia e velocidade ao processo de combate à pobreza.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de *et al.* Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BIELSCHOWSKY, P.; BORJA, B.; CASTELO, R.; MALTA, M. M. de; ROCHA, M.A da. A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. *In*: BIELSCHOWSKY, P.; BORJA, B.; CASTELO, R.; GANEM, A.; GOMES, V. L. C.; LENA JUNIOR, H.; MALTA, M. M. de; SALM, C.; ROCHA, M.A da (org.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p. 23-52. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20097>. Acesso em: 06 jul. 2020.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Ipea, 1988. [4. ed. revista: Contraponto, 2007].

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de la recherche en sciences sociales**. v. 31, jan.1980. p. 2-3.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo**. *In*: Estudos Avançados 22 (68), 2008.

CAMPELLO, T.; GENTILI, P.; RODRIGUES, M.; HOEWELL, G. R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 42, n. 3, p. 54-66, nov. 2018. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s305>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CARNEGIE, A. **Wealth**. The North American Review, v. 148, n. 391, 1889.

DEDECCA, Claudio Salvadori *et al.* **Desenvolvimento e equidade: desafios do crescimento brasileiro**. Campinas. p. 23-41, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n98/03>. Acesso em: 09 nov. 2020.

MILLER, D. Igualdade e desigualdade. *In*: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 372-375.

FRANCISCO MESQUITA DE OLIVEIRA. Ufma: Universidade Federal do Maranhão. **Desigualdade social: uma trajetória de insistência no Brasil**. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**, São Luís, ago. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/desigualdade-social-uma-trajetoria-de-insistencia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS>

%20POS-GRADUACAO/PIKETTY/O%20Capital%20no%20Seculo%20XXI%20-

%20Thomas%20Piketty. Acesso em: 04 nov. 2020.

REVISTA NOVO TEMPO. **Jessé Souza explica divisão de classes no Brasil**. 2018. (15m27s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tLrurDn7riw>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SILVA, M. O. S. e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SOUZA, P. H. G. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926 – 2013)**. Universidade de Brasília. 2016. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22005/1/2016_PedroHerculanoGuimar%C3

%A3esFerreiradeSouza> . Acesso em: 29 jun. 2020.

SPEIER, H. **Social stratification in the urban community**. *American Sociological Review*, v. 1, n. 2, 1936.

SOBRE OS AUTORES

Ana Louise de Carvalho Fiúza

Professora do Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

André Rodrigues Santos

Mestre em Direito; Coordenador e Professor do curso de Direito da Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

Andressa de Paula Ramalho

Estudante de Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa.

Deborah Luísa Vieira dos Santos

Doutoranda em Comunicação (UFJF) e professora do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

Flavi Ferreira Lisboa Filho

Doutor, docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, Bolsista Produtividade do CNPq.

Franco Dani Araújo e Pinto

Doutor em Ciências Humanas (UFSC). Jornalista e professor dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda da Universidade Vale do Rio Doce (Univale) e coordenador do Projeto de Pesquisa ÓPERA.

Lorena Silva Vítório Almeida Araújo

Mestre em Gestão Integrada do Território (Univale). Advogada no Escritório de Assistência Judiciária (EAJ) da Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

Luciomar de Carvalho

Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Luizy Aparecida da Silva CARLOS

Radialista. Docente nas áreas de Comunicação e Marketing. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Consumo e Desenvolvimento Social-PGCDS da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Magnolia Rejane Andrade dos Santos

Jornalista, doutora em Comunicação e Semiótica (PUC/SP) e docente do Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas.

Maria Clara Ortiz de SOUZA

Graduada em História. Bolsista de iniciação científica pela Universidade de Taubaté.

Maria Eduarda Alves de Andrade

Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco.

Maria Salett Tauk Santos

Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE. Docente do Programa de Pós-Graduação em Consumo e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Mariana Ferreira Reis

Jornalista e doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco.

Moab Duarte Acioli

Professor do Programa de Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco.

Moacir José dos SANTOS

Doutor em História. Docente e pesquisador do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

Monica Franchi Carniello

Doutora em Comunicação e Semiótica, docente do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté e da Fatec Pindamonhangaba.

Raysa Beatriz da Silva Lemos

Mestranda do Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas.

Tamires Lopes Pereira

Doutoranda do Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

Thaís Aldred Iasbik de Aquino

Mestre em Direito (Escola Superior Dom Helder Câmara). Professora do curso de Direito da Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

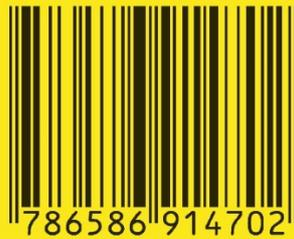


UNITAU

Universidade de Taubaté

ISBN: 978-65-86914-70-2

CRL



9 786586 914702